

CONSTITUIÇÃO DE UMHA HISTÓRIA LITERÁRIA DE BASE SISTÉMICA: O SISTEMA CULTURAL COMO OBJECTO DE ANÁLISE HISTÓRICA NO PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO DE ITAMAR EVEN-ZOHAR¹

Arturo Casas

Universidade de Santiago de Compostela

Cita recomendada || CASAS, Arturo (2014): "Constituição de umha História literária de base sistémica: o sistema cultural como objecto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even-Zohar" [artigo en liña], 452ºF. *Revista electrónica de teoría da literatura e literatura comparada*, 11, 20-42, [Data de consulta: dd/mm/aa], <http://www.452f.com/pdf/numero11/11_452f-mono-arturo-casas-orgnl.pdf>

Ilustración || Laura Valle

Artigo || Encargado | Publicado: 07/2014

Licenza || Recoñecemento-Non comercial-Sen obras derivadas 3.0 License



Resumo || Este artigo apresenta uma série de considerações, fundamentadas na teoria da cultura polissistémica de Itamar Even-Zohar, sobre a delimitação do objecto de estudo da História literária. O meu propósito é analisar de um jeito orgânico os quatro reptos metodológicos do funcionalismo dinâmico e o modelo sistémico na sua aplicação à história diacrónica. Estes retos som: 1) entender as interações polissistémicas, extra-sistémicas e subsistémicas, assim como também as fronteiras entre culturas sistémicas como alternativa à metodologia comparatista tradicional; 2) incorporar como objecto de estudo nom só produtos/textos senom também o que a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu descreve como “espace des possibles”; 3) examinar um modelo de seqüenciação capaz de elucidar os policronismos dinâmicos e os cambios sistémicos; e 4) conformar umha selecção crítica de datos que sejam susceptíveis de historização e ajustar um diálogo com outros modelos historiográficos concorrentes.

Palabras Chave || Teoria dos Polissistemas | História literária | Literatura Comparada | Fronteiras | Teoria dos Campos Sociais.

Abstract || This article presents a series of considerations, founded on Itamar Even-Zohar’s theory of polysystemic culture, regarding the delimitation of Literary History’s object of study. My purpose is to analyze organically the four principal challenges of dynamic functionalism and the systemic model in their application to diachronic history. These challenges are as follows: 1) to understand polysystemic, extrasystemic and subsystemic interactions as well as the borders between systemic cultures as an alternative to traditional comparative methodology; 2) to incorporate as objects of study not only products/texts but also what Pierre Bourdieu’s theory of social fields describes as “espace des possibles”; 3) to test a sequential model capable of elucidating dynamic polychronics and systemic changes; and 4) to configure a critical selection of data that is susceptible to historicization and put it into dialogue with other concurrent historiographic models.

Keywords || Polysystem Theory | Literary History’s | Comparative Literature | Borders | Social fields theory.

O propósito das páginas que seguem é fixar de maneira esquemática umha posição sobre algunhas linhas de desenvolvimento da História literária (HL) e sobre a percepção da sua crise como disciplina, para depois concretar um corpo de propostas referido a umha mudança de rumo na definição e delimitação do objecto de estudo, que o será também nas opções metodológicas adoptadas nesse giro heurístico. A posição que se vai fixar vem marcada por um carácter sócio-semiótico e sistémico, e vincula-se a dous factos constatáveis. Em primeiro lugar, que a HL deixou de existir como disciplina unificada ou ainda coesa. A inegável resistência de modelos e práticas tardo-positivistas, afiançados sobretudo no campo educativo, administra uns procedimentos e umha autoridade herdadas, mas esta deve dedicar cada vez maiores esforços a justificar-se e aqueles som percebidos desde os sectores menos acomodados como claramente inerciais por estarem esgotados os seus programas-base. O segundo facto tem que ver com as novas prioridades da HL, concentradas a dia de hoje no estabelecimento de um objecto de estudo pluralizado e inter-relacionado no campo sociocultural, irredutível a narrativas lineais e incómodo com a autoridade discursiva central, ligada a fórmulas obsoletas e, a fim de contas, deshistorizantes². Umha consequência é a traslação a plano secundário do debate propriamente metodológico, em algunha medida posposto enquanto nom exista um acordo de mínimos relativo a que é o que a HL deve historiar e com que escala deve fazê-lo³.

Contodo, a cartografia internacional da HL nom se move em bloco. Trás os processos de descolonização, e também pola emergência de programas nacionalistas em espaços geoculturais ou administrativos submetidos ou assimilados, existem entidades (nom só nacionais) que empreendêrom *processos aprazados* de construção nos que a HL adquiriu de novo um claro sentido social-pragmático. Essa planificação historiográfica convive no tempo —ou ainda no espaço— com movimentos de signo contrário que afectam outras entidades (digamos de novo *nacionais*). Em ocasiões, ocorrerá até que no mesmo espaço geocultural e em simultaneidade distintos agentes activem processos inversos e que se acabem encontrando no conflito de discursos, estratégias e programas, em parte dirigidos a destacar a contingência ou a ilegitimidade das planificações alternativas à própria. Sabemos bem que a HL de base nacional é um plano performativo validado por necessidades de coesom sociocultural e política específicas, amiúde muito marcadas polas urgências históricas. Cobertas essas necessidades, a HL nacional esgota-se como projecto e cede espaço a planos alternativos, entre o regional e o mundial, entre a regionalização —a escala menor ou maior que a própria nação— e a mundialização da perspectiva histórica. Em umha ordem complementar, a HL nacional tolera contra-discursos destinados a reverter silêncios e ocultações. De facto, a aporia da

NOTAS

1 | Este artigo publicou-se originalmente em galego no volume 10 de Veredas. Revista de publicação semestral, de dezembro de 2008.

Agradecemos ao equipo de Veredas a sua generosidade ao permitir a sua publicação neste monográfico. Pode consultar o artigo original em: http://www.lusitanistasail.org/descargar/veredas_10.pdf

2 | Deshistorizantes porque sustentam a ideia de que a evolução literária obedece a ajustes autónomos que nom precisam atender as relações históricas do delimitado apenas como *contexto*.

3 | Resulta indicativo o início de um breve artigo de M.L. Gaspárov, vinculado com a escola de Tartu e autor de *A History of European Versification* (1996). O original russo do artigo, de 2003, começa assim: «A la pregunta “¿cómo escribir la historia de la literatura rusa?” me hubiera gustado responder enseguida: no hace falta escribirla de ninguna manera, ya que ahora mismo no la escribiríamos bien: no hay material» (Gaspárov, 2007). Outra perspectiva da complexidade da tarefa é a anotada por Heidrun Olinto (1996: 42-43) tendo à vista as recentes teorias alemãs sobre umha mudança no programa tradicional da HL, em especial as devidas a S.J. Schmidt. Neste caso, a atenção dirige-se à dúvida sobre a existência de historiadores preparados (epistemológica, intelectual, academicamente) para assumir tal repto.

estabilização nacional (ou da ultimação de um processo dado de construção nacional) conduz com frequência à assunção política de que toda História (literária) é um projecto frustrado que ou bem se deveria refutar ou bem se deveria desconstruir⁴. Porém, se a crise nacional se acentuar aparece com frequência umha rectificação de signo unitário e «patriótico». Um caso claro é o representado pola Hungria de finais do século XIX, quando os modelos historiográficos nacionalistas de Zsigmond Bodnár e de Zsolt Beöthy tentárom frustrar qualquer alternativa *nom nacional-estatal* e qualquer movimento de integração da produção cultural das plurais minorias lingüísticas e *etno-nacionais*, algo que sim contemplara meio século antes, polo menos parcialmente, o modelo historiográfico de Ferenc Toldy.

Em termos gerais, a resistência à mudança heurística e metodológica na HL carece de comparação no marco das práticas historiográficas e das disciplinas humanístico-sociais. A partir da demorada crise do positivismo, as iniciativas de dinamização originárom-se basicamente fora da comunidade académica dos filólogos-historiadores. A intransigência corporativa experimentou-se com frequência como umha luta por preservar o domínio epistémicoideológico e o controlo didáctico dos saberes literários e da sua institucionalização. Também, ao mesmo tempo, como umha estratégia autonomizadora e monopolizadora para deixar o literário à margem da confluência com outros produtos culturais ou sociais e, em sentido amplo, para preservá-lo, em sentido escolástico (Bourdieu 1994), da própria história. Apesar disto, a HL nom está esgotada como disciplina. Paradoxalmente, e ante todo, por ser História.

Desde as correcções aplicadas na parte final do século XVIII, de forma sucessiva como catálogo, erudição enciclopedista ou história filosófico-causal, as mudanças na HL incorporárom-se quase sempre da mão de assimilações provenientes do debate metodológico referido à História reconhecida como disciplina-quadro. Esse debate implicou de modo progressivo a abertura das distintas historiografias a outras ciências humanas e, bastante mais adiante, um questionamento profundo da centralidade do acontecimento histórico, algo previsto em algum modo já por Voltaire e por Madame de Staël. Por contra, a incidência efectiva da teoria literária e da nascente comparatística no processo disciplinar da HL resultou modesta, discreta e diferida. As excepções som escassas. A única clara no âmbito da romanística europeia, já no século XX, seria a da estilística idealista, em realidade um processo de retroalimentação da própria historiografia umha vez considerada a repercussom da leitura crítica que Croce formulou sobre o pensamento de Hegel, com resultados tam díspares como os oferecidos por Spitzer e por Vossler. Noutros espaços haveria que mencionar o peso do materialismo histórico e do pensamento sociológico marxista, assim como a muito adiada influência dos

NOTAS

4 | É legítima (e pertinente) a dúvida sobre a funcionalidade de qualquer automatismo que postule umha recondução a termos historiográfico-literários do binómio *crítica da identidade/crítica da diferença*. As práticas contra-historiográficas ou as que se formulam como supletórias de um discurso histórico (canónico, oficial...) de referência, incluído todo o que Dominick LaCapra (2004) delimita como *giro experiencial* da historiografia, se nom se resolvem em termos relacionais, podem auto-limitar-se e postular-se subsidiárias de raiz. O melhor campo de provas, como sugere Mario J. Valdés (em Hutcheon & Valdés, 2002: 65), poderia ser o usuário geral da HL: comprovar em que medida recebe e em que grau assume as contra-propostas parciais. As contradições que surgem desse campo conformam um dos apoios da posição de Valdés em favor de umha *história efectiva*, noção proveniente da hermenêutica da consciência histórica de Paul Ricoeur. Para Valdés (2002: 67), «Effective literary history begins with the recognition that history, and literary history in particular, is effective insofar as it is used and is of use to would-be readers; it is a concept deeply aligned with the idea that we are affected in the present by our sense of the past».

debates protagonizados polo círculo Bakhtine. E pouco mais até aos derradeiros vinte anos do passado século. Resulta neste sentido mais que significativo o tempo que se demorou em assimilar o legado último das posições funcionalistas de Jakobson, Tinianov e Sklovski sobre a nome equiparabilidade de *sincronia* e *sistema*, sobre a determinação iniludivelmente sistémica de toda evolução e sobre a possibilidade de uma história do sistema literário superadora da história genética da literatura e do imanentismo lingüístico-literário de linhagem saussureana (Steiner, 2001: 99). As posições dos formalistas russos seriam reelaboradas nos primeiros anos 40 por Felix Vodička (1995) no quadro das investigações da Escola de Praga. Estas últimas permaneceriam inaplicadas na prática, entre outros motivos pela complexidade de uma combinação eficaz das dimensões sociológica, fenomenológica e estético-axiológica, propostas pelo teórico checo em dependência de um propósito de fundo reconstrutivo. Vodička, em efeito, perfilou a tarefa inicial da HL na reconstrução da norma literária em um espaço-tempo dado e na hierarquização do conglomerado formado por obras e valores estéticos tal como sucessivamente se concretizam no gosto de público e crítica.

Em uma série de trabalhos publicados nestes últimos anos salientei a indissociabilidade do curso da HL e o correspondente à matriz que por antonomásia reconhecemos como História. Trata-se de laços evidentes, mas amiúde desvalorizados no que representam desde um ponto de vista operacional e funcional. De uma série de dez considerações anotadas em uma publicação do ano 2000, interessante agora recuperar em particular a que abria a relação. Insistia na existência de um conjunto de problemas/respostas iniludíveis partilhados pela História e a HL, como mínimo no tocante a duas esferas: as implicações entre narração e construção (com posições como as de Ricoeur, White, Gadamer, Koselleck, Derrida, Skinner, Schmidt, Ankersmit...) e a função social e institucional das disciplinas históricas. Também assinalava algumas noções com capacidade de articulação do discurso historiográfico e de centrar possíveis leis disciplinares da HL, entre elas as de *mudança literária*, *desenvolvimento gradual*, *explosão cultural* e *processo interliterário*, para as que os referentes teóricos seriam Vodička, a Escola de Tartu, a Escola de Bratislava, a teoria dos polissistemas, Bourdieu, Wallerstein e Martindale. Algumas dessas noções serão retomadas aqui, fundamentalmente desde as premissas da semiótica pragmática e das teorias sistémicas, tendo presentes assim mesmo as observações de Bourdieu, nas suas *Méditations pascaliennes* (1997), em torno às práticas deshistorizantes e às resistências à *historicisation* nos programas habituais aplicados por filósofos e filólogos para a constituição de uma história da filosofia ou de uma história da literatura. O esquecimento da história nesses âmbitos associa-se para Bourdieu à prevalência de uma tradição

(Kant, Hegel, Heidegger) que em realidade ritualizou a correlação texto-cânon-exegeta e que se desentendeu da análise da produção-recepção e dos processos de canonização em sociedades históricas concretas. A propósito da mudança literária/cultural e das discontinuidades na história, um referente iniludível é, por suposto, Foucault, se bem de Saussure a Lotman ou Martindale existe uma linha de reflexo sustentada no século XX sobre a aparição do aleatório e do casual nos processos lingüístico-culturais.

*

A opção sistémica em HL pressupõe tomar consciência da existência de pelo menos quatro reptos de importante calado e nome simples resolução: 1) a explicação dos limites sistémicos ou de campo e as interações sistema-extra-sistema, sistema-polissistema e sistema-subsistema; 2) a incorporação efectiva de todo quanto se entende como *produto sistémico*⁵, o qual, em boa lógica, deveria implicar também a introdução relacional do que na teoria dos campos sociais se define como *espaço dos possíveis*⁶; 3) a decisão sobre o modo apropriado de incorporar a diacronia sistémica⁷, que no fundamental obedecerá ou bem a um critério seqüenciador da dialéctica continuidade/mudança que percorra com detalhe um trecho temporal —solução que cabe ver como a tradicional— ou bem a um critério comparativo de cortes temporais nome consecutivos que se lêem como sucessão discreta de momentos-estados submetidos a contraste sistémico, dando passo assim ao que com Itamar Even-Zohar podemos chamar *polícronia dinâmica*; e 4) a recondução do factor crítico que toda história cultural assume ainda que só seja por duas razões, pelas implicações derivadas de considerar ou nome considerar *selectivamente* determinados factores, produtos e agentes participantes nas actividades literárias e, em segundo lugar, pela representação da diferença em relação com o que Michel de Certeau (1975: 63-120) chamou a *operação historiográfica*, que nome só habilita discursivamente o que já nome está senão que ademais constitui uma historização do actual, o qual faria inequivável a vertente crítica. Parte das considerações feitas, com atenção particular ao alvo da heterogeneidade, complicado sempre de encaixar em qualquer narração/descrição historiográfica, conflui nas observações que seguem, pertencentes ao artigo «System, Dynamics, and Interference in Culture: A Synoptic View», de Even-Zohar (1990: 87):

The system concept had, however, to undergo several modifications in order to accommodate the conception of *stratified heterogeneity*. Firstly, it became necessary to recognize that both synchrony and diachrony should be admitted as systemic dimensions, and therefore that the idea of system need not be exclusively identified with static synchrony (but could be viewed as dynamic polychrony). Secondly, it was necessary to recognize that the idea of system does not imply that there can be

NOTAS

5 | «By “product” I mean any performed set of signs and/or materials, i.e., including a given behavior. Thus, any outcome of any action, or activity, can be considered “a product,” whatever its ontological manifestation may be, be it a semiotic or a physical “object”: an utterance, a text, an artifact, an edifice, an “image,” or an “event.” In other terms, the product, the item negotiated and handled between the participating factors in a culture, is the concrete instance of culture. Obviously, a culture product is any implemented item of the repertoire of culture» (Even-Zohar, 2005: 25).

6 | Nas páginas introdutórias ao seu trabalho de 1990 Even-Zohar chamou a atenção sobre o facto de que Bourdieu alcança-se conclusões próximas —«in some areas superior»— às do funcionalismo dinâmico sem que se produzisse nenhuma conexão ou aproximação teórica efectiva (Even-Zohar, 1990: 3).

7 | Incorporação que em si mesma constitui já uma prova de notável complexidade para o modelo sistémico, muito mais rodado e melhor testado em coordenadas sincrónicas; as quais, por suposto, som também históricas, segundo reitera Even-Zohar em distintos lugares. De todos os modos, tem interesse lembrar que a partir de 1968 as formulações pioneiras das teorias sistémicas de Ludwig von Bertalanffy no marco de uma biologia orgânica discriminavam entre os significativamente denominados *nível estrutural* e *nível funcional* dos sistemas, respectivamente atentos às suas vertentes estática e dinâmica.

observed/hypothesized for any number of phenomena just *one* system, i.e., one network of relations. To speak of an activity, be it language, literature, culture, or «history» in general, as single systems is a heuristic simplification rather than an adequate theory.

Lotman e Uspenski (2000: 190), na sua análise dos processos de autoconsciência e modelização cultural, mencionam assim mesmo o erro habitual em muitas histórias literárias de superpor sobre a descrição rigorosa da literatura/cultura uma uniformização destinada a alcançar a unidade orgânica e a eliminação de contradições. Regressarei a isto mais adiante, em particular à ideia limitativa dos sistemas únicos, que em efeito sustenta boa parte das plasmações historiográficas —literárias ou não, sistémicas ou não— as que estamos habituados. Um *sistema único* entenderá-se aqui como aquele que exclui a relevância empírica de redes de correlação alheias à considerada para a postulação do sistema como entidade existente. Por exemplo, as nações e as literaturas nacionais apresentam-se quase sempre, na prática historiográfica e na historiográfico-literária respectivamente, como sistemas únicos. É mais, na maior parte das operações históricas/historiográficas dá-se por suposto que sem redução de campo não há objecto. Por suposto, em termos práticos há algo de razoável em uma decisão deste tipo, mas o certo é que, por abuso não só heurístico, resulta corrente que o excluído passe a ler-se como inexistente.

É comprovável que as dinâmicas identitárias costumam conjugar com perícia essa classe de operativos. O anterior pressupom que por uma decisão limitativa e simplificadora, ao tempo assumida como legítima e até como apoditicamente fundamentada, deixam de observar-se e de valorar-se como pertinentes redes concorrentes doutros factores correlacionados. Como é lógico, essas redes podem incorporar por desdobramento alguns dos factores já considerados para postular a existência do sistema pré-dado (associados agora a outros factores e/ou a outras redes) ou, alternativamente, outros factores não incorporados mas que em efeito existem, intervêm e interactivam. E não só o fazem com outros presentes em alguma das redes excluídas senão também, com muita probabilidade, com os próprios factores integrados na rede constituinte do suposto sistema único. Uma comunidade de consumidores CC adscrita a um sistema cultural SC1 pode perfeitamente simultanear actividades de consumo perceptíveis, e até determinantes no mercado e/ou no repertório, em um sistema cultural SC2 diferente; e em tal medida que até possa chegar a questionar-se a adscrição primária de CC a SC1. Portanto, o sistema único não só ignora a existência de possíveis redes alternativas à rede sustentadora do sistema senão que ademais exclui que algum dos seus factores possa sê-lo, em simultaneidade, doutro sistema.

Umha nova exemplificação dotará de maior claridade o que se quer dizer. Na sua reformulação da teoria dos polissistemas, Even-Zohar (2005: 31) apresenta a instituição e o mercado como os intermediários entre as forças sociais e os repertórios culturais. A questão é que em situações culturais desenvolvidas e não submetidas a uma excepcional pressão uniformizadora e censora não existe possibilidade de um mercado único nem de uma instituição única, como tampouco de um repertório único. Evidentemente, isto é assim em sociedades multiculturais caracterizadas ou não por processos de hibridação, mas é assim também em sociedades supostamente coesas. O mercado é sempre plural, o mesmo que o repertório. Segundo acaba de ver-se, sectores do mercado de um suposto sistema único participarão em mercados alternativos e/ou extra-sistémicos, e o mercado desse suposto sistema único será participado por consumidores associados de raiz a outros sistemas. Isto não é uma rareza, mais bem é a norma. A aceitação de que todo sistema é em realidade um polissistema ou «sistema de sistemas» não é suficiente para desocupar-se deste complexo assunto, com óbvias repercussões na translação diacrónica do problema e com evidente incidência na historização correspondente. De facto, em uma HL de base sistémica não só seria inadmissível a postulação de um sistema único, também resultaria inaceitável o critério de localização única aplicado aos objectos de análise. Todo acto histórico e todo sujeito histórico formam parte de planos históricos plurais, pelo que nenhuma realidade histórica pertence a um plano-relato único. Um dos problemas, então, é o da adjectivação identitária da HL sistémica, pois ainda que seja em um nível secundário esse tipo de chaves (territoriais, culturais, sociais, lingüísticas...) acabam por aparecer. E quando não o fazem é simplesmente devido a alguma classe de malentendido conceptual ou impostura epistemológica (p.e., a que leva a identificar *sistema literário* e *literatura nacional*, tão corrente). Em realidade, o problema dista de ser novo. Qualquer historiografia literária deve geri-lo optando por algum critério de axialização e vertebração. A diferença radica em que uma HL não sistémica e/ou não empírica promoverá a naturalização de tal critério, enquanto que o operativo irrenunciável de uma HL sistémica deveser sempre o contrário: renunciar a camuflar a decisão, sacá-la à luz ao lado da complexidade de base e mesmo aprofundar na sua problematização relacional e funcional. Antes de regressar a este terreno perfilarámsen outras análises parciais que contribuam a estabelecer um marco de observação conjunta.

Resulta claro que especificar o objecto de uma história determinada tem consequências sobre a classe de conhecimento que se aspira a constituir e sobre o tipo de discurso associado a tal eleição. A história da biologia e a história da arquitectura, por exemplo, compartilharão alguns operativos e decisões. E sem dúvida divergirão noutros. Não só por atenderem realidades objectivamente diferenciadas

senom também porque noções como *organismo* ou *construção* são problemáticas de seu e porque não estão dadas de antemão de maneira inequívoca, contando cada uma delas com uma história conceptual própria (Koselleck) ao longo do tempo. E noutro plano, ademais, porque os discursos habilitados para informar sobre a diacronia conceptual associada a essas noções e à sua evolução são igualmente plurais. Nesta ordem de coisas, se se considera o tempo transcorrido desde a Ilustração, costuma-se aceitar como lógico que em termos comparativos a história da biologia, obrigada a incorporar os processos específicos da bioquímica, da biologia molecular, da genómica e outras disciplinas convergentes, ampliasse o seu núcleo de atenções bastante mais do que precisou fazer a história da arquitectura.

A este respeito cabe ainda uma observação complementar, usual como tema recorrente de debate em práticas historiográficas do tipo das citadas mas quase ausente na esfera da historiografia literária. Trata-se da questão da idoneidade do perfil autorial associado ao campo de especialização. Em definitiva, simplificando algo as coisas, a decisão sobre se a história da arquitectura deveria ser responsabilidade de um historiador ou de um arquitecto. Ou sobre se a história da biologia corresponderia a um historiador ou a um biólogo, ou em geral a alguém versado em ciências experimentais. Essa classe de correlação não é tão clara na historiografia literária. Existem por suposto casos de histórias literárias feitas por poetas e escritores (de Ronald de Carvalho a Max Aub ou Emma Donoghue), mas o debate sobre se a HL poderia corresponder plena ou parcialmente aos historiadores (promovido em termos teóricos por Lucien Febvre, Roland Barthes e tantos outros) resultou descontinuo e muitas vezes foi calado antes de tempo pelos poderes corporativos e as inércias académicas.

Em todo caso, depois da experiência da escola de *Annales* parece consolidada uma compreensão das diversas formas da historiografia como programas que só garantem rigor e utilidade a partir da constituição de grupos de trabalho colaborativo interdisciplinares e plurais. Lembre-se que das quatro grandes vertentes programáticas anunciadas por Lucien Febvre em 1947 ao se fazer cargo da sexta secção da *École Pratique des Hautes Études* de Paris, uma se orientava precisamente à procura de um reencontro entre as ciências humanas e outra à promoção da investigação colectiva entre equipas de historiadores e outros especialistas. Nessa linha, pode conjecturar-se que em um futuro não distante se contemplará como anacrónica e pouco fiável qualquer postulação de uma autoridade e de um discurso historiográficos ligados à individualidade do sábio/informador. Provavelmente, acabou para sempre o tempo das narrativas historiográficas unipessoais e o das expectativas associadas⁸. E não me parece que essa prevenção demore em

NOTAS

8 | Refiro-me com esta última expressão a situações como a vivida pela academia e a intelectualidade espanhola e latino-americana que a finais do século XIX esperaram longamente por uma proposta historiográfico-literária de Menéndez Pelayo que nunca chegaria a concretar-se. González-Millán (2006) compilou os documentos epistolares referidos a essa espera no período 1877-1901. Inclui correspondência sobretudo com Juan Valera, Gumersindo Laverde Ruiz e o colombiano Miguel Caro.

estender-se assim mesmo aos grupos de historiadores submetidos a umha coerência epistemológica blindada e a umha coesom programática e estratégica percebidas como excessivamente rígidas, disciplinadas e autotéticas. É provável, porém, que os leitores futuros demandem de maneira incondicional resolver por si próprios as contradições que os dados e as interpretações cruzadas das equipas de historiadores ponham sobre a mesa. Assim as cousas, parece provado que o maior repto público (social, político) da HL é a renegociação da autoridade narrativo-historigráfica e administrativo-institucional que está nas suas próprias raízes disciplinares. E a este respeito, nom me resistirei a deixar anotada umha advertência destinada a evitar possíveis simplificações.

Trata-se do seguinte: sem dúvida, existem formas de autoridade à margem do relato omnisciente e fora dos mecanismos de controlo do narrador-historiador. A renúncia à narrativa no ofício do historiador, que como tem lembrado Peter Burke é umha reclamação presente já no século XVIII⁹, nom pressupom de seu a desactivação daqueles mecanismos nem a superação de dependências deterministas, explicativas, causais ou teleológicas. Tampouco pressupom necessariamente umha suspensom da seqüencialidade, a linearidade, a continuidade ou o causalismo. Assim, pois, a suposição segundo a qual a mudança de rumo expressada por Lawrence Stone (1981) como passagem de um modo analítico a outro descritivo representaria umha correcção mas nom umha impugnação dos «excessos» da historiografia narrativa deve calibrar-se com atenção.

Igual que trás toda narrativa há sempre um eu-narrador(-focalizador), há também, sempre, trás todo discurso descritivo um eu-descritor(-focalizador). A opção em prol da descrição nom pressupom de seu um seguro de objectividade ou de nomintervençom sobre a matéria da análise. Mais ainda: nom é evidente a existência de dous princípios construtivos ou estruturas formais contrapostos na HL (narrar/descrever) —no sentido exposto por exemplo por Remo Ceserani (1990: 17-32)— se essa oposição se extrapolar fora do paradigma do historicismo teleológico nacionalista próprio do século XIX.

Voltemos agora brevemente ao debate aberto a propósito da historização da biologia e da arquitectura. Com a noção de *literatura* e com a historicidade associada som precisas algumas aclarações e certas precauções comparáveis às associadas aos conceitos antes mencionados de *organismo vivo* e *construção*. De facto, os resultados da HL dificilmente podem homologar-se quando se consideram práticas suficientemente afastadas no tempo. Isto é assim, de entrada, porque aquilo ao que fai referência o nome *literatura* constitui domínios muito distintos a finais do século XVIII e

NOTAS

9 | O escocês John Millar constitui um bom exemplo, sumamente interessante ademais desde o ponto de vista sistémico.

a começos dos séculos XX ou XXI. Porém, existe umha tendência inercial e essencialista, inconveniente em suma, a pensar que essas diferenças som apenas de matiz. Em conseqüência, assimila-se que o rótulo *História literária* nom só conserva vigência plena senom ademais que é legítimo falar de continuidade epistemológica e funcional entre práticas historiográficas separadas por duzentos anos e por considerarem objectos de estudo tam dissímeis como os que por caso aparecem no modelo de Girolamo Tiraboschi (*Storia della letteratura italiana*, 1772-1781) e no dirigido por Alberto Asor Rosa (*Letteratura italiana*, 1982-1996). Neste quadro, talvez conviria começar por explicitar que só por umha espécie de pacto nom escrito aceitamos que se fale de umha única disciplina apesar de os campos objecto de historizaçom diferirem tanto. Isto explicaria, contemplado desde um prisma diferente, a renúncia ao uso da palavra *história* em determinados projectos plenamente historiográficos. E até o feito de que haja quem opte por preterir o rótulo *literatura* em favor doutros como *cultura literária*, quando nom *vida literária* ou *campo literário*.

As modalidades historiográficas entendidas como práticas discursivas possuem de seu umha dimensom performativa com umha dobre vertente, a dirigida à comunidade referenciada (*sujeito da história*, chamou-se-lhe em certa altura) e a dirigida à comunidade referente, reguladora e institucionalizadora da operaçom e do conhecimento historiográficos. Enquanto a primeira se configura com agentes históricos vinculados pola sua relaçom directa com o objecto prefixado e por algumha forma de conexom de contigüidade e continuidade que os une no espaço-tempo como grupo (cultural, lingüístico, religioso, social, nacional...), a segunda integra os agentes que documentam, constroem, discursivizam... a história e que participam em um diálogo científico e em umha pugna epistemológica e ideológica polo controlo do saber e da sua incidência na esfera pública. Sergio Sevilla (2000: 140-159) vincula acertadamente esta performatividade com umha mudança epistemológica pola qual a *theoria* —antes «duplicado conceptual do real»— passou a tratar-se como *poiesis*: a historiografia afrontou assim um giro retóricoprágmatco, de modo tal que o imaginário passa a ser o que constitui a realidade social, e é a teoria a que produz, em sentido *poiético*, o mundo (White, Durkheim, Mauss, Castoriadis).

Nada do anterior exclui a marca crítica do conhecimento histórico: será sempre a intervençom historiográfica a que para começar questione as conexons de contigüidade e continuidade e a própria existência da comunidade postulada como objecto específico de atençom. Descontinuidades e alteridades podem encaixar assim, mediante procedimentos diversos, na série historiográfica, originando até a refutaçom de objectos/identidades considerados e acordados por consenso como existentes noutros momentos e/

ou desde outras perspectivas; ou, contrariamente, reclamando a incorporação de objectos/identidades inobservados ou excluídos pela comunidade reguladora do saber histórico. Um aspecto destacado da dimensão prático-agencial dos historiadores e dos seus discursos radica na possibilidade de umha aplicação não excludente de métodos e de escalas, assunto que volta convocar a ideia de pluralidade e que me parece oportuno destacar. As escalas, por exemplo, aplicadas sobre um mesmo núcleo de referência submetido a umha contemplação em diferentes níveis, originam propostas não necessariamente antitéticas nem contraditórias (tampouco necessariamente complementárias, lidas desde um ponto de vista informativo). As cartografias e as escalas, contempladas em chave de aplicação histórico-literária, sinalam a inexistência de comunidades isoladas ou impermeáveis frente ao seu exterior/limites ou frente a outras comunidades¹⁰. E não só isso, senão que ademais põem em questão a própria identidade comunitária se esta se postular sobre bases monoparamétricas (língua, religião, género, unidade administrativa...). Dito com maior precisão: o que põem em questão é o consenso sobre a postulação/invenção de umha entidade funcionalmente admitida como sujeito histórico.

O anterior não significa que fique impugnada qualquer prática historiográfica de escala única, seja esta menor ou maior. Não muito menos. Mas sim introduz umha reserva de forte calado heurístico e epistemológico, que pode traduzir-se nos termos seguintes: «quanto aqui se diga é o resultado de informar/interpretar como se a escala activada fosse a única ou a mais apropriada para a finalidade estabelecida». Obviamente, essa finalidade é susceptível de variação, pois dependerá de critérios diversificados e irreduzíveis que vão desde umha suposição de não-intencionalidade ou intencionalidade não marcada até alguma classe de compromisso *a priori* (académico, sectário, ideológico...). E que dizer sobre os métodos? Como mínimo, outro tanto.

Regressemos à questão da performatividade, agora em associação com os princípios construtivistas que a teoria dos polissistemas assume. Quiçá convenha começar por umha afirmação: não há possibilidade (nunca a houve) de umha historiografia (literária) não performativa. Isto é assim porque toda história é umha tomada de posição por parte de algum agente que intervém como sujeito de um acto comunicativo-performativo. Um complemento necessário para esta afirmação é o seguinte: cada vez é mais limitado o espaço para umha História (literária) não empírica. Essa possibilidade existiu no passado, de facto há mostras numerosas dela; porém, apesar do carácter performativo da intervenção do historiador e em condições de normalidade hoje resultaria anacrónica e intelectualmente recusável umha alternativa que se evadisse dos dados em direcção a alguma ordem metafísica ou transcendente,

NOTAS

10 | Considere-se a este respeito o enunciado do primeiro princípio da interferência literária/cultural em Even-Zohar, que em «Polysystem Studies» formulou como «Literatures are never in non-interference» (Even-Zohar, 1990: 59) e em *Papers in Culture Research* como «Interference is always imminent» (Even-Zohar, 2005: 57).

ou até a um manifesto ponto de fuga teleológico. Como é óbvio, isso não anula as consequências do relativismo discursivo nem as derivadas do conhecido como giro lingüístico. Tampouco as devidas à marca construtivista referida à correlação entre a teoria e os seus objectos, que leva a Even-Zohar (1990: 3) a afirmar que o único modo adequado ou viável de observar um determinado objecto de investigação é através do estabelecimento de hipóteses segundo as quais aquele está efectivamente sujeito a um conjunto localizável e relativamente sucinto de leis, cujo descobrimento e formulação deveria constituir o objectivo de toda ciência.

A teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar apresentava-se em 1978 como uma aproximação propícia à análise da metodologia histórico-cultural e à concreção de alternativas aplicáveis em particular ao tratamento historiográfico dos sistemas dependentes ou minorizados, talvez porque essa era já desde dez anos antes uma das preocupações básicas do próprio Benjamin Harshav (Hrushovski), comparatista e professor de Poética na Universidade de Tel Aviv e um dos referentes da Unidade para a Investigação da Cultura¹¹. Porém, a perspectiva histórica evidencia-se com menor ênfase nas posteriores compilações de trabalhos de Even-Zohar (1990, 2005, 2007), se bem costuma deixar-se clara a dupla possibilidade programática apresentada como uma teoria dos sistemas estáticos e uma teoria dos sistemas dinâmicos. Um aspecto destacável dessa alternativa é o que se expressa com firmeza nestes termos: «it must be admitted that both synchrony and diachrony are historical, but the exclusive identification of the latter with history is untenable» (Even-Zohar, 1990: 11).

*

A nossa atenção deve cingir-se neste momento à resposta que uma HL de fundamentação sistémica está capacitada para oferecer à série de quatro reptos heurístico-metodológicos antes citados, que não estará de mais sinalar que são convergentes e interdependentes. Resumiremo-los deste modo: 1) concretizar em perspectiva dinâmica os limites sistémicos e as interacções polissistémicas, extra-sistémicas e subsistémicas; 2) incorporar com sentido relacional não só produtos senão também possíveis; 3) optar entre o modelo da seqüenciação tradicional ou o da policronia dinâmica para dar conta da evolução e das mudanças sistémicas; e 4) conformar uma selecção (crítica?) de dados heterogéneos historizáveis e ajustar, se não uma *história efectiva* em sentido pleno, sim pelo menos um diálogo com os constructos historiográficos prévios ou concorrentes.

A questão dos limites na teoria de sistemas é fulcral desde que Niklas Luhmann assumiu os postulados de Humberto Maturana e

NOTAS

11 | Os epígrafes «história da literatura», «história cultural» ou «modelo histórico» vertebram o sumário e os conteúdos de *Papers in Historical Poetics* (Even-Zohar, 1978). Sobre isto mesmo, veja-se a análise parcialmente divergente de González-Millán (2001: 306), quem considera que em Even-Zohar há uma incorporação de um horizonte histórico sobre o modelo inicialmente constituído, mas que foi obstaculizado pela «mediación dun esquema heurístico excesivamente sistemático e abstracto».

Francisco Varela sobre a autopoiese. Como sinala Maldonado Alemán (2006: 19-23), em Luhmann os *sistemas sociais autopoieticos* som sistemas autónomos que se organizam de forma auto-produtora, autoreguladora e auto-referencial e que estabelecem uns limites diferenciadores com o seu entorno. Assim entendida, é claro que a autopoiese mantém pontos de convergência com o que noutras plataformas teóricas podem representar a cultura como sistema semiótico modelizante na semiosfera (Lotman), o *habitus* no campo social (Bourdieu), o repertório no sistema cultural (Even-Zohar) ou a vida textual e a vida antro-po-social nas coordenadas da instituição literária (Moisan). Maldonado Alemán (2006: 27) aponta que seriam três as relações de que deveria ocupar-se umha história dos sistemas literários: as intra-sistémicas, as extra-sistémicas e as intersistémicas. Em todo o caso, insistirei de novo na advertência sobre o que antes interpretei como umha espécie de redução aos princípios de sistema e localização únicos, mediante a qual o analista tenderá equivocadamente a ignorar a existência de redes sistémicas alternativas à considerada como referência autopoietica de base, ou também à pertença a umha rede sistémica *outra* de algum factor ou relação supostamente intra-sistémico. Dito em palavras mais categóricas: em um espaço social determinado nom tem por que haver um único sistema social/cultural (é mais, esse caso seria excepcional)¹², e um factor sistémico dado pode associar-se simultaneamente (a maioria o fazem) a diversas redes sistémicas, em definitiva, a diversos sistemas.

Na concreção dos limites sistémicos seria produtivo fixar-se nom só nas interferências e no que caberia denominar dimensão relacional *paratáctica* —âmbito do que se vem ocupando assim mesmo a historiografia comparatista com desigual fortuna— senom também na dimensão relacional *hipotáctica*, mais pendente das juntas-disjuntas e dos encaixes polissistema-sistema-subsistema que de umha visão intersistémica central-central ou central-radial. O relevante é entender que o sistema cultural é sempre um sistema complexo em razom de limites, inter-relações e hierarquizações¹³.

Em umha publicação anterior explorei a rendibilidade operativa da noção de *delegação sistémica*, próxima à de subsistema¹⁴ e igualmente receptiva ao modelo bourdiano dos campos sociais e ao que poderíamos catalogar como umha topologia de sistemas (Casas, 2003: 74-75). Por afectar às relações intersistémicas hipotáticas tentarei redefinir o conceito com maior precisom. Umha delegação sistémica é o resultado de umha interferência entre sistemas culturais que projecta à escala e com carácter global o centro do sistema fonte no centro ou na periferia do sistema receptor¹⁵. Do que se trata, pois, é de que se exporta ou desloca em escala menor a outro sistema o conjunto de características funcionais que definem o centro do sistema fonte.

NOTAS

12 | Lembre-se a diáfana posição de Even-Zohar ao respeito e as suas reservas sobre qualquer redução da heterogeneidade nos estudos literários: «The acuteness of heterogeneity in culture is perhaps most “palpable,” as it were, in such cases as when a certain society is bior multilingual (a state that used to be common in most European communities up to recent times). Within the realm of literature, for instance, this is manifested in a situation where a community possesses two (or more) literary systems, two “literatures,” as it were. For students of literature, to overcome such cases by confining themselves to only one of these, ignoring the other, is naturally more “convenient” than dealing with them both. Actually, this is a common practice in literary studies; how inadequate the results are cannot be overstated» (Even-Zohar, 1990: 12).

13 | Também —privilegiando nisto a atenção a Lotman— que a fronteira semiosférica é um factor simultâneo de organização (cara a dentro) e de desorganização (cara a fora).

14 | Empregada esta por Elias Torres Feijó em distintos trabalhos a partir do ano 2000 e aplicada nas investigações sistémico-culturais do Grupo Galabra, por ele dirigido. Sobre a teorização de Torres Feijó, muito conectada com o modelo de Even-Zohar, voltarei mais adiante.

15 | Nom poria inconveniente a substituir «sistema receptor» por «cultura receptora» se se registra insuficiência sistémica. Em processos históricos de colonização ou de expansom imperialista a delegação sistémica formaria parte do aparato de assimilação cultural que sucede

A existência da delegação sistémica liga-se a dous possíveis factores: o prestígio do sistema fonte e/ou um certo grau de proximidade sistémica. Tal proximidade pode ser de índole geográfica, lingüística, político-administrativa, cultural, ideológica, religiosa... A marca de globalidade pressupom que a projecção à escala do centro do sistema fonte nom se limita a elementos de repertório, senom também de mercado, de consumo e sobretudo institucionais. Portanto, essa globalidade projectada acaba implicando um repto ao mantimento de umha identidade unida no sistema receptor (ou na cultura receptora): a delegação sistémica, em quanto *sistema à escala*, entra em concorrência com o sistema receptor e desestabiliza ou dilui as suas chaves identitárias.

Além disto, a interferência descrita sujeita-se plenamente às leis da interferência cultural postuladas por Even-Zohar desde 1990, o qual significa, entre outros extremos, que se produz de modo unidireccional desde um sistema forte ou prestigiado a outro sistema fraco ou dominado; ou, noutras ocasiões, a um sistema emergente em processo de constituição. Significa igualmente que a delegação sistémica, como resultante da interferência produzida, redistribuirá a sua identidade funcional (nom necessariamente homóloga à do centro do sistema fonte) e normalmente simplificará, regularizará e esquematizará os elementos e relações importados ou apropriados, se bem tenderá a manter umha relação de dependência com o sistema fonte. Essa simplificação redundará, por exemplo, em umha aceitação da minorização sistémica própria, em umha interiorização da subalternidade e em umha limitação ao *local* e *menor* das aspirações de todo sistema cultural autónomo. Por outra parte, quando se diz que a projecção sobre o sistema receptor pode recair no seu centro ou na sua periferia, quer indicar-se que a localização funcional da delegação sistémica terá umha fortaleza/prestígio e exercerá um domínio variáveis, que dependerám das circunstâncias históricas.

Nom se tem sinalado entre os investigadores vinculados com o paradigma sistémico a notável quantidade de ocasiões em que Even-Zohar fala de *comunidades*, noçom acaso ambígua em sentido teórico-sistémico mas nom tanto como referente cultural¹⁶. Precisamente, a incorporação que sugiro do conceito de delegação sistémica tem um encaixe simples no marco das relações entre comunidades vinculadas por alguma relação de domínio e submetimento ou por laços históricos derivados de processos de expansom ou colonização¹⁷. De aí a equiparação última a umha polaridade sistema-subsistema e às dinâmicas de emancipação/submetimento.

Apartir de aqui, como proceder a umha historização da complexidade e da heterogeneidade? Semelha claro que as dimensões geográfica

NOTAS

à fase de maior rigor na aculturação das comunidades submetidas. Nestes casos, acaba sempre por aparecer e estabelecer-se umha burocracia intelectual que é um dos mecanismos mais efectivos na consolidação da hegemonia e que, à sua vez, acabará sendo alvo preferente das reacções contra-hegemónicas de resistência cultural. Doutra banda, nos processos modernos e contemporâneos de centralização derivados da constituição de estados que planificam umha homogeneização cultural (praticamente todos), as delegações sistémicas formam parte das correias de transmissão hierarquizadoras que aspiram a instaurar um reconhecimento da superioridade da cultura nacional-estatal sobre as manifestações estereotipadas e minoradas do presentado como local/regional.

16 | De facto, nom semelha demasiado arriscada a conjectura de que nos trabalhos de Even-Zohar «comunidade» é equiparável a maior parte das vezes a «nação». Quiçá nom devam equacionar-se ambos os termos e conceitos no discurso deste teórico, mas quase sempre e como mínimo — reitere-o — o uso do primeiro engloba o significado do segundo, às vezes sem menor/menor extensom perceptível. A esta luz, talvez seria necessário matizar a posição de González-Millán (2001: 304) sobre o silêncio ou relegação implícita da lógica discursiva nacional nos textos teóricos de Even-Zohar, juízo que estendeu aos de Pierre Bourdieu.

17 | Even-Zohar estabelece nas suas propostas que centro e periferia nom se configuram necessariamente nos polissistemas culturais

e lingüística, inesquívaveis na historiografia literaria, saem também ao passo quando se opta pola perspectiva sistémica. Umha e outra deveriam concentrar umha parte importante dos esforços justamente em pensar a correlaçom autopoiese-entorno, em pensar os limites e o extra-sistémico como factores construtivos do sistema, algo que a HL de base nacional nunca fijo¹⁸, basicamente por assumir a centralidade da ideia da naçom como modelo normativo que se afirma em operativos de exclusom e que deixa em suspenso *ad kalendas graecas* qualquer reconhecimento sobre o seu estatuto inventado/postulado e acordado por consenso/imposto.

Mas existe mais um factor que afecta a essa correlaçom autopoiese-entorno nos sistemas culturais e em particular nos literários: o fenómeno da traduçom, excluído quase sempre da perspectiva histórica-historiográfica apesar de resultar capital baixo um ponto de vista sistémico, e nom precisamente por entender a literatura traduzida como série *justaposta* de produtos e repertórios secundários senom como parte integrante, em pé de igualdade, da rede de factores sistémicos que definem o polissistema.

Entom, descartada a burda equiparaçom entre sistema literário e literatura nacional, que fazer? Fixar como referente da HL a cultura, a língua, o espaço social, a esfera pública, a etnia, a comunidade, o território... e, portanto, *umha* cultura, *umha* língua, *um* espaço social, *um* território dados? A soluçom nom é única, e claramente dependerá da planificaçom prévia e dos efeitos procurados polos agentes que assumam o programa historiográfico.

José Lambert vem reclamando desde começos dos anos 90 que se privilegie umha localizaçom espacial-administrativa («literatura *em* A», alternativa a «literatura *de* A»), nom exactamente descrita como territorial, na que se trataria de observar as *formas de coabitaçom* entre literaturas/línguas/culturas e as instituïçoms públicas, sobretudo o Estado. Além do alcance das aplicaçoms específicas desenvolvidas por Lambert a propósito das sociedades multilíngües e multiculturais, a proposta tem interesse. E ademais activa encaixes produtivos com o *spatial turn* vivido nos últimos decénios polas ciências sociais. Justamente por isto, aponte em um trabalho recente à possibilidade de desenvolvimento de umha geohistoriografia literária organicamente pendente das dimensoms local, regional, nacional e mundial da cultura literária (Casas 2005), para a qual constatee a existência de quatro programas de investigaçom em marcha com resultados aproveitáveis. Som os devidos a Dionýz Durišin e à Escola de Bratislava, às teorias empírico-sistémicas (Schmidt, Even-Zohar, Tötösy de Zepetnek, o CRELIQ e logo o CRILCQ no Quebeque), aos estudos pós-coloniais e sobre a subalternidade e a Mario J. Valdés e o Comité de História literária comparada da Associação Internacional de Literatura Comparada.

NOTAS

como posiçoms singularizadas. Em um mesmo polissistema é possível que existam vários centros e várias periferias. Interpreto que quanto mais complexo seja o polissistema, em funçom da dinâmica das relaçoms entre factores ou em funçom dos subsistemas integrados, maiores possibilidades haverá de geraçom de centros-periferias digamos *sectoriais*. Fica para outro lugar o estudo de umha possível adaptaçom do conceito de delegaçom sistémica em sentido intra-sistémico (na linha de hierarquia hipotáctica sistema-subsistema), que iria associada a umha dupla funcionalidade principal, a coesom e o controlo. Em definitiva, a umha *provincializaçom* ecóica da cultura no sentido central-radial.

18 | Estimo que nem sequer em projectos receptivos ao paradigma empírico-sistémico. Um caso significado é o representado polo projecto *La Vie littéraire au Québec*, na actualidade dirigido por Denis Saint-Jacques e Maurice Lemire, com cinco volumes publicados de um total de oito projectados. Nos volumes III, IV e V aparece um capítulo inicial intitulado «Les déterminations étrangères du champ littéraire», mas nom julgo que alcance a ocupar-se das tarefas concretas que acabo de sinalar como obrigadas. O capítulo correspondente ao volume V, por exemplo, centra a atençom em três esferas de relaçoms exteriores: a literatura francesa, o catolicismo e a cultura estado-unidense (Saint-Jacques e Lemire, 2005: 9-29).

Cingindo-nos só à segunda dessas perspectivas, a questão dos limites sistémicos carece a dia de hoje de umha solução de consenso, em especial a propósito das que denominei relações hipotáticas. Porém, considero que o seu estudo alcança no modelo analítico de Torres Feijó (2004) úteis ferramentas a propósito da dialéctica sistema-subsistema, com integração assim mesmo de conceitos tam operativos para umha HL de base sistémica como os de *protossistema*, *parassistema* ou *enclave*¹⁹. A diferenciação prévia formulada por Torres Feijó (2004: 428) entre *espaço social e conjuntos sociais* incorpora em realidade algo mais que as formas de coabitação de Lambert, ao outorgar peso analítico nom ao reconhecimento institucional da diferença senom à consciência sociocultural da diferença/dependência/conflito e à decisão e capacidade de intervir a fim de geri-los e negociá-los na esfera pública. Parece-me umha opção viável e prometedora que haveria que contrastar em relação aos diferentes marcos sistémicos. Por exemplo, o das culturas pós-coloniais latino-americanas no século XIX, no que a dialéctica historiográfica entre sectores conservadores e liberais oferece dados de grande alcance político-institucional, culturológico e performativo em dependência dos modos e dos ritmos com os que produziu o acesso à independência nas distintas repúblicas —os casos extremos poderiam ser o chileno e o mexicano—, mas também em razão do grau de implantação e consolidação das tradições coloniais²⁰.

O fundamental, na problematização aqui estabelecida, seria a alternativa historiográfica que desde aqueles marcos sistémicos for factível formular. A opção de constituir umha HL sistémica como suma integrada de umha série de histórias parciais dos factores vinculados à rede investigada (história dos repertórios, do consumo, das instituições...) é nom só inapropriada senom absurda e estéril de um ponto de vista sistémico. Do mesmo modo, a opção de configurar a HL de um polissistema por adição das histórias sectoriais dos seus subsistemas carece de sentido. Apesar disto, existe um número apreciável de tentativas dessa classe de observações, com frequência autoproclamadas *sistémicas*. Sobre elas, só cabe admitir o seu carácter básico e ancilar, nada mais. O tipo de programas que representam é claramente insuficiente, por quanto umha história sistémica obriga-se a dar conta ante todo das relações de interdependência factorial (ou, na segunda vertente, das relações hipotáticas sistema-subsistema) e nom existe possibilidade nengumha de descrever funcionalmente os factores do polissistema (ou, na segunda vertente, os subsistemas) de forma isolada e autonomizadora. Traçar de modo autónomo a história de um factor ou a correspondente a um subsistema —ou, noutra plano, reduzir a heterogeneidade a homogeneidade— nom é fazer análise sistémica.

*

NOTAS

19 | O subsistema caracteriza-se neste modelo teórico por acolher «práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a “literaturas regionais” tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico)» (Torres Feijó, 2004: 429). O protossistema acolheria porém «práticas tendentes à configuração de um novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado». E o parassistema existirá em canto houver «redes culturais, com vínculos de compartição exclusiva entre os seus membros, que actuam e se desenvolvem em um espaço social ocupado por um sistema a que nom pretende substituir nem impugnar mas com o qual nom se vincula em modo nengum, do qual nom fai parte» (Torres exemplifica com as práticas culturais das comunidades ciganas em distintos espaços sociais europeus). Finalmente, um enclave é um espaço social que se vincula a outro actuante e admitido como metrópole e que assume umha pertença comum a um único sistema cultural, algo relativamente corrente nas comunidades de emigrantes europeus que se instalárom nas grandes cidades americanas ao longo do século XIX e umha parte do século XX.

20 | Beatriz González Stephan (1987: 186) explicou-no com detalhe: «donde las estructuras coloniales tuvieron un arraigo más profundo, el proyecto liberal se cumplió de forma moderada, dando lugar a un conservadurismo con tintes liberales, que, paradójicamente, facilitó el surgimiento de historias literarias alrededor de la década del 60 [s. XIX].

A partir de aqui, referirei-me de maneira muito mais sucinta aos outros três reptos de umha HL sistémica. Em primeiro lugar, tratarei sobre a dialéctica entre produtos e possíveis. Parece provado que a análise sistémica prioriza como objecto de atenção os factores e as relações existentes (existentes em quanto efectivos, actualizados), e que, como mínimo, deixa em um segundo plano a investigação sobre alternativas possíveis de constituição factorial e da rede relacional vinculada. Isto obedece seguramente a um dos objectivos heurísticos ressaltados por Even-Zohar, sobretudo na sua revisão da teoria dos polissistemas: a tentativa de reduzir os parâmetros, e as conexões entre eles, a fim de que o objecto de estudo sistémico assegure um carácter empírico. Para ser exactos, haverá que acrescentar que a teoria dos polissistemas assume o que Lotman e Uspenski (2000: 191) denominam *princípio de alternatividade*, pelo qual elementos, ordenações ou estruturas semiótico-culturais —incluído o sistema semiótico íntegro— são percebidos como alternativas.

Na dialéctica produtos-possíveis, contemplada basicamente na perspectiva do repertório e na da correlação «*culture-as-goods*»/«*culture-as-tools*»²¹, Even-Zohar tem presentes vários modelos, entre eles os da socióloga Ann Swidler e os da escola de Tartu-Moscova (Lotman, Uspenski e Ivanov em particular)²², mas evidencia um interesse muito prioritário por dialogar com a teoria dos campos sociais de Bourdieu e em particular com a noção de *habitus*. Porém, a consideração em primeiro plano do repertório como conjunto de regras e de materiais potenciais para a produção e o consumo no marco de um sistema dado, e a própria conexão entre aquele e o par produtor-produto, resultam insuficientes para explicar todo o que na teoria dos campos sociais sim explica a correlação entre as posições ocupadas no campo, o espaço dos possíveis e as tomadas de posição entendidas como eleições entre possibilidades.

Segundo postula Bourdieu, o espaço dos possíveis é um sistema de coordenadas que medeia sempre entre as posições e as tomadas de posições efectivas tal como umhas e outras são percebidas desde um *habitus* concreto. Que oferece o espaço dos possíveis como objecto de análise diacrónica para umha história do campo? Bourdieu (1992) sinala, entre outras metas, a constituição das *trajetórias sociais* de grupos de agentes, entendidas como as séries de posições ocupadas em espaços sucessivos em interdependência com os respectivos espaços dos possíveis. Entendo que tam complexa tarefa, necessária mas nom suficiente como programa historiográfico de base sistémica, carece de comparação no modelo de Even-Zohar.

O terceiro repto anunciado consiste na prática em umha opção

NOTAS

Epistemológicamente el discurso histórico tenía un asidero: fundamentar la razón de la misma historicidad en y desde la Colonia, asumiendo más o menos de forma crítica el legado hispánico. Son los gobiernos conservadores los que aceleran la aparición de estas historias, independientemente de que estén concebidas bajo una perspectiva liberal o conservadora».

21 | Even-Zohar observa que a efeitos da concepção de umha nova HL, mais que optar por umha história da literatura/cultura como bens ou por umha história da literatura/cultura como ferramentas, o interessante seria habilitar umha história da interdependência de ambas as concepções, «porque podría explicar las circunstancias que hacen posible que la literatura mantenga o pierda su posición en la actividad incesante para manejar los repertorios de vida en la sociedad» (Even-Zohar, 2007: 34).

21 | La irrelevancia del contenido concreto en las producciones de la industria cultural es uno de los aspectos claves en la caracterización de Adorno y Horkheimer: «El carácter de montaje de la industria cultural, la fabricación sintética y planificada de sus productos, similar a la de la fábrica no sólo en el estudio cinematográfico, sino virtualmente también en la recopilación de biografías b

22 | Neste ponto, discrepo do juízo de Even-Zohar (p. e., em 2005: 37-38) sobre o carácter passivo da noção de cultura em Lotman. Em colaboração com Uspenski, Lotman explicou a cultura como mecanismo semiótico de produção de textos (e lembre-se o sentido específico deste conceito na escola de Tartu-Moscova).

entre modelos de articulação da diacronia. Entre a seqüenciação tradicional e a policronia dinâmica, este segundo modelo parece o idóneo para a concreção das mudanças sistémicas mediante um critério comparativo entre cortes temporais, que, como antes se indicou, poderiam ler-se como umha sucessom discreta de estados de sistema submetidos a contraste. Deste modo, ademais, a combinatória descriçom-narraçom ofereceria mecanismos de segurança limitadores da tendência omni-compreensiva e uniformizadora do relato historicista tradicional e da autoridade homogeneizadora do narrador-historiador. Limitaria assim mesmo a propensom causalista e a ordenaçom cronocausal da realidade documentada. E activaria quando menos umha disposiçom crítica frente ao que Hayden White estudou como *meta-história*, isto é, a infra-estrutura discursiva que prefigura umha opçom topológica constituinte do discurso historiográfico e que em realidade seria prévia à diversificaçom de propostas por motivaçons ideológicas ou metodológicas.

Finalmente, umha HL de fundamentaçom sistémica teria que resolver o que alguns chamariam a *aporia crítica*. A expressom é sem lugar a dúvidas muito exagerada, e ademais está desfocada. Nas premissas sistémicas, concordantes neste ponto com o que noutra altura significárom a *nouvelle histoire*, ou história das mentalidades, e anos depois a história cultural e os Subaltern Studies, nom se aceita a preeminência do socialmente prestigiado como objecto privilegiado de estudo. Como diz Even-Zohar (2007: 5), nom se pode confundir a investigaçom com a crítica, a análise com a atribuiçom de valores. Por isso mesmo, na investigaçom sistémica nom se discrimina a atençom à produçom cultural marginal ou à nom prestigiada. Porque, como sublinha o teórico no mesmo lugar, nengumha ciência pode permitir-se seleccionar a matéria que investiga a partir de critérios que tenham que ver com o gosto e com juízos de valor. Todo isto é indiscutível. Apesar do qual deverá advertir-se que *crítica* nom é um conceito que necessariamente remeta a valoraçom pessoal ou a um horizonte axiológico. Nem muito menos.

Conforme antes se adiantou, existem duas vertentes da suposta *aporia crítica* que se fai necessário esclarecer. A primeira tem que ver com a selecçom do que se submeterá a exame. Nom existe possibilidade nengumha de investigar a totalidade, e ademais, como tem lembrado Valdés ao fio do debate sobre a laboriosa empresa de planificar umha história das culturas literárias latino-americanas, multiplicidade e heterogeneidade nom some equiparáveis na totalidade. Neste sentido, a aspiraçom à documentaçom e à transcriçom do absoluto dos dados supom um programa inabordável e inassumível. Para umha HL de base sistémica ou para qualquer outra via focada no século XXI em sentido historiográfico. A resistêcia à tentaçom neopositivista deveria ser nesta ordem um princípio firme da HL por

NOTAS

Careço de espaço para ampliar argumentaçons, polo que me limito a citar: «La cultura en general puede ser presentada como un conjunto de textos; sin embargo, desde el punto de vista del investigador es más exacto hablar de la cultura como de un *mecanismo que crea* un conjunto de textos, y de los textos como de la *realización* de una cultura» (Lotman & Uspenski, 2000: 178; o itálico é meu).

vir.

A alternativa é simples. Consiste na aceitação do princípio de selecção crítica de referentes (agentes, repertórios, produtos, eventos, instituições, espaço dos possíveis, tomadas de posição...) como garantia de uma representação da heterogeneidade. Partindo da proposta formulada por Even-Zohar de que também a investigação sincrónica (e não só a diacrónica) é histórica de raiz quando se resolve com metodologia sistémica, o mesmo critério tem aplicabilidade à análise do sistema cultural no marco de uma teoria de sistemas estáticos.

Limitarei agora a segunda vertente, que mais acima se introduziu da mão da chamada *operação historiográfica*, à esfera autoral do investigador-historiador e às conexões que este possa traçar entre o sistema/tempo analisado e o sistema/tempo próprio, que é o da sua investigação-escrita. O debate teórico é suficientemente conhecido. O fundamental é o facto de que toda historização de um passado pressupõe uma compreensão *experencial* do presente. Antes de qualquer outra razão, porque o presente é o único lugar possível desde o que exercer a observação da história e desde o que proceder a uma enunciação historiográfica. Já neste sentido inicial, não existe possibilidade de uma história acrítica ou não performativa. Motivo pelo qual alguns teóricos da história falam de que o ofício de historiador é um ofício de mediação. E não falta quem estabelece um correlato pragmático entre história e tradução. Mas mais que a esta classe de considerações quereria dirigir-me, para rematar, ao terreno do que antes tratámos como *história efectiva*.

No breve texto de Gaspárov que se citou e também nas páginas que Lotman e Uspenski dedicaram a uma errónea aplicação dos princípios de auto-descrição e auto-compreensão das culturas, menciona-se a tendência dos historiadores literários a introduzir a informação sobre a recepção de um determinado autor ou poética, em épocas posteriores às suas próprias, como um complemento da análise realizada sobre aqueles. Incorreria-se assim em uma deslocação não justificável, porque o interesse dessas propostas recai precisamente sobre os seus enunciadores, participantes em uma história de efeitos aberta no tempo e nas interpretações/análises dos eventos, dos agentes e dos processos.

Pois bem, uma HL de base sistémica deveria assumir o compromisso de atender e incorporar esses efeitos, não limitando-se a uma observação supostamente desprejuizada e objectivista de fenómenos históricos. E julgo que deveria assim mesmo pensar, e declarar, a posição e o espaço dos possíveis desde os que operam o próprio analista-historiador e o seu discurso. Isto não tem por que conduzir a um programa hermenêutico nem a uma ego-história;

tampouco a umha saída epistemológica como a alcançada por Mieke Bal e a Amsterdam School for Cultural Analysis (Bal 1999), na que o passado interessa fundamentalmente como umha parte do presente, e a análise cultural —por oposiçom à história— é entendida como *memória cultural no presente*. Mas sim seria oportuno que activasse, quando menos, um exercício de auto-análise como o afrontado por Pierre Bourdieu em diversos momentos da sua trajectória. Porque quem negará validade às palavras com as que ponho fim a estas reflexons? «Comprender significa compreender primeiro o campo com o qual e contra o qual um se foi fazendo».

Bibliografia

- BAL, M. (ed.) (1999): *The Practice of Cultural Analysis. Exposing Interdisciplinary Interpretation*, Stanford: Stanford University Press.
- BOURDIEU, P. (1992): *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1994): *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*, Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1997): *Méditations pascaliennes*, Paris: Éditions du Seuil.
- CASAS, A. (2003): «Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico», *Interlitteraria*, 8, 68-97. Acesso em <<http://web.usc.es/~tlcasas/docs/IL8.htm>>, [21/02/2008].
- CASAS, A. (2005): «“Local”, “Regional”, “Nacional”, “Mundial”: Dimensões da História literária», em Campos Fernandes, M.P. (coord.), *História(s) da literatura. Actas do 1º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas*, Coimbra: Almedina & Universidade do Minho, 89-110.
- CERTEAU, M. (1975): *L'Écriture de l'histoire*, Paris: Gallimard.
- CESERANI, R. (1990): *Raccontare la letteratura*, Torino: Bollati Boringhieri.
- EVEN-ZOHAR, I. (1978): *Papers in Historical Poetics*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/php1978.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (1990): «Polysystem Theory», *Poetics Today*, 11, 1, 7-94. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (2005): *Papers in Cultural Research*, Tel Aviv: Unit of Culture Research, Tel Aviv University. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/EZ-CR-2005.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (2007): *Polisistemas de cultura (Un libro electrónico provisional)*, Tel Aviv: Universidad de Tel Aviv & Cátedra de Semiótica. Acesso em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf>, [21/02/2008].
- GASPÁROV, M. L. (2007): «¿Cómo escribir la historia literaria?», *Entretextos. Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura*, 9. Acesso em <<http://www.ugr.es/~mcaceres/entretextos/entre9/gasparov.html>>, [21/02/2008].
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2001): «Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura» em Lozano-Renieblas, I e Mercado, J.C. (eds.), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*, Madrid: Castalia, 301-313.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2006): «Menéndez Pelayo y su proyecto historiográfico de una “nacionalidad literaria” española plurilingüe», *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, LXXXII, 393-428.
- GONZÁLEZ STEPHAN, B. (1987): *La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*, La Habana: Casa de las Américas.
- HUTCHEON, L. e VALDÉS, M.J. (eds.) (2002): *Rethinking Literary History: A Dialogue on Theory*, Oxford e New York: Oxford University Press.
- LACAPRA, D. (2004): *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*, Ithaca: Cornell University Press.
- LOTMAN, I. M., e USPENSKI, B.A. (2000): «Sobre el mecanismo semiótico de la cultura» em Lotman, I.M., *La semiosfera III. Semiótica de las artes y de la cultura*, Madrid: Cátedra & Universitat de València, 168-193. [Original russo de 1993].
- MALDONADO ALEMÁN, M. (2006): «La historiografía literaria. Una aproximación sistémica», *Revista de Filología Alemana*, 14, 9-40. Acesso em <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/fil/11330406/articulos/RFAL0606110009A.PDF>>, [21/02/2008].
- OLINTO, H. K. (1996): «Interesses e paixões: histórias de literatura», em Olinto, H.K. (ed.), *Histórias de literatura. As novas teorias alemãs*, São Paulo: Ática, 15-45.
- SAINT-JACQUES, D. e LEMIRE, M. (dirs.) (2005): *La Vie littéraire au Québec V: 1895-1918*, Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval.
- SEVILLA, S. (2000): *Crítica, historia y política*, Madrid: Cátedra & Universitat de València.
- STEINER, P. (1984): *Russian Formalism: A Metapoetics*, Ithaca: Cornell University Press, 1984. Cita-se pela tradução ao castelhano: *El formalismo ruso. Una metapoética*, Madrid: Akal, 2001.

- STONE, L. (1981): *The Past and the Present*, London: Routledge & Kegan Paul.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2004): «Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais» em Abuín González, A. e Tarrío Varela, A. (eds.), *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 423-444.
- VODIČKA, F. (1995): *La historia literaria: sus problemas y tareas*, València: Episteme. [Original checo de 1942]. Acesso na revista *Criterios* <<http://www.criterios.es/pdf/vodickahistorialiteraria.pdf>>, [21/02/2008].

CONSTITUCIÓN DE UNA HISTORIA LITERARIA DE BASE SISTÉMICA: EL SISTEMA CULTURAL COMO OBJETO DE ANÁLISIS HISTÓRICO EN EL PROGRAMA DE INVESTIGACIÓN DE ITAMAR EVEN-ZOHAR¹

Arturo Casas

Universidade de Santiago de Compostela



Resumen || Este artículo presenta una serie de consideraciones fundamentadas en la teoría de la cultura polisistémica de Itamar Even-Zohar, sobre la delimitación del objeto de estudio de la Historia de la Literatura. Mi objetivo es analizar orgánicamente los cuatro retos principales del funcionalismo dinámico y del modelo sistémico en su aplicación a la historia diacrónica. Estos retos son: 1) entender las interacciones polisistémicas, extrasistémicas y subsistémicas así como las fronteras entre culturas sistémicas como alternativa a la metodología comparatista tradicional; 2) incorporar, como objeto de estudio, no solo productos/textos sino también lo que la teoría de los campos sociales de Pierre Bourdieu describe como «espace des possibles»; 3) examinar un modelo secuencial capaz de elucidar los policronismos dinámicos y los cambios sistémicos; y 4) configurar una selección crítica de datos que sea susceptible a la historización y ponerla en diálogo con otros modelos historiográficos concurrentes.

Palabras Clave || Teoría de los polisistemas | Historia literaria | Literatura comparada | Fronteras | Teoría de los campos sociales

Abstract || This article presents a series of considerations, founded on Itamar Even-Zohar's theory of polysystemic culture, regarding the delimitation of Literary History's object of study. My purpose is to analyze organically the four principal challenges of dynamic functionalism and the systemic model in their application to diachronic history. These challenges are as follows: 1) to understand polysystemic, extrasystemic and subsystemic interactions as well as the borders between systemic cultures as an alternative to traditional comparative methodology; 2) to incorporate as objects of study not only products/texts but also what Pierre Bourdieu's theory of social fields describes as "espace des possibles"; 3) to test a sequential model capable of elucidating dynamic polychronics and systemic changes; and 4) to configure a critical selection of data that is susceptible to historicization and put it into dialogue with other concurrent historiographic models.

Keywords || Polysystem Theory | Literary History's | Comparative Literature | Borders | Social fields theory

El propósito de las siguientes páginas es fijar de manera esquemática una posición sobre algunas líneas de desarrollo de la Historia literaria (HL) y sobre la percepción de su crisis como disciplina, para a continuación concretar un cuerpo de propuestas referido a un cambio de rumbo en la definición y delimitación del objeto de estudio, que lo será también en las opciones metodológicas adoptadas en ese giro heurístico. La posición que se va a fijar viene marcada por un carácter sociosemiótico y sistémico, y se vincula a dos hechos constatables. En primer lugar, que la HL ha dejado de existir como disciplina unificada o aun cohesionada. La innegable resistencia de modelos y prácticas tardopositivistas, afianzados sobre todo en el campo educativo, administra unos procedimientos y una autoridad heredados, pero esta debe dedicar cada vez mayores esfuerzos a justificarse y aquellos son percibidos desde los sectores menos acomodaticios como claramente inerciales por estar agotados sus programas-base. El segundo hecho tiene que ver con las nuevas prioridades de la HL, concentradas a día de hoy en el establecimiento de un objeto de estudio pluralizado e interrelacionado en el campo sociocultural, irreductible a narrativas lineales e incómodo con la autoridad discursiva central, ligada a fórmulas obsoletas y, a fin de cuentas, deshistorizantes². Una consecuencia es la traslación a un plano secundario del debate propiamente metodológico, en alguna medida propuesto en cuanto no exista un acuerdo de mínimos relativo a qué es lo que la HL debe historiar y con qué escala lo debe hacer³.

Sin embargo, la cartografía internacional de la HL no se mueve en bloque. Después de los procesos de descolonización, y también por la emergencia de programas nacionalistas en espacios geoculturales o administrativos sometidos o asimilados, existen entidades (no solo nacionales) que emprendieron *procesos aplazados* de construcción en los que la HL ha adquirido de nuevo un claro sentido social-pragmático. Esta planificación historiográfica convive en el tiempo –o incluso en el espacio– con movimientos de signo contrario que afectan a otras entidades (digamos de nuevo *nacionales*). En ocasiones, ocurrirá incluso que en el mismo espacio geocultural y en simultaneidad distintos agentes activen procesos inversos y que se acaben encontrando en el conflicto de discursos, estrategias y programas, en parte dirigidos a destacar la contingencia o la legitimidad de las planificaciones alternativas a la propia. Sabemos bien que la HL de base nacional es un plano performativo válido por necesidades de cohesión sociocultural y política específicas, a menudo muy marcadas por las urgencias históricas. Cubiertas esas necesidades, la HL nacional se agota como proyecto y cede espacio a planos alternativos, entre lo regional y lo mundial, entre la regionalización –a escala menor o mayor que la propia nación– y la mundialización de la perspectiva histórica. En un orden complementario, la HL nacional tolera contradiscursos destinados

NOTAS

1 | Este artículo fue publicado originalmente en gallego en el volumen 10 de *Veredas. Revista de publicação semestral*, de diciembre de 2008. Agradecemos al equipo de *Veredas* su generosidad al permitir su publicación en este monográfico. Puede consultarse el artículo original en: http://www.lusitanistasail.org/descargar/veredas_10.pdf

2 | Deshistorizantes porque sustentan la idea de que la evolución literaria obedece a ajustes autónomos que no precisan atender las relaciones históricas de lo delimitado solo como *contexto*.

3 | Resulta indicativo el inicio de un breve artículo de M.L. Gaspárov, vinculado con la escuela de Tartu y autor de *A History of European Versification* (1996). El original ruso del artículo, de 2003, empieza así: «A la pregunta “¿cómo escribir la historia de la literatura rusa?” me hubiera gustado responder enseguida: no hace falta escribirla de ninguna manera, ya que ahora mismo no la escribiríamos bien: no hay material» (Gaspárov, 2007). Otra perspectiva de la complejidad de la tarea es la anotada por Heidrun Olinto (1996: 42-43) teniendo a la vista las recientes teorías alemanas sobre un cambio en el programa tradicional de la HL, en especial las debidas a S. J. Schmidt. En este caso, la atención se dirige a la duda sobre la existencia de historiadores preparados (epistemológica, intelectual, académicamente) para asumir tal reto.

a revertir silencios y ocultaciones. De hecho, la aporía de la estabilización nacional (o de la ultimación de un proceso dado de construcción nacional) conduce con frecuencia a la asunción política de que toda Historia (literaria) es un proyecto frustrado que o bien se debería refutar o bien se debería deconstruir⁴. Sin embargo, cuando la crisis nacional se acentúa aparece con frecuencia una rectificación de signo unitario y «patriótico». Un caso claro es el representado por la Hungría de finales del siglo XIX, cuando los modelos historiográficos nacionalistas de Zsigmond Bodnár y de Zsolt Beöthy intentaron frustrar cualquier alternativa *no nacional-estatal* y cualquier movimiento de integración de la producción cultural de las plurales minorías lingüísticas y *etnonacionales*, algo que sí había contemplado medio siglo antes, por lo menos parcialmente, el modelo historiográfico de Ferenc Toldy.

En términos generales, la resistencia al cambio heurístico y metodológico en la HL carece de comparación en el marco de las prácticas historiográficas y de las disciplinas humanístico-sociales. A partir de la demorada crisis del positivismo, las iniciativas de dinamización se originaron básicamente fuera de la comunidad académica de los filólogos-historiadores. La intransigencia corporativa se experimentó con frecuencia como una lucha por preservar el dominio epistémico-ideológico y el control didáctico de los saberes literarios y de su institucionalización. También, al mismo tiempo, como una estrategia autonomizadora y monopolizadora para dejar lo literario al margen de la confluencia con otros productos culturales o sociales y, en sentido amplio, para preservarlo, en sentido escolástico (Bourdieu, 1994), de la propia historia. A pesar de esto, la HL no está agotada como disciplina. De forma paradójica, y ante todo, por ser Historia.

Desde las correcciones aplicadas a finales del siglo XVIII, de forma sucesiva como catálogo, erudición enciclopedista o historia filosófico-causal, los cambios en la HL fueron incorporados casi siempre de la mano de asimilaciones procedentes del debate metodológico referido a la Historia reconocida como disciplina-marco. Ese debate implicó de modo progresivo la apertura de las diferentes historiografías a otras ciencias humanas y, bastante más adelante, un cuestionamiento profundo de la centralidad del acontecimiento histórico, algo previsto de algún modo ya por Voltaire y por Madame de Staël. Por el contrario, la incidencia efectiva de la teoría literaria y de la naciente comparatística en el proceso disciplinar de la HL resultó modesta, discreta y diferida. Las excepciones son escasas. La única clara en el ámbito de la romanística europea, ya en el siglo XX, sería la de la estilística idealista, en realidad un proceso de retroalimentación de la propia historiografía una vez considerada la repercusión de la lectura crítica que Croce formuló sobre el pensamiento de Hegel, con resultados tan dispares como los

NOTAS

4 | Es legítima (y pertinente) la duda sobre la funcionalidad de cualquier automatismo que postule una reconducción a términos historiográfico-literarios del binomio *crítica de la identidad/crítica de la diferencia*. Las prácticas contrahistoriográficas o las que se formulan como supletorias de un discurso histórico (canónico, oficial...) de referencia, incluido todo lo que Dominick LaCapra (2004) delimita como *giro experiencial* de la historiografía, si no se resuelven en términos relacionales, pueden auto-limitarse y postularse como subsidiarias de raíz. El mejor campo de pruebas, como sugiere Mario J. Valdés (en Hutcheon & Valdés, 2002: 65), podría ser el usuario general de la HL: comprobar en qué medida recibe y en qué grado asume las contrapropuestas parciales. Las contradicciones que surgen de ese campo conforman uno de los apoyos de la posición de Valdés en favor de una *historia efectiva*, noción procedente de la hermenéutica de la conciencia histórica de Paul Ricœur. Para Valdés (2002: 67), «effective literary history begins with the recognition that history, and literary history in particular, is effective insofar as it is used and is of use to would-be readers; it is a concept deeply aligned with the idea that we are affected in the present by our sense of the past».

ofrecidos por Spitzer y por Vossler. En otros espacios habría que mencionar el peso del materialismo histórico y del pensamiento sociológico marxista, así como la muy aplazada influencia de los debates protagonizados por el círculo de Bajtín. Y poco más hasta los últimos veinte años del pasado siglo. Resulta en este sentido más que significativo el tiempo que se tardó en asimilar el legado último de las posiciones funcionalistas de Jakobson, Tinianov y Sklovski sobre la no equiparabilidad de sincronía y sistema, sobre la determinación ineludiblemente sistémica de toda evolución y sobre la posibilidad de una historia del sistema literario superadora de la historia genética de la literatura y del inmanentismo lingüístico-literario de linaje saussureano (Steiner, 2001: 99). Las posiciones de los formalistas rusos serían reelaboradas en los primeros años 40 por Felix Vodička (1995) en el marco de las investigaciones de la Escuela de Praga. Estas últimas permanecerían inaplicadas en la práctica, entre otros motivos por la complejidad de una combinación eficaz de las dimensiones sociológica, fenomenológica y estético-axiológica, propuestas por el teórico checo en dependencia de un propósito de fondo reconstructivo. Vodička, en efecto, perfiló la tarea inicial de la HL en la reconstrucción de la norma literaria en un espacio-tiempo dado y en la jerarquización del conglomerado formado por obras y valores estéticos tal como sucesivamente se concretan en el gusto de público y crítica.

En una serie de trabajos publicados en estos últimos años he destacado la indisociabilidad del curso de la HL y el correspondiente a la matriz que por antonomasia reconocemos como Historia. Se trata de lazos evidentes, pero con frecuencia desvalorizados en lo que representan desde un punto de vista operacional y funcional. De una serie de diez consideraciones anotadas en una publicación del año 2000, me interesa ahora recuperar en particular la que abría la relación. Insistía en la existencia de un conjunto de problemas/respuestas ineludibles compartidos por la Historia y la HL, como mínimo en lo tocante a dos esferas: las implicaciones entre narración y construcción (con posiciones como las de Ricœur, White, Gadamer, Koselleck, Derrida, Skinner, Schmidt, Ankersmit...) y la función social e institucional de las disciplinas históricas. También señalaba algunas nociones con capacidad de articulación del discurso historiográfico y de centrar posibles leyes disciplinares de la HL, entre ellas las de cambio literario, desarrollo gradual, explosión cultural y proceso interliterario, para las cuales los referentes teóricos serían Vodička, la Escuela de Tartu, la Escuela de Bratislava, la teoría de los polisistemas, Bourdieu, Wallerstein y Martindale. Algunas de esas nociones serán retomadas aquí, fundamentalmente desde las premisas de la semiótica pragmática y de las teorías sistémicas, teniendo presentes asimismo las observaciones de Bourdieu, en sus *Méditations pascaliennes* (1997), en torno a las prácticas deshistorizantes y a las resistencias a la *historicisation* en los

programas habituales aplicados por filósofos y filólogos para la constitución de una historia de la filosofía o de una historia de la literatura. El olvido de la historia en esos ámbitos se asocia para Bourdieu al predominio de una tradición (Kant, Hegel, Heidegger) que en realidad ritualizó la correlación texto-canon-exegeta y que se desentendió del análisis de la producción-recepción y de los procesos de canonización en sociedades históricas concretas. A propósito del cambio literario/cultural y de las discontinuidades en la historia, un referente ineludible es, por supuesto, Foucault, si bien de Saussure a Lotman o Martindale existe una línea de reflexión sustentada en el siglo XX sobre la aparición de lo aleatorio y de lo casual en los procesos lingüístico-culturales.

*

La opción sistémica en HL presupone tomar conciencia de la existencia de por lo menos cuatro retos de importante calado y no fácil resolución: 1) la explicación de los límites sistémicos o de campo y las interacciones sistema-extra-sistema, sistema-polisistema y sistema-subsistema; 2) la incorporación efectiva de todo cuanto se entiende como *producto sistémico*⁵, lo cual, en buena lógica, debería implicar también la introducción relacional de lo que en la teoría de los campos sociales se define como *espacio de posibles*⁶, 3) la decisión sobre el modo apropiado de incorporar la diacronía sistémica⁷, que en lo fundamental obedecerá bien a un criterio secuenciador de la dialéctica continuidad/cambio que recorra con detalle un segmento temporal –solución que cabe ver como la tradicional– bien a un criterio comparativo de cortes temporales no consecutivos que se leen como sucesión discreta de momentos-estados sometidos a contraste sistémico, dando paso así a lo que con Itamar Even-Zohar podemos llamar *policronía dinámica*; y 4) la reconducción del factor crítico que toda historia cultural asume aunque sea solo por dos razones, por las implicaciones derivadas de considerar o no considerar *de forma selectiva* determinados factores, productos y agentes participantes en las actividades literarias y, en segundo lugar, por la representación de la diferencia en relación con lo que Michel de Certeau (1975: 63-120) llamó la *operación historiográfica*, que no solo habilita discursivamente lo que ya no está sino que además constituye una historización de lo actual, lo cual haría inescapable la vertiente crítica. Parte de las consideraciones hechas, con atención particular al objetivo de la heterogeneidad, complicado siempre de encajar en cualquier narración/descripción historiográfica, confluye en las observaciones que siguen, pertenecientes al artículo «System, Dynamics, and Interference in Culture: A Synoptic View», de Even-Zohar (1990: 87):

The system concept had, however, to undergo several modifications in order to accommodate the conception of *stratified heterogeneity*. Firstly,

NOTAS

5 | «By “product” I mean any performed set of signs and/or materials, i.e., including a given behavior. Thus, any outcome of any action, or activity, can be considered “a product”, whatever its ontological manifestation may be, be it a semiotic or a physical “object”: an utterance, a text, an artifact, an edifice, an “image”, or an “event”. In other terms, the product, the item negotiated and handled between the participating factors in a culture, is the concrete instance of culture. Obviously, a culture product is any implemented item of the repertoire of culture» (Even-Zohar 2005: 25).

6 | En las páginas introductorias a su trabajo de 1990 Even-Zohar llamó la atención sobre el hecho de que Bourdieu alcanzase conclusiones próximas –«in some areas superior»– a las del funcionalismo dinámico sin que se produjese ninguna conexión o aproximación teórica efectiva (Even-Zohar, 1990: 3).

7 | Incorporación que en sí misma constituye ya una prueba de notable complejidad para el modelo sistémico, mucho más rodado y mejor testado en coordenadas sincrónicas; las cuales, por supuesto, son también históricas, según reitera Even-Zohar en distintos lugares. De todos modos, es interesante recordar que a partir de 1968 las formulaciones pioneras de las teorías sistémicas de Ludwig von Bertalanffy en el marco de una biología orgánica discriminaban entre los significativamente denominados *nivel estructural* y *nivel funcional* de los sistemas, respectivamente atentos a sus vertientes estática y dinámica.

it became necessary to recognize that both synchrony and diachrony should be admitted as systemic dimensions, and therefore that the idea of system need not be exclusively identified with static synchrony (but could be viewed as dynamic polychrony). Secondly, it was necessary to recognize that the idea of system does not imply that there can be observed/hypothesized for any number of phenomena just *one* system, i.e., one network of relations. To speak of an activity, be it language, literature, culture, or «history» in general, as single systems is a heuristic simplification rather than an adequate theory.

Lotman y Uspenski (2000: 190), en su análisis de los procesos de autoconciencia y modelización cultural, mencionan asimismo el error habitual en muchas historias literarias de sobreponer sobre la descripción rigurosa de la literatura/cultura una uniformización destinada a alcanzar la unidad orgánica y la eliminación de contradicciones. Regresaré a esto más adelante, en particular a la idea limitativa de los sistemas únicos, que en efecto sustenta buena parte de las plasmaciones historiográficas –literarias o no, sistémicas o no– a las que estamos habituados. Un *sistema único* se entenderá aquí como aquel que excluye la relevancia empírica de redes de correlación ajenas a la considerada para la postulación del sistema como entidad existente. Por ejemplo, las naciones y las literaturas nacionales se presentan casi siempre, en la práctica historiográfica y en la historiográfico-literaria respectivamente, como sistemas únicos. Es más, en la mayor parte de las operaciones históricas/historiográficas se da por supuesto que sin reducción de campo no hay objeto. Por supuesto, en términos prácticos hay algo de razonable en una decisión de este tipo, pero lo cierto es que, por abuso no solo heurístico, resulta corriente que lo excluido pase a ser leído como inexistente.

Es comprobable que las dinámicas identitarias acostumbran a conjugar con pericia esa clase de operativos. Lo anterior presupone que por una decisión limitativa y simplificadora, al mismo tiempo asumida como legítima y hasta como apodícticamente fundamentada, dejan de observarse y de valorarse como pertinentes redes concurrentes de otros factores correlacionados. Como es lógico, esas redes pueden incorporar por desdoblamiento algunos de los factores ya considerados para postular la existencia del sistema pre-dado (asociados ahora a otros factores y/o a otras redes) o, alternativamente, otros factores no incorporados, pero que en efecto existen, intervienen e interactúan. Y no solo lo hacen con otros presentes en alguna de las redes excluidas sino también, con mucha probabilidad, con los propios factores integrados en la red constituyente del supuesto sistema único. Una comunidad de consumidores CC adscrita a un sistema cultural SC_1 , puede perfectamente simultanear actividades de consumo perceptibles, e incluso determinantes en el mercado y/o en el repertorio, en un sistema cultural SC_2 diferente; y en tal medida que incluso pueda

llegar a cuestionarse la adscripción primaria de CC a SC₁. Por lo tanto, el sistema único no solo ignora la existencia de posibles redes alternativas a la red sustentadora del sistema sino que además excluye que alguno de sus factores pueda serlo, en simultaneidad, de otro sistema.

Una nueva ejemplificación dotará de mayor claridad lo que se quiere decir. En su reformulación de la teoría de los polisistemas, Even-Zohar (2005: 31) presenta la institución y el mercado como los intermediarios entre las fuerzas sociales y los repertorios culturales. La cuestión es que en situaciones culturales desarrolladas y no sometidas a una excepcional presión uniformizadora y censora no existe posibilidad de un mercado único ni de una institución única, como tampoco de un repertorio único. Evidentemente, esto es así en sociedades multiculturales caracterizadas o no por procesos de hibridación, pero es así también en sociedades supuestamente cohesionadas. El mercado es siempre plural, del mismo modo que el repertorio. Según acaba de verse, sectores del mercado de un supuesto sistema único participarán en mercados alternativos y/o extra-sistémicos, y el mercado de ese supuesto sistema único será participado por consumidores asociados de raíz a otros sistemas. Esto no es una rareza, más bien es la norma. La aceptación de que todo sistema es en realidad un polisistema o «sistema de sistemas» no es suficiente para desocuparse de este complejo asunto, con obvias repercusiones en la traslación diacrónica del problema y con evidente incidencia en la historización correspondiente. De hecho, en una HL de base sistémica no solo sería inadmisibles la postulación de un sistema único, también resultaría inaceptable el criterio de localización única aplicado a los objetos de análisis. Todo acto histórico y todo sujeto histórico forman parte de planos históricos plurales, por lo que ninguna realidad histórica pertenece a un plano-relato único. Uno de los problemas, entonces, es el de la adjetivación identitaria de la HL sistémica, pues aunque sea en un nivel secundario ese tipo de claves (territoriales, culturales, sociales, lingüísticas...) acaban por aparecer. Y cuando no lo hacen es simplemente debido a alguna clase de malentendido conceptual o impostura epistemológica (p. e., la que lleva a identificar *sistema literario* y *literatura nacional*, tan habitual). En realidad, el problema dista de ser nuevo. Cualquier historiografía debe gestionarlo optando por algún criterio de axialización y vertebración. La diferencia radica en que una HL no sistémica y/o no empírica promoverá la naturalización de tal criterio, mientras que el operativo irrenunciable de una HL sistémica debiera ser siempre el contrario: renunciar a camuflar la decisión, sacarla a la luz al lado de la complejidad de base e incluso profundizar en su problematización relacional y funcional. Antes de regresar a este terreno serán perfilados otros análisis parciales que contribuyan a establecer un marco de observación conjunta.

Resulta claro que especificar el objeto de una historia determinada tiene consecuencias sobre la clase de conocimiento que se aspira a constituir y sobre el tipo de discurso asociado a tal elección. La historia de la biología y la historia de la arquitectura, por ejemplo, compartirán algunos operativos y decisiones. Y sin duda divergirán en otros. No solo por atender realidades objetivamente diferenciadas sino también porque nociones como *organismo* o *construcción* son problemáticas en sí mismas y porque no vienen dadas de antemano de manera inequívoca, contando cada una de ellas con una historia conceptual propia (Koselleck) a lo largo del tiempo. Y en otro plano, además, porque los discursos habilitados para informar sobre la diacronía conceptual asociada a esas nociones y a su evolución son igualmente plurales. En este orden de cosas, si se considera el tiempo transcurrido desde la Ilustración, se acepta comúnmente como lógico que en términos comparativos la historia de la biología, obligada a incorporar los procesos específicos de la bioquímica, de la biología molecular, de la genómica y de otras disciplinas convergentes, ampliase su núcleo de atenciones bastante más de lo que necesitó hacerlo la historia de la arquitectura.

A este respecto cabe aún una observación complementaria, usual como tema recurrente de debate en prácticas historiográficas del tipo de las citadas pero casi siempre ausente en la esfera de la historiografía literaria. Se trata de la cuestión de la idoneidad del perfil autorial asociado al campo de especialización. En definitiva, simplificando algo las cosas, de la decisión sobre si la historia de la arquitectura debería ser responsabilidad de un historiador o de un arquitecto. O sobre si la historia de la biología correspondería a un historiador o a un biólogo, o en general a alguien versado en ciencias experimentales. Esa clase de correlación no es tan clara en la historiografía literaria. Existen por supuesto casos de historias literarias hechas por poetas y escritores (de Ronald de Carvalho a Max Aub o Emma Donoghue), pero el debate sobre si la HL podría corresponder plena o parcialmente a los historiadores (promovido en términos teóricos por Lucien Febvre, Roland Barthes y tantos otros) resultó discontinuo y muchas veces fue callado antes de tiempo por los poderes corporativos y las inercias académicas.

En todo caso, después de la experiencia de la escuela de *Annales* parece consolidada una comprensión de las diversas formas de la historiografía como programas que solo garantizan rigor y utilidad a partir de la constitución de grupos de trabajo colaborativo interdisciplinarios y plurales. Recuérdese que de las cuatro grandes vertientes programáticas anunciadas por Lucien Febvre en 1947 al hacerse cargo de la sexta sección de la *École Pratique des Hautes Études* de París, una se orientaba precisamente a la búsqueda de un reencuentro entre las ciencias humanas y otra a la promoción de la investigación colectiva entre equipos de historiadores y otros

especialistas. En esa línea, puede conjeturarse que en un futuro no distante se contemplará como anacrónica y poco fiable cualquier postulación de una autoridad y de un discurso historiográfico ligados a la individualidad del sabio/informador. Probablemente, se ha acabado para siempre el tiempo de las narrativas historiográficas unipersonales y el de las expectativas asociadas⁸. Y no me parece que esa prevención tarde en extenderse asimismo a los grupos de historiadores sometidos a una coherencia epistemológica blindada y a una cohesión programática y estratégica percibidas como excesivamente rígidas, disciplinadas y autotéticas. Es probable, sin embargo, que los lectores futuros demanden de manera incondicional resolver por sí mismos las contradicciones que los datos y las interpretaciones cruzadas de los equipos de historiadores pongan sobre la mesa. Así las cosas, parece probado que el mayor reto público (social, político) de la HL es la renegociación de la autoridad narrativo-historiográfica y administrativo-institucional que está en sus propias raíces disciplinares. Y a este respecto, no me resistiré a dejar anotada una advertencia destinada a evitar posibles simplificaciones.

Se trata de lo siguiente: sin duda existen formas de autoridad al margen del relato omnisciente y fuera de los mecanismos de control del narrador-historiador. La renuncia a la narrativa en el oficio del historiador, que como ha recordado Peter Burke es una reclamación presente ya en el siglo XVIII⁹, no presupone en sí misma la desactivación de aquellos mecanismos ni la superación de dependencias deterministas, explicativas, causales o teleológicas. Tampoco presupone necesariamente una suspensión de la secuencialidad, la linealidad, la continuidad o el causalismo. Así, pues, la suposición según la cual el cambio de rumbo expresado por Lawrence Stone (1981) como tránsito de un modo analítico a otro descriptivo representaría una corrección pero no una impugnación de los «excesos» de la historiografía narrativa debe calibrarse con atención.

Del mismo modo que detrás de toda narrativa hay siempre un yo-narrador (-focalizador), hay también, siempre, detrás de todo discurso descriptivo un yo-descriptor (-focalizador). La opción a favor de la descripción no presupone en sí misma un seguro de objetividad o de no-intervención sobre la materia de análisis. Aún más: no es evidente la existencia de dos principios constructivos o estructuras formales contrapuestos en la HL (narrar/describir) –en el sentido expuesto por ejemplo por Remo Ceserani (1990: 17-32)– si esa oposición se extrapola fuera del paradigma del historicismo teleológico nacionalista propio del siglo XIX.

Volvamos ahora brevemente al debate abierto a propósito de la historización de la biología y de la arquitectura. Con la noción de

NOTAS

8 | Me refiero con esta última expresión a situaciones como la vivida por la academia y la intelectualidad española y latinoamericana que a finales del siglo XIX esperaron largamente una propuesta historiográfico-literaria de Menéndez Pelayo que nunca llegaría a concretarse. González-Millán (2006) recopiló los documentos epistolares referidos a esa espera en el período 1877-1901. Incluye correspondencia sobre todo con Juan Valera, Gumersindo Laverde Ruiz y el colombiano Miguel Caro.

9 | El escocés John Millar constituye un buen ejemplo, sumamente interesante además desde el punto de vista sistémico.

literatura y con la historicidad asociada son necesarias algunas aclaraciones y ciertas precauciones comparables a las asociadas a los conceptos antes mencionados de *organismo vivo* y *construcción*. De hecho, los resultados de la HL difícilmente pueden ser homologados cuando se consideran prácticas suficientemente alejadas en el tiempo. Esto es así, de entrada, porque aquello a lo que hace referencia el nombre de *literatura* constituye dominios muy distintos a finales del siglo XVIII y a comienzos de los siglos XX o XXI. Sin embargo, existe una tendencia inercial y esencialista, inconveniente en suma, a pensar que esas diferencias son solo de matiz. En consecuencia, se asimila que el rótulo *Historia literaria* no solo conserva vigencia plena sino que además es legítimo hablar de continuidad epistemológica y funcional entre prácticas historiográficas separadas por doscientos años y por considerar objetos de estudio tan disímiles como los que por ejemplo aparecen en el modelo de Girolamo Tiraboschi (*Storia della letteratura italiana*, 1772-1781) y en el dirigido por Alberto Asor Rosa (*Letteratura italiana*, 1982-1996). En este marco, tal vez convendría comenzar por explicitar que solo por una especie de pacto no escrito aceptamos que se hable de una única disciplina a pesar de que los campos objeto de historización difieran tanto. Esto explicaría, contemplado desde un prisma diferente, la renuncia al uso de la palabra *historia* en determinados proyectos plenamente historiográficos. E incluso el hecho de que haya quien opte por preterir el rótulo *literatura* en favor de otros como *cultura literaria*, cuando no *vida literaria* o *campo literario*.

Las modalidades historiográficas entendidas como prácticas discursivas poseen en sí mismas una dimensión performativa con una doble vertiente, la dirigida a la comunidad referenciada (sujeto de la historia, se le llamó en cierto momento) y la dirigida a la comunidad referente, reguladora e institucionalizadora de la operación y del conocimiento historiográficos. Mientras que la primera se configura con agentes históricos vinculados por su relación directa con el objeto prefijado y por alguna forma de conexión de contigüidad y continuidad que los une en el espacio-tiempo como grupo (cultural, lingüístico, religioso, social, nacional...), la segunda integra los agentes que documentan, construyen, discursivizan... la historia y que participan en un diálogo científico y en una pugna epistemológica e ideológica por el control del saber y de su incidencia en la esfera pública. Sergio Sevilla (2000: 140-158) vincula de forma acertada esta performatividad con un cambio epistemológico por el cual la *theoria* –antes «duplicado conceptual de lo real»– pasó a tratarse como *poiesis*: la historiografía afrontó así un giro retórico-pragmático, de modo tal que el imaginario pasa a ser lo que constituye la realidad social, y es la teoría la que produce, en sentido poiético, el mundo (White, Durkheim, Mauss, Castoriadis).

Nada de lo anterior excluye la marca crítica del conocimiento histórico: será siempre la intervención historiográfica la que para comenzar cuestione las conexiones de contigüidad y continuidad y la propia existencia de la comunidad postulada como objeto específico de atención. Discontinuidades y alteridades pueden encajar así, mediante procedimientos diversos, en la serie historiográfica, originando incluso la refutación de objetos/identidades considerados y acordados por consenso como existentes en otros momento y/o desde otras perspectivas; o, contrariamente, reclamando la incorporación de objetos/identidades inobservados o excluidos por la comunidad reguladora del saber histórico.

Un aspecto destacado de la dimensión práctico-agencial de los historiadores y de sus discursos radica en la posibilidad de una aplicación no excluyente de métodos y de escalas, asunto que vuelve a convocar la idea de pluralidad y que me parece oportuno destacar. Las escalas, por ejemplo, aplicadas sobre un mismo núcleo de referencia sometido a una contemplación en diferentes niveles originan propuestas no necesariamente antitéticas ni contradictorias (tampoco necesariamente complementarias, leídas desde un punto de vista informativo). Las cartografías y las escalas, contempladas en clave de aplicación histórico-literaria, señalan la inexistencia de comunidades aisladas o impermeables frente a su exterior/límites o frente a otras comunidades¹⁰. Y no solo eso, sino que además cuestionan la propia identidad comunitaria si esta se postula sobre bases monoparametrales (lengua, religión, género, unidad administrativa...). Dicho con mayor precisión: lo que cuestionan es el consenso sobre la postulación/invencción de una entidad funcionalmente admitida como sujeto histórico.

Lo anterior no significa que quede impugnada cualquier práctica historiográfica de escala única, sea esta menor o mayor. Ni mucho menos. Pero sí que introduce una reserva de fuerte calado heurístico y epistemológico, que puede traducirse en los términos siguientes: *«Todo cuanto aquí se diga es el resultado de informar/interpretar como si la escala activada fuese la única o la más apropiada para la finalidad establecida»*. Obviamente, esa finalidad es susceptible de variación, pues dependerá de criterios diversificados e irreductibles que van desde una suposición de no-intencionalidad o intencionalidad no marcada hasta alguna clase de compromiso *a priori* (académico, sectario, ideológico...). Y ¿qué decir sobre los métodos? Como mínimo, otro tanto.

Regresemos a la cuestión de la performatividad, ahora en asociación con los principios constructivistas que la teoría de los polisistemas asume. Quizás convenga comenzar por una afirmación: no hay posibilidad (nunca la hubo) de una historiografía (literaria) no performativa. Esto es así porque toda historia es una toma de

NOTAS

10 | Considérese a este respecto el enunciado del primer principio de interferencia literaria/cultural en Even-Zohar, que en «Polysystem Studies» formuló como «Literatures are never in non-interference» (Even-Zohar, 1990: 59) y en *Papers in Culture Research* como «Interference is always imminent» (Even-Zohar, 2005: 57).

posición por parte de algún agente que interviene como sujeto de un acto comunicativo-performativo. Un complemento necesario para esta afirmación es el siguiente: cada vez es más limitado el espacio para una Historia (literaria) no empírica. Esa posibilidad existió en el pasado, de hecho hay muestras numerosas de ella; sin embargo, a pesar del carácter performativo de la intervención del historiador y en condiciones de normalidad hoy resultaría anacrónica e intelectualmente recusable una alternativa que se evadiese de los datos en dirección a algún orden metafísico o trascendente, o incluso a un manifiesto punto de fuga teleológico. Como es obvio, eso no anula las consecuencias del relativismo discursivo ni las derivadas del conocido como giro lingüístico. Tampoco las debidas a la marca constructivista referida a la correlación entre la teoría y sus objetos, que lleva a Even-Zohar (1990: 3) a afirmar que el único modo adecuado o viable de observar un determinado objeto de investigación es a través del establecimiento de hipótesis según las cuales aquel está efectivamente sujeto a un conjunto localizable y relativamente sucinto de leyes, cuyo descubrimiento y formulación debería constituir el objetivo de toda ciencia.

La teoría de los polisistemas de Itamar Even-Zohar se presentaba en 1978 como una aproximación propicia al análisis de la metodología histórico-cultural y a la concreción de alternativas aplicables en particular al tratamiento historiográfico de los sistemas dependientes o minorizados, tal vez porque esa era ya desde diez años antes una de las preocupaciones básicas del propio Benjamin Harshav (Hrushovski), comparatista y profesor de Poética en la Universidad de Tel Aviv y uno de los referentes de la Unidad para la Investigación de la Cultura¹¹. Sin embargo, la perspectiva histórica se evidencia con menor énfasis en las posteriores compilaciones de trabajos de Even-Zohar (1990, 2005, 2007), si bien normalmente se deja clara la doble posibilidad programática presentada como una teoría de los sistemas estáticos y una teoría de los sistemas dinámicos. Un aspecto destacable de esa alternativa es el que se expresa con firmeza en estos términos: «It must be admitted that both synchrony and diachrony are historical, but the exclusive identification of the latter with history is untenable» (Even-Zohar, 1990: 11).

*

Nuestra atención debe ceñirse en este momento a la respuesta que una HL de fundamentación sistémica está capacitada para ofrecer a la serie de cuatro retos heurístico-metodológicos antes citados, que no estará de más señalar que son convergentes e interdependientes. Los resumiremos de este modo: 1) concretar en perspectiva dinámica los límites sistémicos y las interacciones polisistémicas, extra-sistémicas y subsistémicas; 2) incorporar con sentido relacional no solo productos sino también posibles; 3) optar

NOTAS

11 | Los epígrafes «historia de la literatura», «historia cultural» o «modelo histórico» vertebran el sumario y los contenidos de *Papers in Historical Poetics* (Even-Zohar, 1978). Sobre esto mismo, véase el análisis parcialmente divergente de González-Millán (2001: 306), que considera que en Even-Zohar hay una incorporación de un horizonte histórico sobre el modelo inicialmente constituido, pero que fue obstaculizado por la «mediación dun esquema heurístico excesivamente sistemático e abstracto».

entre el modelo de la secuenciación tradicional o el de la policronía dinámica para dar cuenta de la evolución y de los cambios sistémicos; y 4) conformar una selección (¿crítica?) de datos heterogéneos historizables y ajustar, si no una *historia efectiva* en sentido pleno, si por lo menos un diálogo con los constructos historiográficos previos o concurrentes.

La cuestión de los límites en la teoría de sistemas es fundamental desde que Niklas Luhmann asumió los postulados de Humberto Maturana y Francisco Varela sobre la autopoiesis. Como señala Maldonado Alemán (2006: 19-23), en Luhmann los sistemas sociales autopoieticos son sistemas autónomos que se organizan de forma autoprodutora, autoreguladora y autoreferencial y que establecen unos límites diferenciadores con su entorno. Así entendida, está claro que la autopoiesis mantiene puntos de convergencia con lo que en otras plataformas teóricas pueden representar la cultural como sistema semiótico modelizante en la semiosfera (Lotman), el *habitus* en el campo social (Bourdieu), el repertorio en el sistema cultural (Even-Zohar) o la vida textual y la vida antro-po-social en las coordenadas de la institución literaria (Moisan). Maldonado Alemán (2006: 27) apunta que serían tres las relaciones de que debería ocuparse una historia de los sistemas literarios: las intrasistémicas, las extrasistémicas y las intersistémicas. En todo caso, insistiré de nuevo en la advertencia sobre lo que antes interpreté como una especie de reducción a los principios de sistema y localización únicos, mediante la cual el analista tenderá equivocadamente a ignorar la existencia de redes sistémicas alternativas a la considerada como referencia autopoietica de base, o también a la pertenencia a una red sistémica *otra* de algún factor o relación supuestamente intrasistémico. Dicho en palabras más categóricas: en un espacio social determinado no tiene por qué haber un único sistema social/cultural (es más, ese caso sería excepcional),¹² y un factor sistémico dado puede asociarse simultáneamente (la mayoría lo hacen) a diversas redes sistémicas, en definitiva, a diversos sistemas.

En la concreción de los límites sistémicos sería productivo fijarse no solo en las interferencias y en lo que cabría denominar dimensión relacional *paratáctica* —ámbito del que se viene ocupado asimismo la historiografía comparatista con desigual fortuna— sino también en la dimensión relacional *hipotáctica*, más pendiente de las juntas-disjuntas y de los encajes polisistema-sistema-subsistema que de una visión intersistémica central-central o central-radial. Lo relevante es entender que el sistema cultural es siempre un sistema complejo en razón de límites, interrelaciones y jerarquizaciones¹³.

En una publicación anterior exploré la rentabilidad operativa de la noción de *delegación sistémica*, próxima a la de *subsistema*¹⁴ e igualmente receptiva al modelo de Bourdieu de los campos sociales

NOTAS

12 | Recuérdese la diáfana posición de Even-Zohar al respecto y sus reservas sobre cualquier reducción de la heterogeneidad en los estudios literarios: «The acuteness of heterogeneity in culture is perhaps most “palpable”, as it were, in such cases as when a certain society is bior multilingual (a state that used to be common in most European communities up to recent times). Within the realm of literature, for instance, this is manifested in a situation where a community possesses two (or more) literary systems, two “literatures”, as it were. For students of literature, to overcome such cases by confining themselves to only one of these, ignoring the other, is naturally more “convenient” than dealing with them both. Actually, this is a common practice in literary studies; how inadequate the results are cannot be overstated» (Even-Zohar, 1990: 12).

13 | También —privilegiando en esto la atención a Lotman— que la frontera semiosférica es un factor simultáneo de organización (hacia dentro) y de desorganización (hacia fuera).

14 | Empleada esta por Elias Torres Feijó en distintos trabajos a partir del año 2000 y aplicada en las investigaciones sistémico-culturales del Grupo Galabra, dirigido por él. Sobre la teorización de Torres Feijó, muy conectada con el modelo de Even-Zohar, volveré más adelante.

y a lo que podríamos catalogar como una topología de sistemas (Casas, 2003: 74-75). Por afectar a las relaciones intersistémicas hipotácticas intentaré redefinir el concepto con mayor precisión. Una delegación sistémica es el resultado de una interferencia entre sistemas culturales que proyecta a escala y con carácter global el centro del sistema fuente en el centro o en la periferia del sistema receptor¹⁵. De lo que se trata, entonces, es de qué se exporta o desplaza en escala menor a otro sistema el conjunto de características funcionales que definen el centro del sistema fuente.

La existencia de la delegación sistémica se vincula a dos posibles factores: el prestigio del sistema fuente y/o un cierto grado de proximidad sistémica. Tal proximidad puede ser de índole geográfica, lingüística, político-administrativa, cultural, ideológica, religiosa... La marca de globalidad presupone que la proyección a escala del centro del sistema fuente no se limita a elementos de repertorio, sino también de mercado, de consumo y sobre todo institucionales. Por tanto, esa globalidad proyectada acaba implicando un reto al mantenimiento de una identidad unida en el sistema receptor (o en la cultura receptora): la delegación sistémica, en cuanto sistema a *escala*, entra en concurrencia con el sistema receptor y desestabiliza o diluye sus claves identitarias.

Además, la interferencia descrita se acomoda perfectamente a las leyes de interferencia cultural postuladas por Even-Zohar desde 1990, lo cual significa, entre otros extremos, que se produce de modo unidireccional desde un sistema fuerte o prestigiado a otro sistema débil o dominado; o, en otras ocasiones, a un sistema emergente en proceso de constitución. Significa igualmente que la delegación sistémica, como resultante de la interferencia producida, redistribuirá su identidad funcional (no necesariamente homóloga a la del centro del sistema fuente) y normalmente simplificará, regularizará y esquematizará los elementos y las relaciones importados o apropiados, si bien tenderá a mantener una relación de dependencia con el sistema fuente. Esa simplificación redundará, por ejemplo, en una aceptación de la minorización sistémica propia, en una interiorización de la subalternidad y una limitación a lo *local* y *menor* de las aspiraciones de todo sistema cultural autónomo. Por otro lado, cuando se dice que la proyección sobre el sistema receptor puede recaer en su centro o en su periferia, quiere indicarse que la localización funcional de la delegación sistémica tendrá una fortaleza/prestigio y ejercerá un dominio variables, que dependerán de las circunstancias históricas.

No ha sido señalado entre los investigadores vinculados con el paradigma sistémico la notable cantidad de ocasiones en que Even-Zohar habla de comunidades, noción acaso ambigua en sentido teórico-sistémico pero no tanto como referente cultural¹⁶.

NOTAS

15 | No pondría inconveniente en sustituir «sistema receptor» por «cultura receptora» si se registra insuficiencia sistémica. En procesos históricos de colonización o de expansión imperialista la delegación sistémica formaría parte del aparato de asimilación cultural que sucede a la fase de mayor rigor en la aculturación de las comunidades sometidas. En estos casos, acaba siempre por aparecer y establecerse una burocracia intelectual que es uno de los mecanismos más efectivos en la consolidación de la hegemonía y que, a su vez, acabará siendo objetivo preferente de las reacciones contrahegemónicas de resistencia cultural. Por otro lado, en los procesos modernos y contemporáneos de centralización derivados de la constitución de estados que planifican una homogeneización cultural (prácticamente todos), las delegaciones sistémicas forman parte de las correas de transmisión jerarquizadoras que aspiran a instaurar un reconocimiento de la superioridad de la cultura nacional-estatal sobre las manifestaciones estereotipadas y minoradas de lo presentado como local/regional.

16 | De hecho, no parece demasiado arriesgada la conjetura de que en los trabajos de Even-Zohar «comunidad» es equiparable la mayor parte de las veces a «nación». Quizás no deban ecuacionarse ambos términos y conceptos en el discurso de este teórico, pero casi siempre y como mínimo –reitero– el uso del primero engloba el significado del segundo, a veces sin menor/mayor extensión perceptible. A esta luz, tal vez sería necesario matizar la posición de González-Millán (2001: 34) sobre el silencio o relegación implícita de la lógica discursiva

Precisamente, la incorporación que sugiero del concepto de delegación sistémica tiene un encaje simple en el marco de las relaciones entre comunidades vinculadas por alguna relación de dominio y sometimiento o por lazos históricos derivados de procesos de expansión o colonización¹⁷. De ahí la equiparación última a una polaridad sistema-subsistema y a las dinámicas de emancipación/sometimiento.

Apartir de aquí, ¿cómo proceder a una historización de la complejidad y de la heterogeneidad? Parece claro que las dimensiones geográfica y lingüística, ineludibles en la historiografía literaria, salen también al paso cuando se opta por la perspectiva sistémica. Una y otra deberían concentrar una parte importante de los esfuerzos justamente en pensar la correlación autopoiesis-entorno, en pensar los límites y lo extrasistémico como factores constructivos del sistema, algo que la HL de base nacional nunca hizo,¹⁸ básicamente por asumir la centralidad de la idea de nación como modelo normativo que se afirma en operativos de exclusión y que deja en suspenso *ad kalendas graecas* cualquier reconocimiento sobre su estatuto inventado/postulado y acordado por consenso/impuesto.

Pero existe otro factor que afecta a esa correlación autopoiesis-entorno en los sistemas culturales y en particular en los literarios: el fenómeno de la traducción, excluido casi siempre de la perspectiva histórica-historiográfica a pesar de resultar capital desde un punto de vista sistémico, y no precisamente por entender la literatura traducida como serie *yuxtapuesta* de productos y repertorios secundarios sino como parte integrante, en pie de igualdad, de la red de factores sistémicos que definen el polisistema.

Entonces, descartada la burda equiparación entre sistema literario y literatura nacional, ¿qué hacer? ¿Fijar como referente de la HL la cultura, la lengua, el espacio social, la esfera pública, la etnia, la comunidad, el territorio... y, por tanto, *una* cultura, *una* lengua, *un* espacio social, *un* territorio dados? La solución no es única, y claramente dependerá de la planificación previa y de los efectos procurados por los agentes que asuman el programa historiográfico.

José Lambert viene reclamando desde comienzos de los años 90 que se privilegie una localización espacial-administrativa («literatura *en A*», alternativa a «literatura *de A*»), no exactamente descrita como territorial, en la que se trataría de observar las *formas de cohabitación* entre literaturas/lenguas/culturas y las instituciones públicas, sobre todo el Estado. Más allá del alcance de las aplicaciones específicas desarrolladas por Lambert a propósito de las sociedades multilingües y multiculturales, la propuesta tiene interés. Y además activa encajes productivos con el *spatial turn* vivido en los últimos decenios por las ciencias sociales. Justamente por eso, he apuntado en un trabajo

NOTAS

nacional en los textos teóricos de Even-Zohar, juicio que extendió a los de Pierre Bourdieu.

17 | Even-Zohar establece en sus propuestas que centro y periferia no se configuran necesariamente en los polisistemas culturales como posiciones singularizadas. En un mismo polisistema es posible que existan varios centros y varias periferias. Interpreto que cuanto más complejo sea el polisistema, en función de la dinámica de las relaciones entre factores o en función de los subsistemas integrados, mayores posibilidades habrá de generación de centros-periferias digamos *sectoriales*. Queda para otro lugar el estudio de una posible adaptación del concepto de delegación sistémica en sentido intrasistémico (en la línea de jerarquía hipotáctica sistema-subsistema), que iría asociada a una doble funcionalidad principal, la cohesión y el control. En definitiva, a una provincialización ecoica de la cultura en el sentido central-radial.

18 | Estimo que ni siquiera en proyectos receptivos al paradigma empírico-sistémico. Un caso significativo es el representado por el proyecto *La Vie littéraire au Québec*, en la actualidad dirigido por Denis Saint-Jacques y Maurice Lemire, con cinco volúmenes publicados de un total de ocho proyectados. En los volúmenes III, IV y V aparece un capítulo inicial titulado « Les déterminations étrangères du champ littéraire », pero no creo que llegue a ocuparse de las tareas concretas que acabo de señalar como obligadas. El capítulo correspondiente al volumen V, por ejemplo, centra la atención en tres esferas de relaciones exteriores: la literatura francesa,

reciente la posibilidad de desarrollo de una geohistoriografía literaria orgánicamente pendiente de las dimensiones local, regional, nacional y mundial de la cultura literaria (Casas, 2005), para la cual constató la existencia de cuatro programas de investigación en marcha con resultados aprovechables. Son los debidos a Dionýz Durišin y a la Escuela de Bratislava, a las teorías empírico-sistémicas (Schmidt, Even-Zohar, Tötösy de Zepetnek, el CRELIQ y después el CRILCQ en Quebec), a los estudios postcoloniales y sobre la subalternidad y a Mario J. Valdés y el Comité de Historia literaria comparada de la Asociación Internacional de Literatura Comparada.

Si nos ceñimos a la segunda de esas perspectivas, la cuestión de los límites sistémicos carece a día de hoy de una solución de consenso, en especial a propósito de las que he denominado relaciones hipotéticas. Sin embargo, considero que su estudio alcanza en el modelo analítico de Torres Feijó (2004) útiles herramientas a propósito de la dialéctica sistema-subsistema, con integración asimismo de conceptos tan operativos para una HL de base sistémica como los de *protosistema*, *parasistema* o *enclave*.¹⁹ La diferenciación previa formulada por Torres Feijó (2004: 28) entre *espacio social* y *conjuntos sociales* incorpora en realidad algo más que las formas de cohabitación de Lambert, al otorgar peso analítico no al reconocimiento institucional de la diferencia sino a la consciencia sociocultural de la diferencia/dependencia/conflicto y a la decisión y capacidad de intervenir para gestionarlos y negociarlos en la esfera pública. Me parece una opción viable y prometedora que habría que contrastar en relación con los diferentes marcos sistémicos. Por ejemplo, el de las culturas postcoloniales latinoamericanas en el siglo XIX, en el que la dialéctica historiográfica entre sectores conservadores y liberales ofrece datos de gran alcance político-institucional, culturológico y performativo en dependencia de los modos y de los ritmos con los que produjo el acceso a la independencia en las distintas repúblicas —los casos extremos podrían ser el chileno y el mexicano—, pero también en razón del grado de implantación y consolidación de las tradiciones coloniales²⁰.

Lo fundamental, en la problematización aquí establecida, sería la alternativa historiográfica que desde aquellos marcos sistémicos fuese factible formular. La opción de constituir una HL sistémica como suma integrada de una serie de historias parciales de los factores vinculados a la red investigada (historia de los repertorios, del consumo, de las instituciones...) es no solo inapropiada sino absurda y estéril desde un punto de vista sistémico. Del mismo modo, la opción de configurar la HL de un polisistema por adición de las historias sectoriales de sus subsistemas carece de sentido. A pesar de esto, existe un número apreciable de tentativas de esa clase de observaciones, con frecuencia autoproclamadas *sistémicas*. Sobre ellas, solo cabe admitir su carácter básico y ancilar, nada más. El

NOTAS

el catolicismo y la cultura estadounidense (Saint-Jacques y Lemire, 2005: 9-29).

19 | El subsistema se caracteriza en este modelo por acoger «prácticas que, manteniendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a “literaturas regionais” tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico)» (Torres Feijó, 2004: 429). El protosistema acogería sin embargo «prácticas tendentes à configuração de um novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado». Y el parasistema existirá en cuanto haya «redes culturais, com vínculos de compartição exclusiva entre os seus membros, que actuam e se desenvolvem em um espaço social ocupado por um sistema a que nom pretende substituir nem impugnar mas com o qual nom se vincula em modo nengum, do qual nom fai parte» (Torres ejemplifica con las prácticas culturales de las comunidades gitanas en distintos espacios sociales europeos). Finalmente, un enclave es un espacio social que se vincula a otro actuante y admitido como metrópolis y que asume una pertenencia común a un único sistema cultural, algo relativamente corriente en las comunidades de emigrantes europeos que se instalaron en las grandes ciudades americanas durante el siglo XIX y en una parte del siglo XX.

20 | Beatriz González Stephan (1987: 186) lo explicó con detalle: «donde las estructuras coloniales tuvieron un arraigo más profundo, el proyecto liberal se cumplió de forma moderada, dando lugar a un conservadurismo con tintes liberales, que,

tipo de programas que representan es claramente insuficiente, por cuanto una historia sistémica se obliga a dar cuenta ante todo de las relaciones de interdependencia factorial (o, en la segunda vertiente, de las relaciones hipotéticas sistema-subsistema) y no existe ninguna posibilidad de describir funcionalmente los factores del polisistema (o, en la segunda vertiente, los subsistemas) de forma aislada y autonomizadora. Trazar de modo autónomo la historia de un factor o la correspondiente a un subsistema —o, en otro plano, reducir la heterogeneidad a homogeneidad— no es hacer análisis sistémico.

*

A partir de aquí, me referiré de manera mucho más sucinta a los otros tres retos de una HL sistémica. En primer lugar, trataré la dialéctica entre productos y posibles. Parece probado que el análisis sistémico prioriza como objeto de atención los factores y las relaciones existentes (existentes en cuanto efectivos, actualizados), y que, como mínimo, deja en un segundo plano la investigación sobre alternativas posibles de constitución factorial y de la red relacional vinculada. Esto obedece seguramente a uno de los objetivos heurísticos resaltados por Even-Zohar, sobre todo en su revisión de la teoría de los polisistemas: la tentativa de reducir los parámetros, y las conexiones entre ellos, a fin de que el objeto de estudio sistémico asegure un carácter empírico. Para ser exactos, habrá que añadir que la teoría de los polisistemas asume lo que Lotman y Uspenski (2000: 191) denominan principio de alternatividad, por el cual elementos, ordenaciones o estructuras semiótico-culturales —incluido el sistema semiótico íntegro— son percibidos como alternativas.

En la dialéctica productos-posibles, contemplada básicamente en la perspectiva del repertorio y en la de la correlación «*culture-as-goods*»/«*culture-as-tools*»²¹, Even-Zohar tiene presentes varios modelos, entre ellos los de la socióloga Ann Swidler y los de la escuela de Tartu-Moscú (Lotman, Uspenski e Ivanov en particular)²², pero evidencia un interés muy prioritario por dialogar con la teoría de los campos sociales de Bourdieu y en particular con la noción de *habitus*. Sin embargo, la consideración en primer plano del repertorio como conjunto de reglas y de materiales potenciales para la producción y el consumo en el marco de un sistema dado, y la propia conexión entre aquel y el par productor-producto, resultan insuficientes para explicar todo lo que en la teoría de los campos sociales sí explica la correlación entre las posiciones ocupadas en el campo, el espacio de posibles y las tomas de posición entendidas como elecciones ante posibilidades.

De acuerdo con Bourdieu, el espacio de posibles es un sistema de

NOTAS

paradójicamente, facilitó el surgimiento de historias literarias alrededor de la década del 60 [s. XIX]. Epistemológicamente el discurso histórico tenía un asidero: fundamentar la razón de la misma historicidad en y desde la Colonia, asumiendo más o menos de forma crítica el legado hispánico. Son los gobiernos conservadores los que aceleran la aparición de estas historias, independientemente de que estén concebidas bajo una perspectiva liberal o conservadora».

21 | Even-Zohar observa que a efectos de la concepción de una nueva HL, más que optar por una historia de la literatura/cultura como bienes o por una historia de la literatura/cultura como herramientas, lo interesante sería habilitar una historia de la interdependencia de ambas concepciones, «porque podría explicar las circunstancias que hacen posible que la literatura mantenga o pierda su posición en la actividad incesante para manejar los repertorios de vida en la sociedad» (Even-Zohar, 2007: 34).

22 | En este punto discrepo del juicio de Even-Zohar (p. e., en 2005: 37-38) sobre el carácter pasivo de la noción de cultura en Lotman. En colaboración con Uspenski, Lotman explicó la cultura como mecanismo semiótico de producción de textos (y recuérdese el sentido específico de este concepto en la escuela de Tartu-Moscú). Carezco de espacio para ampliar argumentaciones, por lo que me limito a citar: «La cultura en general puede ser presentada como un conjunto de textos; sin embargo, desde el punto de vista del investigador es más exacto hablar de la cultura como de un *mecanismo que crea* un conjunto de textos, y de los textos como de la *realización*

coordinadas que media siempre entre las posiciones y las tomas de posición efectivas tal como unas y otras son percibidas desde un *habitus* concreto. ¿Qué ofrece el espacio de posibles como objeto de análisis diacrónico para una historia del campo? Bourdieu (1992) señala, entre otras metas, la constitución de las *trayectorias sociales* de grupos de agentes, entendidas como las series de posiciones ocupadas en espacios sucesivos en interdependencia con los respectivos espacios de posibles. Entiendo que tan compleja tarea, necesaria pero no suficiente como programa historiográfico de base sistémica, carece de comparación en el modelo de Even-Zohar.

El tercer reto anunciado consiste en la práctica en una opción entre modelos de articulación de la diacronía. Entre la secuenciación tradicional y la policronía dinámica, este segundo modelo parece el idóneo para la concreción de cambios sistémicos mediante un criterio comparativo entre cortes temporales, que, como antes fue indicado, podrían leerse como una sucesión discreta de estados de sistema sometidos a contraste. De este modo, además, la combinatoria descripción-narración ofrecería mecanismos de seguridad limitadores de la tendencia omnicomprensiva y uniformizadora del relato historicista tradicional y de la autoridad homogeneizadora del narrador-historiador. Limitaría asimismo la propensión causalista y la ordenación cronocausal de la realidad documentada. Y activaría cuando menos una disposición crítica frente a lo que Hayden White estudió como *meta-historia*, es decir, la infraestructura discursiva que prefigura una opción tropológica constituyente del discurso historiográfico y que en realidad sería previa a la diversificación de propuestas por motivaciones ideológicas o metodológicas.

Finalmente, una HL de fundamentación sistémica tendría que resolver lo que algunos llamarían *la aporía crítica*. La expresión es sin lugar a dudas muy exagerada, y además está desenfocada. En las premisas sistémicas, que concuerdan en este punto con lo que en otro momento significaron la *nouvelle histoire*, o historia de las mentalidades, y años después la historia cultural y los Subaltern Studies, no se acepta la preeminencia de lo socialmente prestigiado como objeto privilegiado de estudio. Como dice Even-Zohar (2007: 5), no se puede confundir la investigación con la crítica, el análisis con la atribución de valores. Por eso mismo, en la investigación sistémica no se discrimina la atención a la producción cultural marginal o a la no prestigiada. Porque, como subraya el teórico en el mismo lugar, ninguna ciencia puede permitirse seleccionar la materia que investiga a partir de criterios que tengan que ver con el gusto y con juicios de valor. Todo esto es indiscutible. A pesar de lo cual deberá advertirse que *crítica* no es un concepto que necesariamente remita a valoración personal o a un horizonte axiológico. Ni mucho menos.

De acuerdo con lo que antes fue adelantado, existen dos vertientes

NOTAS

de una cultura» (Lotman & Uspenski, 2000: 178; las cursivas son mías).

de la supuesta *aporía crítica* que se hace necesario esclarecer. La primera tiene que ver con la selección de lo que será sometido a examen. No existe ninguna posibilidad de investigar la totalidad, y además, como ha recordado Valdés al hilo del debate sobre la laboriosa empresa de planificar una historia de las culturas literarias latinoamericanas, multiplicidad y heterogeneidad no son equiparables a totalidad. En este sentido, la aspiración a la documentación y a la transcripción de lo absoluto de los datos supone un programa inabordable e inasumible. Para una HL de base sistémica o para cualquier otra vía centrada en el siglo XXI en sentido historiográfico. La resistencia a la tentación neopositivista debería ser en este orden un principio firme de la HL por venir.

La alternativa es simple. Consiste en la aceptación del principio de selección crítica de referentes (agentes, repertorios, productos, eventos, instituciones, espacio de posibles, tomas de posición...) como garantía de una presentación de la heterogeneidad. Partiendo de la propuesta formulada por Even-Zohar de que también la investigación sincrónica (y no solo la diacrónica) es histórica de raíz cuando se resuelve con metodología sistémica, el mismo criterio tiene aplicabilidad al análisis del sistema cultural en el marco de una teoría de sistemas estáticos.

Limitaré ahora la segunda vertiente, que más arriba se introdujo de mano de la llamada *operación historiográfica*, a la esfera autorial del investigador-historiador y a las conexiones que este pueda trazar entre el sistema/tiempo analizado y el sistema/tiempo propio, que es el de su investigación/escritura. El debate teórico es suficientemente conocido. Lo fundamental es el hecho de que toda historización de un pasado presupone una comprensión *experiencial* del presente. Antes de cualquier otra razón, porque el presente es el único lugar posible desde el que ejercer la observación de la historia y desde el que proceder a una enunciación historiográfica. Ya en este sentido inicial, no existe posibilidad de una historia acrítica o no performativa. Motivo por el cual algunos teóricos de la historia hablan de que el oficio de historiador es un oficio de mediación. Y no falta quien establece un correlato pragmático entre historia y traducción. Pero más que a esta clase de consideraciones querría dirigirme, para finalizar, al terreno de lo que antes tratamos como *historia efectiva*.

En el breve texto de Gaspárov que fue citado y también en las páginas que Lotman y Uspenski dedicaron a una errónea aplicación de los principios de autodescripción y autocomprensión de las culturas, se menciona la tendencia de los historiadores literarios a introducir la información sobre la recepción de un determinado autor o poética, en épocas posteriores a las suyas propias, como un complemento del análisis realizados sobre aquellos. Incurriría así en un desplazamiento no justificable, porque el interés de

esas propuestas recae precisamente sobre sus enunciadores, partícipes en una historia de efectos abierta en el tiempo y en las interpretaciones/análisis de los eventos, de los agentes y de los procesos.

Pues bien, una HL de base sistémica debería asumir el compromiso de atender e incorporar esos efectos, no limitándose a una observación supuestamente carente de prejuicios y objetivista de fenómenos históricos. Y creo que debería asimismo pensar, y declarar, la posición y el espacio de posibles desde los que operan el propio analista-historiador y su discurso. Esto no tiene por qué conducir a un programa hermenéutico ni a una ego-historia: tampoco a una salida epistemológica como la alcanzada por Mieke Bal y la Amsterdam School for Cultural Analysis (Bal 1999), en la que el pasado interesa fundamentalmente como una parte del presente, y el análisis cultural —por oposición a la historia— es entendido como *memoria cultural en el presente*. Pero sí que sería oportuno que activase, por lo menos, un ejercicio de autoanálisis como el afrontado por Pierre Bourdieu en determinados momentos de su trayectoria. Porque ¿quién negará validez a las palabras con las que pongo final a estas reflexiones? «Comprender significa comprender primero el campo con el cual y contra el cual uno se fue haciendo».

Bibliografía

- BAL, M. (ed.) (1999): *The Practice of Cultural Analysis. Exposing Interdisciplinary Interpretation*, Stanford: Stanford University Press.
- BOURDIEU, P. (1992): *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1994) : *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*, Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1997): *Méditations pascaliennes*, Paris: Éditions du Seuil.
- CASAS, A. (2003): «Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico», *Interlitteraria*, 8, 68-97. Acesso em <<http://web.usc.es/~tlcasas/docs/IL8.htm>>, [21/02/2008].
- CASAS, A. (2005): «“Local”, “Regional”, “Nacional”, “Mundial”: Dimensões da História literária», em Campos Fernandes, M.P. (coord.), *História(s) da literatura. Actas do Iº Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas*, Coimbra: Almedina & Universidade do Minho, 89-110.
- CERTEAU, M. (1975): *L'Écriture de l'histoire*, Paris: Gallimard.
- CESERANI, R. (1990): *Raccontare la letteratura*, Torino: Bollati Boringhieri.
- EVEN-ZOHAR, I. (1978): *Papers in Historical Poetics*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/php1978.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (1990): «Polysystem Theory», *Poetics Today*, 11, 1, 7-94. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (2005): *Papers in Cultural Research*, Tel Aviv: Unit of Culture Research, Tel Aviv University. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/EZ-CR-2005.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (2007): *Polisistemas de cultura (Un libro electrónico provisional)*, Tel Aviv: Universidad de Tel Aviv & Cátedra de Semiótica. Acesso em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf>, [21/02/2008].
- GASPÁROV, M. L. (2007): «¿Cómo escribir la historia literaria?», *Entretextos. Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura*, 9. Acesso em <<http://www.ugr.es/~mcaceres/entretextos/entre9/gasparov.html>>, [21/02/2008].
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2001): «Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura» em Lozano-Renieblas, I e Mercado, J.C. (eds.), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*, Madrid: Castalia, 301-313.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2006): «Menéndez Pelayo y su proyecto historiográfico de una “nacionalidad literaria” española plurilingüe», *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, LXXXII, 393-428.
- GONZÁLEZ STEPHAN, B. (1987): *La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*, La Habana: Casa de las Américas.
- HUTCHEON, L. e VALDÉS, M.J. (eds.) (2002): *Rethinking Literary History: A Dialogue on Theory*, Oxford e New York: Oxford University Press.
- LACAPRA, D. (2004): *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*, Ithaca: Cornell University Press.
- LOTMAN, I. M., e USPENSKI, B.A. (2000): «Sobre el mecanismo semiótico de la cultura» em Lotman, I.M., *La semiosfera III. Semiótica de las artes y de la cultura*, Madrid: Cátedra & Universitat de València, 168-193. [Original russo de 1993].
- MALDONADO ALEMÁN, M. (2006): «La historiografía literaria. Una aproximación sistémica», *Revista de Filología Alemana*, 14, 9-40. Acesso em <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/fil/11330406/articulos/RFAL0606110009A.PDF>>, [21/02/2008].
- OLINTO, H. K. (1996): «Interesses e paixões: histórias de literatura», em Olinto, H.K. (ed.), *Histórias de literatura. As novas teorias alemãs*, São Paulo: Ática, 15-45.
- SAINT-JACQUES, D. e LEMIRE, M. (dirs.) (2005): *La Vie littéraire au Québec V: 1895-1918*, Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval.
- SEVILLA, S. (2000): *Crítica, historia y política*, Madrid: Cátedra & Universitat de València.
- STEINER, P. (1984): *Russian Formalism: A Metapoetics*, Ithaca: Cornell University Press, 1984. Cita-se pela tradução ao castelhano: *El formalismo ruso. Una metapoética*, Madrid: Akal, 2001.

- STONE, L. (1981): *The Past and the Present*, London: Routledge & Kegan Paul.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2004): «Contributos sobre o objecto de estudo e metodoloxía sistémica. Sistemas literarios e literaturas nacionais» em Abuín González, A. e Tarrío Varela, A. (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 423-444.
- VODIČKA, F. (1995): *La historia literaria: sus problemas y tareas*, València: Episteme. [Original checo de 1942]. Acceso na revista *Criterios* <<http://www.criterios.es/pdf/vodickahistorialiteraria.pdf>>, [21/02/2008].

THE CONSTITUTION OF A SYSTEMICALLY-BASED LITERARY HISTORY: THE CULTURAL SYSTEM AS THE OBJECT OF HISTORICAL ANALYSIS IN THE RESEARCH AGENDA OF ITAMAN EVEN-ZOHAR¹

Arturo Casas

Universidade de Santiago de Compostela



Abstract || This article presents a series of considerations, founded on Itamar Even-Zohar's theory of polysystemic culture, regarding the delimitation of Literary History's object of study. My purpose is to organically analyze the four principle challenges of dynamic functionalism and the systemic model in their application to diachronic history. These challenges are as follows: 1) to understand polysystemic, extrasystemic and subsystemic interactions as well as the borders between systemic cultures as an alternative to traditional comparative methodology; 2) to incorporate as object of study not only products/texts but also what Pierre Bourdieu's theory of social fields describes as "espace des possibles"; 3) to test a sequential model capable of elucidating dynamic polychronics and systemic changes; and 4) to configure a critical selection of data that is susceptible to historicization and put it into dialogue with other concurrent historiographic models.

Keywords || Theory of Polysystemic Culture | Literary History | Comparative Literature | Borders | Theory of Social Fields

The goal of this essay is to outline a position on some lines of development of Literary History (LH) and on the perception of its crisis as a discipline. Its next aim is to make a series of precise proposals regarding a change in direction in the definition and demarcation of the object of study, which means a change also in the methodological choices effected in this heuristic turn. The position to be outlined is of a socio-semiotic and systemic nature and is related to two distinct facts. In the first place, LH has ceased to exist as a unified or even cohesive discipline. The undeniable resistance of late-positivist models and practices, grounded especially in the field of education, maintains inherited procedures and espouses an inherited authority; this authority, nonetheless, is obliged to dedicate greater and greater efforts to justify itself, and its attempts are perceived by less-adaptable camps, to be clearly the product of inertia, given the bankruptcy of the underlying programs. The second fact has to do with the new priorities of LH, concentrated today in the establishment of an object of study—pluralized and enmeshed in a sociocultural field—that cannot be reduced to linear narratives and is uncomfortable with a central discursive authority which is linked to obsolete formulas that are, ultimately, de-historicizing.² One consequence is that the properly methodological debate—which was proposed, to some extent, given the gross lack of agreement regarding what LH should in fact historicize and at what scale it should do so³—has been shifted to a second plane.

However, the international cartography of LH does not move as one. After the process of decolonization, and thanks also to the emergence of nationalist programs in geocultural or administrative spaces subjected or assimilated [to other states], there now exist entities (and not only national ones) that undertook *delayed processes* of construction in which LH has acquired once again a clear social-pragmatic sense. This historiographic planning coexists in time—or even in space—with contrarily-indicated movements that affect other entities (let's say again, *national ones*). Occasionally, even in the same geocultural space and at the very same time, different agents activate inverse processes that end up coming together in the conflict of discourses, strategies and programs intended, in part, to highlight the contingency or the legitimacy of the alternative plans. It is accepted that nationally-based LH is a performative stage valid for the specific needs of sociocultural and political cohesion, often determined by urgent historic circumstances. Once these needs have been met, national LH exhausts itself as a project and cedes ground to alternative planes, between regional and world-wide, between regionalization—at a scale greater or smaller than the actual nation—and the globalization of historic perspective. In a complementary fashion, national LH tolerates counter-discourses intended to overturn silences and secrets. In fact, the aporia of national stabilization (or the achievement of a given process of

NOTES

1 | This article was originally published in Galician in volume 10 of *Veredas. Revista de publicación semestral*, December 2008. Thanks to the team of *Veredas* for their generosity in allowing its publication in this monograph. The original can be accessed in: <http://www.lusitanistasail.org/descargar/veredas_10.pdf>

2 | De-historicizing because they sustain the idea that literary evolution obeys autonomous adjustments that do not demand to attend the historical relationships of what is delimited as mere *context*.

3 | The beginning of a brief article by M.L. Gaspárov, connected with the Tartu school and author of *A History of European Versification* (1996) is illuminating. A translation of the Russian original from 2003, reads: “A la pregunta ‘¿cómo escribir la historia de la literatura rusa?’ me hubiera gustado responder enseguida: no hace falta escribirla de ninguna manera, ya que ahora mismo no la escribiríamos bien: no hay material” (Gaspárov 2007). Another perspective on the complexity of the task is annotated by Heidrun Olinto (1996: 42-43), keeping in mind recent German theories about a change in the traditional program of LH, especially those of S. J. Schmidt. In this case, attention is put on doubts over the existence of well-trained historians (epistemologically, intellectually, academically) to assume the challenge.

national construction) frequently leads to the political exaltation of all (Literary) History is a failed project that should either be refuted or deconstructed⁴. However, when a national crisis is accentuated, a unifying and “patriotic” rectification frequently appears. A clear case can be found in Hungary at the end of the 19th century, when the national historiographic models of Zsigmond Bodnár and Zsolt Beöthy attempted to obstruct any *non nation-State* alternative and any movement towards the integration of the cultural productions of the multiple linguistic and *ethnonational* minorities, something that had been contemplated a half century before, at least in some respects, in Ferenc Toldy’s historiographic model.

In general terms, the resistance to heuristic and methodological changes in LH lacks a comparison in the field of historiographic practices or in the social-humanistic disciplines. Following the lengthy crisis of positivism, the vitalization initiatives originated basically outside the academic community of historians and philologists. The collective intransigency was frequently experienced as a fight to preserve epistemic-ideological domination and pedagogical control over literary knowledge and its institutionalization. In addition, and at the same time, it was perceived to be an autonomizing and monopolizing strategy to leave literary affairs separate from the confluence of other cultural and social productions, and in a scholastic sense (Bourdieu, 1994), to preserve in from history itself. Despite this, Literary History has not been exhausted as a discipline. Paradoxically, and above all, because it is History.

Ever since the corrections applied at the end of the 18th century, and successively as a catalogue, encyclopedic erudition or philosophic-causal history, the changes in LH were incorporated almost always alongside assimilations that proceeded from the methodological debate over History recognized as a disciplinary framework. This debate progressively involved an opening of different historiographies to other human sciences and, much later, a profound questioning of the centrality of the historic event—something in some regards already foreseen by Voltaire and Madame de Staël. On the contrary, the effective entrance of literary theory and the newly-formed comparative literature in the disciplinary process of LH was modest, discrete and deferred, with but few exceptions. The only clear case in the area of European Romance Studies, would be only in the 20th century, with idealist stylistics, which in reality was a self-supporting project of historiography itself, once the repercussion of Croce’s critical reading of Hegel’s thought was considered, with results so dissimilar as those of Spitzer and Vossler. In other areas, the weight of historic materialism and Marxist sociological thought both bear mention, as well as the long delayed influence of the debates featuring the Bahktinian circle. Little else, however, is of note until the last twenty years of the past century. More than significant, in

NOTES

4 | It is legitimate and apropos to note the doubt about the functionality of any automatism that poses a redirection, in historiographical-literary terms, of the binary *critique of identity/ critique of difference*. Counter-historiographical practices, or those formulated as supplement of a (canonical, official...) reference historical discourse, including what Dominick LaCapra (2004) terms as the *experiential turn* of historiography, can self-limit and present themselves as fundamentally secondary from the start. As Mario J. Valdés suggests (Hutcheon & Valdés 2002: 65), the best field test could be the general user of LH, who might serve to check how are partial counter-proposals received, and to what extent they are assumed. Contradictions emerging from that field constitute one of the pillars for Valdés’ position in favor of an *effective history*, a notion that emerges from hermeneutics with historical consciousness. For Valdés (2002: 67), “Effective literary history begins with the recognition that history, and literary history in particular, is effective insofar as it is used and is of use to would-be readers; it is a concept deeply aligned with the idea that we are affected in the present by our sense of the past”.

this sense then, is the time that it took to assimilate the last legacy of the functionalist positions of Jakobson, Tinianov and Sklovski on the non-comparability of synchrony and system, the ineludibly systemic determination of all evolution and the possibility of a history of a literary history that overcomes the genetic history of literature and the linguistic-literary immanence of the Saussurean inheritance. The positions of the Russian formalists would be re-elaborated at the beginning of the 1940s by Felix Vodička (1995) in the framework of research by the Prague School. This research would not be applied in practice, among other reasons because of the complexity of an efficient combination of the sociological, phenomenological and aesthetic-axiological dimensions proposed by the Czech theorist and dependent on an underlying reconstructivist goal. Vodička, in effect, outlined the initial task of LH in the reconstruction of a literary norm in a given space-time and in the hierarchizing of the conglomerate comprising aesthetic works and values as they are successively established in public and critical taste.

In a series of works published in recent years, I have highlighted the indisassociability of the course of LH and the course that corresponds to the matrix that we recognize, by antonomasia, as History. The links are evident but often devalued from an operational and functional point of view. From a series of ten considerations noted in a 2000 publication, I would like now to recover especially the one that establishes the relationships. I insisted on the existence of a group of related and ineludible problems and answers that History and LH share, at least as regards two spheres: the implications between narration and construction (with positions such as those of Ricoeur, White, Gadamer, Koselleck, Derrida, Skinner, Schmidt, Ankersmit...) and the social and institutional function of historical disciplines. I also pointed out some notions capable of articulating historiographic discourse and of centering on possible disciplinary laws of LH—among them, literary change, gradual development, cultural explosion and inter-literary process, for which the theoretical references would be Vodička, the Tartu School, the Bratislava School, the theory of polysystems, Bourdieu, Wallerstein y Martindale. Some of these notions will be taken up again here, fundamentally from the premises of pragmatic semiotics and systemic theories, maintaining present as well the observations of Bordieu, in *Méditations pascaliennes* (1997), about de-historicizing practices and resistances to *historicisation* in common programs applied by philosophers and philologists that serve in the constitution of a history of philosophy or a history of literatures. The forgetfulness of history in these areas is associated, for Bordieu, with the predominance of a tradition (Kant, Hegel, Heidegger) which in reality ritualized the correlation text-canon-exegete and absolved itself of an analysis of production-reception and of the canonization process in concrete historical societies. As concerns literary/cultural change and discontinuities in history, an obligatory reference is, of

course, Foucault, although there exists a line of reflection sustained in the 20th century from Saussure to Lotman or Martindale regarding the appearance of the fortuitous and the contingent in linguistic-cultural processes.

*

The systemic option in LH presupposes an awareness of the existence of at least four challenges of significant weight and difficult solution: 1) the explanation of the systemic or field limits and the interactions between system and extra-system, system and poly-system and system-subsystem; 2) the effective incorporation of everything understood as a *systemic product*,⁵ which, logically, should also include the relational introduction of what in the theory of social fields is defined as *space of possibilities*,⁶ 3) the decision on the appropriate way to incorporate systemic diachrony,⁷ which fundamentally would obey either the sequencing criteria of the continuity/change dialectic that would follow a temporal segment in detail –the solution which can be seen as the traditional one– or the comparative criteria or non-consecutive temporal cuts that are read as a discrete succession of moment-states subjected to a systemic contrast, giving way as such to what, along with Itamar Even-Zohar, can be called *dynamic polychronicity*; and 4) the redirection of the critical factor that all cultural history assumes, albeit only for two reasons: first, due to the implications that follow from *selectively* considering or not considering certain factors, products and agents that participate in literary activities, and second, due to the representation of difference in relation to what Michel de Certeau (1975: 63-120) denominated the *historiographic operation*, which not only discursively capacitates what is no longer present but also constitutes a historicization of the present, which would render the critical vector unavoidable. Some of the considerations made, in particular to the objective of heterogeneity, difficult to situate in any historiographic narration/description, converge in the observations that follow, extracted from the article “System, Dynamics, and Interference in Culture: A Synoptic View”, by Even-Zohar (1990: 87):

The system concept had, however, to undergo several modifications in order to accommodate the conception of *stratified heterogeneity*. Firstly, it became necessary to recognize that both synchrony and diachrony should be admitted as systemic dimensions, and therefore that the idea of system need not be exclusively identified with static synchrony (but could be viewed as dynamic polychrony). Secondly, it was necessary to recognize that the idea of system does not imply that there can be observed/hypothesized for any number of phenomena just *one* system, i.e., one network of relations. To speak of an activity, be it language, literature, culture, or “history” in general, as single system is a heuristic simplification rather than an adequate theory.

NOTES

5 | “By ‘product’ I mean any performed set of signs and/or materials, i.e., including a given behavior. Thus, any outcome of any action, or activity, can be considered ‘a product’, whatever its ontological manifestation may be, be it a semiotic or a physical ‘object’: an utterance, a text, an artifact, an edifice, an ‘image,’ or an ‘event’. In other terms, the product, the item negotiated and handled between the participating factors in a culture, is the concrete instance of culture. Obviously, a culture product is any implemented item of the repertoire of culture” (Even-Zohar 2005: 25).

6 | In the opening pages to his 1990 work, Even-Zohar calls the attention to the fact that Bordieu reached similar conclusions—“in some areas superior”—to those of dynamic functionalism without any effective theoretical connection or approximation (Even-Zohar 1990: 3).

7 | Incorporation, in itself, already constitutes a test of large complexity for the systemic model, more tested and experimented in synchronic coordinates; which, of course, are also historical, as Even-Zohar reiterates at different points. In any case, it is interesting to recall that since 1968, the Ludwig von Bertalanffy’s pioneering formulation of systemic theories in the context of organic biology differentiated between the significantly called *structural and functional levels* of systems, attending respectively to their static and dynamic aspects.

In their analysis of the processes of self-awareness and cultural modelling, Lotman and Uspenski (2000: 190) likewise mention the common error in many literary histories of superimposing on top of the rigorous description of the literature/culture a uniformity intended to achieve organic unity and the elimination of contradictions. I will return to this below, in particular to the limiting idea of unique systems, which effectively sustains a great number of historiographic accounts—literary or not, systemic or not—to which we have become accustomed. A *unique system* is understood here to be that which excludes the empiric relevance of correlational networks beside the one considered in the postulation of the system as an existing entity. For example, nations and national literatures almost always present themselves, in historiographic practice and in historiographic-literary practice, respectively, as unique systems. Moreover, in the majority of historical/ historiographic operations, it is assumed that without a reduction of the field there can be no object. Of course, in practical terms, there is something reasonable about a decision of this sort, but certainly, what is excluded by an abuse that is not merely heuristic, is commonly interpreted as inexistent.

Identity dynamics generally fit these sorts of operations to a tee. As I have just suggested, a limiting and simplifying decision, that is simultaneously assumed to be legitimate or even apodictically founded, cease to be observed and evaluated as networks pertinent to and concurrent with other inter-related factors. Logically, these networks can incorporate doubly some of the factors already considered in order to postulate the existence of the pre-given system (associated now with other factors and/or other networks) or, alternatively, other factors that have not been incorporated but that do in fact exist, intervene or interact with those mentioned. And these connections are not only made with other factors present in one of the excluded networks but also, in all likelihood, with the very factors integrated in the network that constitutes the supposedly unique system. A community of consumers CC that subscribes to a cultural systems CS_1 , can perfectly well render simultaneous consumer activities perceptible, or even determinant in the market and/or in the repertoire of a different cultural system CS_2 ; and in such a way as to even end up calling into question the primary subscription of CC CS_1 . Therefore, the unique system not only ignores the existence of possible alternatives to the networks that supports the system, but also excludes the possibility that one of its factors could simultaneously be a factor in another system.

Another example will better clarify what is being said. In his reformulation of the theory of polysystems, Even-Zohar (2005: 31) presents the institution and the market as the intermediaries between social forces and cultural repertoires. The issue is that in developed cultural situations not subject to an exceptional uniformizing

and censoring pressure, the existence of *only* one market or one institution is impossible, as impossible as the existence of only *one* repertoire. This is clearly the case in multicultural societies characterized or not by processes of hybridization, as well as supposedly cohesive societies. The market is always plural, in the same way as the repertoire. As we have just seen, sectors of the market in a supposedly unique system participate in alternative and/or extra-systemic systems, and the market of this supposed unique systems will be frequented by consumer associated radically with other systems. This is not an exception, rather it is the norm. The acceptance that any system is in reality a polysystem or “system of systems” is not sufficient to resolve this complex matter that has obvious repercussions in the diachronic transfer of the problem and has an observable effect on the corresponding historicization. In fact, in a systemically-based LH the postulation of a unique system would not only be inadmissible, but the criteria of an exclusive location applied to objects of analysis would also prove unacceptable. Every historic event and every historic subject form part of plural historic planes, and therefore no historic reality pertains to a unique plane of account. One of the problems, then, is that of the identitary adjectivization of systemic LH, since although it be at a secondary level, this sort of characterization (territorial, cultural, social, linguistic...) end of showing its head. And when it does, it is due simply to a kind of conceptual misunderstanding or epistemological imposture (i.e., that which leads to the repeated identification of *literary system* with *national literature*). In reality, the problem is anything but new. Any historiography should manage it by opting for some criteria of axialization and vertebration. The difference lies in the fact that a non-systemic and/or non-empiric LH will promote the naturalization of such a criteria, while the indisputable operations of a systemic LH should always be the opposite: to renounce any camouflaging of the decision, bring it to light alongside the baseline complexity and even expound upon its relation and functional problematization. Before returning to this terrain, other partial analyses that assist in establishing a framework for integrated observation will be outlined.

Clearly, specifying the object of a certain history holds consequences for the sort of knowledge that it aspires to constitute and for the type of discourse associated with that choice. The history of biology and the history of architecture, for example, would share some operations and decisions, and undoubtedly would diverge in others—not only in order to serve objectively differentiated realities, but also because notions such as *organism* or *construction* are problematic in and of themselves, and because they are not unequivocal givens beforehand, since each has its own conceptual history (Koselleck) throughout time. In addition and on another level, the discourses capacitated to inform on the conceptual diachrony associated with these notions and their evolution are equally plural. For these sort

of things, since the Enlightenment, it has been commonly accepted as logical that in comparative terms, the history of biology—obliged to incorporate the specific processes of biochemistry, molecular biology, genomics, and other convergent disciplines—expanded its focus of attentions considerably more than the history of architecture needed to do so.

In this regard, one complementary observation must be made, one which is a common topic of debate in historiographic practices of the sort cited but also always absent in the sphere of literary historiography. This is the issue associated with the field of specialization of the ideal author. Or, to put it simply, the decision about whether the history of architecture should be the responsibility of a historian or an architect, or whether the history of biology should correspond to a historian or a biologist or in general to someone versed in experimental sciences. This sort of correlation is not so clear in literary history. Cases exist, of course, of literary histories by poets and writers (from Ronald de Carvalho to Max Aub or Emma Donoghue), but the debate over whether LH should correspond fully or partially to historians (promoted in theoretical terms by Lucien Febvre, Roland Barthes and many others) turned out to be discontinuous and oftentimes silenced too soon by corporate powers and academic inertia.

In any case, after the experience of the *Annales* School, an understanding seems to have been forged around diverse forms of historiography as programs that only guarantee rigor and utility based on the constitution of collaborative, interdisciplinary and plural working groups. Recall that of the four principal programmatic viewpoints announced by Lucien Febvre in 1947 when he took charge of the sixth section of the *École Pratique des Hautes Études de Paris*, one of them was oriented precisely towards the search of a re-encounter between the human sciences, and another was dedicated to the promotion of collective research between teams of historians and other specialists. In this way, it can be imagined that in a not too distant future any postulation of authority or of historiographic discourse grounded in the individuality of the expert/informer will be considered anachronistic and less than credible. Probably, the era of historiographic narratives authored by one person, along with the expectations associated with them, is over.⁸ It does not seem to me that this prevention will take long to extend itself also to groups of historians subject to a limiting epistemologic coherence, and to a programmatic and strategic cohesion that are perceived as excessively rigid, disciplined and autotelic. It is likely, however, that future readers will unconditionally demand to resolve for themselves the contradictions that the facts and the interpretations at odds that teams of historians lay on the table. Thus, it seems confirmed that the greatest public (social, political) challenge of LH is the renegotiation of the narrative-historiographic and administrative-

NOTES

8 | This last sentence refers to situations like the one experienced by the Spanish and Latin American academia and intelligentsia, when in the late 19th century largely waited for a historiographic-literary proposal by Menéndez Pelayo that was never totally articulated. González-Millán (2006) compiled letters referred to this wait from the period 1877-1901, including correspondence with Juan Valera, Gumersindo Laverde Ruiz and the Colombian Miguel Caro.

institutional authority that resides in its own disciplinary roots. In that regard, I cannot resist issuing a warning intended to avoid potential simplifications.

It deals with the following: undoubtedly, there are forms of authority that outside the reach of the omniscient account and beyond the narrator-historian's mechanisms of control. The rejection of narrative in the historian's task, which as Peter Burke has reminded us is a demand that appears already by the 18th century,⁹ does not presuppose in and of itself the de-activation of the those mechanisms nor the disabling of determinist, explanatory, causal or teleological dependencies. Neither does it necessarily presuppose a suspension of sequentiality, linearity, continuity or causality. As such, the supposition according to which the change in course expressed by Lawrence Stone (1981) as the transit from an analytic mode to a descriptive one would represent a correction but not an indictment of the "excesses" of narrative historiography, should be carefully evaluated.

In the same way that behind every narrative there lies a (focalizing) narrative voice, behind every descriptive discourse there also always lies a (focalizing) descriptive voice. The option in favor of description does not constitute a guarantee of objectivity or of the non-intervention in the matter of analysis. Moreover, it is not evident that the existence of two constructive principles or formal structures that are opposed to one another in LH (narrate-describe)—in the sense outlined for example by Remo Ceserani (1990: 17-32)—if this opposition is extrapolated beyond the paradigm of nationalist, teleological typical of the 19th century.

Let us return briefly to the debate as to the goal of the historicization of biology and architecture. Along with the notion of *literature* and with its associated historicity, some clarifications and certain precautions comparable to those associated with the concepts of *live organism* and *construction*. In fact, the results of LH are hardly homologous when practices separated sufficiently in time are considered. This is so, it seems at first, because that which is referenced by the name *literature* constitutes very different territories at the end of the 18th century and during the 20th or 21st. However, there is a disinterested and essentialist—and therefore inconvenient—tendency to think of these differences as only problems of nuance. Consequently, not only does the signage of *Literary History* conserve its full validity but it is also legitimate to speak of epistemological and functional continuity between historiographical practices separated by two hundred years and that take as objects of study as different as those that appear, for example, in the model of Girolamo Tiraboschi (*Storia della letteratura italiana*, 1772-1781) and in that directed by Alberto Asor Rosa (*Letteratura italiana*, 1982-1996). Within this frame, perhaps it would

NOTES

9 | Scotsman John Millar is a good example, extremely interesting from the systemic point of view.

be useful to begin by making explicit that only by a sort of unwritten agreement is it acceptable to speak of a *unique* discipline despite the fact that the fields subject to historicization vary so greatly. This would explain, when viewed from a different angle, the rejection of the use of the word *history* in some fully historiographical projects, and even the fact that there are those who opt to suppress the signage of *literature* in favor of others such as *literary culture*, or even *literary life* or *literary field*.

The historiographic modalities understood as discursive practices possess in and of themselves a performative dimension with a double-perspective: one directed at the referenced community and another directed at the community that references, regulates and institutionalizes historiographic operations and knowledge. Whereas the first is configured around historic agents linked by their direct relationship with the predetermined object and by some connection of contiguity and continuity that joins them in space-time as a group (cultural, linguistic, religious, social, national...), the second comprises those agents that document, construct, discursify... history and that participate in a scientific dialogue and in an epistemological and ideological struggle for the control of knowledge and its influence in the public sphere. Sergio Sevilla (2000: 140-158) correctly relates this performativity with an epistemological changes by which the *theoria*—before, “duplicado conceptual de lo real”—came to be treated as *poiesis*: historiography confronted in this manner a rhetoric-pragmatic turn, in such a way that the imaginarium came to be what constituted social reality, and it is theory that produces, in a poietic sense, the world (White, Durkheim, Mauss, Castoriadis).

None of what we have just mentioned excludes a critical frame from historical knowledge: historiographic intervention will always be what, to begin, questions the connections of contiguity and continuity and the very existence of the postulated community as a specific object of attention. As such, discontinuities and alterities can mesh by means of diverse procedures, in a historiographic series, giving rise even to the refutation of the objects/identities considered and agreed upon by consensus as existent in other moments and/or from other perspectives; or, on the contrary, demanding the incorporation of objects/identities unobserved or excluded by the regulating community of historical knowledge. One highlighted feature of the practico-agential dimension of historians and their discourses lies in the possibility of a non-exclusive application of methods and scales, an issue that again conjures the idea of plurality and that seems important to underline. For example, scales applied on the same nucleus of reference subjected to contemplation on different levels, originate proposals that are not necessarily antithetical nor contradictory (nor necessarily complementary, understood from an informative point of view). The mappings and scales, contemplated

for the significance of their historical-literary application, point to the inexistence of isolated or impermeable communities as opposed to their outside/boundaries or to other communities.¹⁰ Furthermore, they also question the very identity of the community as this is postulated upon uni-parametrical bases (language, religion, gender, administrative units...). Put more precisely: it questions the consensus around the postulation/invention of an entity functionally admitted as a historical subject.

Thus, what we have said of course does not mean that any one-scaled historiographical practice is indictable, regardless of the size of the scale; this is hardly the case. But it does introduce an important heuristic and epistemological reservation that can be translated into the following terms: *“all that can be said is the result of informing/interpreting as if the scale utilized were the only or the most appropriate for the established objective.”* Obviously, this objective is susceptible to variation, as it will depend on diversified and irreducible criteria that range from a supposition of intentionality or of a faint intentionality, to some sort of *a priori* (academic, sectarian, ideological...) compromise. And, what is to be said of the methods? At least as much.

Let us return to the question of performativity, now in association with the constructivist principles that the theory of polysystems assumes. Perhaps it will be useful to begin with an affirmation: there is no possibility (and there never was) of a (literary) historiography that wasn't performative. This is so because every history involves some agent that take a certain stance and intervenes as a subject in a communicative-performative act. The following is a necessary complement to this affirmation: the space for a non-empirical (literary) History is more and more limited every day. This possibility existed in the past; indeed there are many examples of this approach. However, despite the performative character of the historian's intervention and in normal conditions today, an alternative that avoided facts that pointed towards one metaphysical or transcendent direction, or even to a manifest teleological point of departure, would be anachronistic and intellectually unjustifiable. Evidently, this does not erase the consequences of discursive relativism nor the derivatives of the relativism known as the linguistic turn. Nor does it erase the consequences owing to the constructivist approach regarding the correlation of theory and its objects, which leads Even-Zohar (1990: 3) to affirm that the only appropriate or viable way of observing a certain object of research is by establishing hypotheses by which the object is effectively subjected to a localizable group that espouses relatively succinct rule, the discovery and formulation of which should constitute the objective of all science.

The theory of polysystems of Itamar Even-Zohar was presented in

NOTES

10 | Consider in this respect Even-Zohar's first principle of literary/ cultural interference. In "Polysystem Studies", he noted that "Literatures are never in non-interference" (Even-Zohar 1990: 59) and in *Papers in Culture Research*, "Interference is always imminent" (Even-Zohar 2005: 57).

1978 as an approach appropriate for the analysis of historical-cultural methodology and for the stipulation of alternatives applicable, in particular, to the historiographic treatment of dependent of minoritized systems, perhaps because this was, starting ten years earlier, one of the basic preoccupations of Benjamin Harshav (Hrushovski), a comparativist and Professor of Poetics at the University of Tel Aviv and one of the references for the Unity for Research of Culture¹¹. However, the historical perspective is emphasized less in the subsequent compilations of the work of Even-Zohar (1990, 2005, 2007), although there is normally a clear two-fold programmatic possibility presented as a theory of static systems and a theory of dynamic systems. One notable feature of this alternative is that which is expressed strongly in these terms: “it must be admitted that both synchrony and diachrony are historical, but the exclusive identification of the latter with history is untenable” (Even-Zohar, 1990: 11).

*

We must now focus our attention on the answer that a systemic-based LH can offer to the four heuristic-methodological challenges cited above, which are, let us note, convergent and interdependent. To review: 1) to establish concretely, in a dynamic perspective, both systemic limits and poly-, extra-, and sub-systemic interactions 2) to include, in a relational perspective, not only the products but also the possibilities; 3) to choose between the model of traditional sequencing and that of a dynamic poly-chronicity to account for systemic evolution and changes; and 4) establish a (critical?) selection of historicizing heterogeneous data, and adjust a dialogue with previous and concurrent historiographical constructs, if not a fully *effective history*.

The issue of the limits of systems theory has been a key one since Niklas Luhmann’s took up Humberto Maturana and Francisco Varela’s notion of autopoiesis. As noted by Maldonado Alemán (2006: 19-23), for Luhmann autopoietic social systems are autonomous systems organized in a self-producing, self-regulatory and self-referential way, and establish differentiating limits with their environment. In this light, autopoiesis shares points of convergence in the representation of culture in other theoretical platforms, as a semiotic system that models the semiotic-sphere (Lotman), as the *habitus* in the social field (Bourdieu), as the repertoire in the cultural system (Even-Zohar), or the textual and the anthropo-social life in the literary institutions (Moisan). Maldonado Alemán (2006: 27) notes that the history of literary systems must include three types of relationships: inner-systemic, extra-systemic, and inter-systemic. In any case, I will warn again about what I previously interpreted as a sort of reduction to the principles of single system and localization, by means of

NOTES

11 | “History of literature”, “cultural history” or “historical model” vertebrate the summary and contents of *Papers in Historical Poetics* (Even-Zohar 1978). On this topic, see the partially divergent analysis by González-Millán (2001: 306), who considers that Even-Zohar incorporates a historical horizon on the initially constituted mode, but that it is blocked by the “mediación de un esquema heurístico excesivamente sistemático e abstracto”.

which the analyst would incorrectly tend to ignore the existence of alternative systemic networks other than the one considered to be the basic autopoietic reference, or to the affiliation to a different systemic network or a supposedly intra-systemic relationship. In a more categorical vein: a social space does not need to include one single social/cultural system (actually, that would be extremely rare),¹² and a systemic factor can simultaneously associate (most do it) with different systemic networks, that is, with different systems.

In order to curb the limits of the system it would be productive to attend, in addition to the interferences and what might be called a *paratactical* relational dimension—which comparative historiography has been studying for some time, with mixed results—to the *hypotactic* relational dimension that concerns joints-disjoints, and the adjustment polysystem/system/subsystem rather than an inter-systemic central-central, or central-radial view. The cultural system is always a complex system that includes limits, interrelations and hierarchies.¹³

In a previous paper I explored the affordances of the notion of *systemic delegation*, close to that of subsystem¹⁴ and similarly receptive to Bordieu's model of social fields and what might be termed as a topology of systems (Casas, 2003: 74-75). As it affects hypotactic inter-systemic relationships I will try to define the concept with more precision. A systemic delegation is the result of an interference between cultural systems which projects the core of the source system to the center or periphery of the receptor system.¹⁵

Systemic delegation relates to two possible factors: the prestige of the source system, and/ or a certain degree of systemic proximity. This proximity can be geographical, linguistic, political-administrative, cultural, ideological, religious, etc. In the context of globalization, the scale projection of the core of the source system is not limited to elements of the repertoire, but also to those of the market, of consumption, and especially, institutional elements. Thus, this projected globalization implies a challenge to the maintenance of the unified identity of the receptor system (or culture): systemic delegation, as a *scale*, meets the receptor system and destabilizes its identity.

Moreover, this interference agrees with the laws of cultural interference posed by Even-Zohar since 1990, which means that it proceeds uni-directionally from a strong or prestigious system to a weak or dominated; or, on other occasions, to an emergent system being constituted. It also means that systemic delegation, as the result of the interference, will redistribute functional identity (not necessarily the same as the one of the core of the source system) and will normally simplify, regulate and sketch the imported or appropriated

NOTES

12 | Remember Even-Zohar clear position in this regard, and his misgivings about any kind of reduction of the heterogeneity of literary studies: "The acuteness of heterogeneity in culture is perhaps most 'palpable', as it were, in such cases as when a certain society is bior multilingual (a state that used to be common in most European communities up to recent times). Within the realm of literature, for instance, this is manifested in a situation where a community possesses two (or more) literary systems, two 'literatures', as it were. For students of literature, to overcome such cases by confining themselves to only one of these, ignoring the other, is naturally more 'convenient' than dealing with them both. Actually, this is a common practice in literary studies; how inadequate the results are cannot be overstated" (Even-Zohar 1990: 12).

13 | Further—privileging attention to Lotman—the semiospherical border is a simultaneous factor of organization (towards inside) and disorganization (towards outside).

14 | Elias Torres Feijó has used *subsystems* in different works since 2000, applied to the systemic-cultural research of the group Galabra, directed by Torres Feijó. I will come back again later to Torres Feijó's theorization, very much connected with Even-Zohar's model.

15 | I would not oppose the substitution of "receptor system" for "receptor culture" if there is some systemic insufficiency. In historical processes of colonization or imperialist expansion, systemic delegation would come up to be a part of the apparatus of cultural assimilation the follows

elements and relationships, while tending to preserve a relationship of dependence with the strong system. This simplification will amount to the acceptance of its own systemic minorization, an interiorization of subalternity and a limitation in the aspirations of an autonomous cultural system to the *local* and *minor*. On the other hand, saying that the projection on the receptor system can go to the center or the periphery amounts to pointing out that the functional localization of systemic delegation will have strength/ prestige and will exert a variable domination, depending on historical circumstances.

Scholars connected with the systemic paradigm have not noted the multiple occasions on which Even-Zohar refers to communities, a notion that might seem ambiguous in a theoretical-systemic sense, but not so much as a cultural referent.¹⁶ Precisely, the incorporation of the concept of systemic delegation fits quite simply in the frame of relationships between communities connected by some form of domination or subjugation, or by historical ties derived from processes of expansion or colonization¹⁷. There lays the ultimate comparison with a polarity system-subsystem and to the dynamics of emancipation/ subjugation

From here, how is it possible to historicize complexity and heterogeneity? It seems evident that the geographical and linguistic dimensions, inescapable in literary historiography, make their appearance as well when a systemic perspective is selected. Both should concentrate an important part of their efforts in thinking precisely about the correlation between autopoiesis and environment, in thinking about limits and that which remains extra-systemic as constitutive factors of the system, which nationally-based LH never undertook,¹⁸ since it assumes the centrality of the idea of nation as a normative model based on exclusion, and forecloses any acknowledgement of its invented/ postulated status, consensual or imposed.

But there is another factor that affects the correlation autopoiesis-environment in cultural systems, and in particular in literary systems: the phenomenon of translation, almost always excluded from the historical-historiographical perspective even though it is key from a systemic point of view, and not precisely because it understands translated literature as a juxtaposed series of secondary products and repertoires, but as built-in element, in an equal status, of the network of systemic factors that define the polysystem.

Once the simplistic comparison between literary system and national literature is discarded, then, what should be done? Shall we pose culture, language, social space, public sphere, ethnicity, community, territory, etc., as the referent of LH, and, therefore, the referent for

NOTES

the phase of highest rigor in the acculturation of subjugated communities. In this cases, there always appears and establishes an intellectual bureaucracy that becomes one of the more effective mechanisms for the consolidation of hegemony, and which in turn would end up being the preferred target of counter-hegemonic reaction of cultural resistance. In modern and contemporary processes of centralization, stemming from the constitution of states with planned cultural homogenization (virtually all of them), systemic delegations belong to the transmission belts of hierarchies, which aspire to constitute the acknowledgement of the superiority of the national-state culture over stereotyped and minoritized representations of the local/ regional.

16 | It does not seem too far-fetched to think that, in Even-Zohar's work "community" is comparable in most of the occasions to "nation". Almost always, the first encompasses—at least—the second, sometimes without changes in extension. Under this light, it might be necessary to nuance González-Millán's position (2001: 34) on the silence or implicit denial of the national discursive logic in theoretical texts of Even-Zohar, an appreciation that extended to the work of Pierre Bourdieu.

17 | Even-Zohar establishes that in cultural polysystems, the center and the periphery are not necessarily singular positions. There might be diverse centers and peripheries in a same polysystem. My interpretation is that the more complex the polysystem, the more possibilities for the generation of—let's say *sectorial*—center-peripheries. It remains to be studied the possible adaptation of the notion of systemic delegation

one given culture, one language, one social space, and one territory? There is more than one possible solution, and it will surely depend on the previous planning and the effects achieved by the agents who assume the historiographical enterprise.

Since the early 1990s, José Lambert has called for the privilege of a spatial-administrative localization (“literature *in X*” as alternative for “literature *of X*”), not exactly a territorial dimension, which would make it possible to observe the forms of cohabitation between literatures/languages/cultures and public institutions, especially those of the State. The proposal is of interest beyond Lambert’s specific applications with regards multilingual and multicultural societies. It also activates productive adaptations to the spatial turn of the social sciences over the last decades. In that sense, I have noted in a recent work the possibility of developing a literary geo-historiography organically determined by the local, regional, national and global dimensions of literary culture (Casas, 2005), for which I assessed four ongoing research programs with interesting results: the one by Dionýz Durišin and the Bratislava School; the empirical-systemic theory (Schmidt, Even-Zohar, Tötösy de Zepetnek, the CRELIQ and later the CRILCQ in Quebec); postcolonial and subaltern studies, and Mario J. Valdés and the Committee of Comparative Literary History of the International Comparative Literature Association.

Focusing on the second of these perspectives, as of today, there is no solution that generates consensus on the issue of systemic limits, especially as regards what I have termed subordinate relationships, but Torres Feijó’s (2004) analytical model offers useful tools to deal with the dialectics system-subsystem which integrates highly operative notions for a system-based LH, such as *protosistema*, *parasistema* o *enclave*.¹⁹ Torres Feijó’s (2004: 28) previous differentiation between *social space* and *social ensembles* moves beyond Lambert’s forms of cohabitation, by bestowing analytical weight, not so much to the institutional acknowledgment of difference, but to the socio-cultural consciousness of difference/dependence/conflict, and to the decision and capacity to intervene, to manage and negotiate these issues in the public sphere. This appears to be a viable and promising option that should be contrasted with other systemic frameworks, for example, that of the Latin-American postcolonial cultures in the 19th century, in which the historiographic dialectics between conservative and liberal sectors offers highly relevant political-institutional, cultural and performative information, according to the modes and rhythms of the access to independence in the different republics—extreme cases could be Chile and Mexico—but also in regards to the degree of implementation and consolidation of colonial traditions.²⁰

As regards the problematization underway here, the fundamental question is that of a historiographical alternative that could be posed

NOTES

system-subsystem), associated to a double principal functionality, cohesion and control. In sum, an echoey provincialization of culture in the center-radial sense.

18 | Not even in projects receptive to the empirical-systemic paradigm. A case of note is the one of the project *La Vie littéraire au Québec*, currently directed by Denis Saint-Jacques and Maurice Lemire, with five of the eight planned volumes already published. Volumes III, IV y V include an initial chapter titled “Les déterminations étrangères du champ littéraire”, but I do not think that it engages with the concrete tasks just mentioned as obligatory. Chapter V, for example, focuses on three spheres of exterior relationships: French literature, Catholicism, and US culture (Saint-Jacques and Lemire 2005: 9-29).

19 | In this model, the subsystem is characterized by “práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a ‘literaturas regionais’ tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico)” (Torres Feijó 2004: 429). The proto-system, “práticas tendentes à configuração de um novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado”. And the para-system would exist as long as there are “redes culturais, com vínculos de compartição exclusiva entre os seus membros, que actuam e se desenvolvem em um espaço social ocupado por um sistema a que nom pretende substituir nem impugnar mas com o qual nom se vincula em modo nengum, do qual nom fai parte” (Torres uses as example

from systemic frameworks. The possibility of establishing a systemic LH as the sum of a series of partial histories related to the network researched (the history of the repertoires, of consumption, of the institutions, etc.) is, from a systemic point of view, inappropriate, absurd and sterile. The possibility of establishing the LH of a polysystem by adding the history of the subsystems is similarly nonsensical. Despite this, there is a large number of these kind of attempts, often self-proclaimed as *systemic*, of a mere basic and ancillary value. Their programs are clearly insufficient, as a systemic history must account for the relationships of interdependence among factors (or, in a second sense, the relations of subordination system-subsystem), and there is no way to describe the functioning of the factors of a polysystem (or the subsystems) in isolation or autonomously. To draw the history of a factor or the history of a subsystem in an autonomous way, that is, to reduce heterogeneity to homogeneity, is not a systemic analysis.

*

I will now refer, more succinctly, to the other three challenges to a systemic LH. I will first discuss the dialectic between existing products and possible products. Systemic analysis prioritizes existing factors and relationships (existing in the sense of effective, actual), and leaves research on possible alternatives, and the related network, in a second level, to say the least. This circumstance probably answers to one of the heuristic objectives underscored by Even-Zohar, especially in his revision of the theory of polysystems: to reduce parameters and connections among them in order to ascertain the empirical character of the object of study. To be precise, it should be mentioned that the theory of polysystems assumes what Lotman and Uspenski (2000: 191) term as the principle of *alternativity*, by which semiotic-cultural element, orders or structures—even the whole semiotic system—are perceived as alternatives.

In contemplating the dialectic between products and possibilities, basically from the perspective of the repertoire and the correlation “*culture-as-goods/culture-as-tools*”²¹, Even-Zohar draws upon different models, especially those of the sociologist Ann Swidler and the one of the Tartu-Moscow School (Lotman, Uspenski and Ivanov, in particular),²² but demonstrates a keen interest in establishing a dialogue with Bourdieu’s theory of social fields and particularly the notion of *habitus*. However, an initial consideration of the repertoire as the ensemble of rules and potential materials for the production and consumption within a given system, and its own connection with the binary producer-product, proves insufficient to explain everything that is explained in the theory of social fields: the correlation between positions in the field, the space of possibles, and “position- takings” understood as choices among those possibilities.

NOTES

cultural practices of gypsy communities in different social spaces of Europe). Finally, an enclave is a social space related to another actor, admitted in the metropolis, and which assumes its belonging to a unique cultural system, something quite common in communities of European émigrés established in the big American cities in the 19th century and part of the 20th.

20 | Beatriz González Stephan (1987: 186) explains this in detail: “donde las estructuras coloniales tuvieron un arraigo más profundo, el proyecto liberal se cumplió de forma moderada, dando lugar a un conservadurismo con tintes liberales, que, paradójicamente, facilitó el surgimiento de historias literarias alrededor de la década del 60 [s. XIX]. Epistemológicamente el discurso histórico tenía un asidero: fundamentar la razón de la misma historicidad en y desde la Colonia, asumiendo más o menos de forma crítica el legado hispánico. Son los gobiernos conservadores los que aceleran la aparición de estas historias, independientemente de que estén concebidas bajo una perspectiva liberal o conservadora.”

21 | Even-Zohar notes that for a new LH, rather than a history of literature/ culture as goods or as tools, it would be more interesting to establish a history of interdependence between the two notions, “porque podría explicar las circunstancias que hacen posible que la literatura mantenga o pierda su posición en la actividad incesante para manejar los repertorios de vida en la sociedad” (Even-Zohar 2007: 34).

22 | In this point I disagree with Even-Zohar (in 2005: 37-38) on the passive character of Lotman’s notion of culture.

According to Bourdieu, the space of possibles is a coordinate system that always mediates between positions and effective position-takings as each is perceived from a certain *habitus*. What does the space of the possibles, as an object of diachronic analysis, offer to the history of the field? Bourdieu (1992) notes, among other aims, the constitution of the *social trajectories* of groups of agents, understood as the series of positions occupied in successive spaces interdependently with their respective spaces of possibles. It seems to me that this complex task, necessary yet not sufficient as a system-based historiographical program, is not comparable to Even-Zohar's model.

The third challenge consists, in practice, of a choice among models of articulation of the diachronic dimension. Lying somewhere between the traditional sequence and dynamic poly-chronicity, this second model seems the most suitable for specifying systemic changes by means of a comparative criteria among temporal cuts, which, as mentioned above, could be read as a discrete succession of states of system subject to contrast. Thus, the combination description-narrative could also offer safety mechanisms to limit the all-inclusive and standardizing tendency of the traditional historicist narrative, and the homogenizing authority of the narrator-historian. It could also limit the tendency to causality and the temporal-causal ordering of reality, and could activate, at least, a critical attitude towards what Hayden White analyzed as meta-history, that is, the discursive infrastructure that prefigures a tropological option constitutive of the historiographical discourse, and which, in truth, would be prior to the diversification of proposals motivated by ideological or methodological drives.

Finally, a system-based LH would need to solve what some might call a *critical aporia*. The expression is undoubtedly exaggerated, and misguided to boot. The premises of systematicism—which coincide at this point with what at another moment was expressed by the *nouvelle histoire*, or history of mentalities, and even later, cultural history and Subaltern Studies—do not accept the preeminence of the socially privileged as a privileged object of study. As noted by Even-Zohar (2007: 5), research cannot be confused by criticism, or analysis with value attribution. For that reason, systemic research does not discriminate against marginal or non-prestigious cultural production. In the same way, Even-Zohar underscores that no science can select research materials according to criteria relating to taste or value judgment. This is unquestionable. But it should be noted that critical is not a concept that necessarily refers to a personal judgment nor to an axiological horizon. Not at all.

As stated previously, there are two sides to the alleged critical aporia that need clarification. The first has to do with the selection of what

NOTES

In collaboration with Uspenski, Lotman explained culture as a semiotic mechanism of textual production (bear in mind the specific sense of this concept for the Tartu-Moscow school). In lack of sufficient space to extend on the argument, I cite: “La cultura en general puede ser presentada como un conjunto de textos; sin embargo, desde el punto de vista del investigador es más exacto hablar de la cultura como de un *mecanismo que crea un conjunto de textos, y de los textos como de la realización de una cultura*” (Lotman & Uspenski 2000: 178; my italics).

would be taken under examination. It is not possible to examine a totality, and as Valdés has reminded us in the discussion about the endeavor to plan a history of the literary cultures of Latin America, multiplicity and heterogeneity do not amount to a totality. In this sense, the aspiration to the documentation and transcription of the totality of data amounts to an unapproachable and impossible program, for a system-based LH, or for any other view focusing on the 21st century from a historiographical perspective. Resistance to the neo-positivist temptation must be a solid principle for future LH.

The alternative is simple. It consists in the acceptance of the principle of critical selection of the referents (agents, repertoires, products, events, institutions, spaces of possibles, position-takings, etc.) as a guarantee for the presentation of heterogeneity. Following Even-Zohar's proposal that synchronic (and not only diachronic) research is fundamentally historical when it is solved by means of systemic methodology, the same criteria can be applied to the analysis of a cultural system in the context of a theory of static systems.

I will now limit the second aspect, previously introduced as the *historiographical operation*, to the authorial sphere of the researcher-historian, and the connections that can be made between the analyzed system/time and his or her own system/time, that of the research/writing. The theoretical debate is widely known. The key point is that all historicization of a past presupposes an *experiential* understanding of the present, to begin with, because the present is the only place from which it is possible to carry out the observation of history and proceed to a historiographical enunciation. In this initial sense, an acritical history is impossible or non-performative, for which reason some theoreticians of history talk about the task of the historian is a task of mediation. There are even those who establish a pragmatic correlate between history and translation. But rather than responding to these series of question, I would like to finish considering what was previously mentioned as *effective history*.

The brief text by Gaspárov noted previously makes mention, as do the pages that Lotman and Uspenski devoted to an erroneous application of the principles of self-description and self-understanding of cultures, of the tendency by literary historians to introduce information about the reception in subsequent periods of a particular author or a particular poetics as a *complement* to the analysis performed at that moment. This practice bespeaks an unjustifiable shift, since the interest these proposals hold is due precisely to the words and opinions of those who analyze them, as participants in an ongoing, open history of *effects* and in the interpretations/analyses of events, agents, and processes.

As such, a system-based LH must assume the commitment to attend

to and include these effects, going beyond an allegedly objective and unprejudiced observation of historical phenomena. Moreover, I believe that a system-based LH should also consider—and declare—the position from which the researcher-historian works and the space of possibles in which his or her discourse operates. This does not necessarily have to amount to a hermeneutic program or an ego-history, nor to an epistemological resolution like that of Mieke Bal and the Amsterdam School for Cultural Analysis (Bal 1999), in which the interest of the past lies fundamentally in being a part of the present, and where cultural analysis—in opposition to history—is understood as *cultural memory in the present*. It would however, be desirable to provoke, at least, an exercise of self-analysis such as the one that Pierre Bourdieu undertook at certain moments in his career. After all, who can negate the validity of the words that close this paper? “To understand means, first of all, to understand the field in which one has been constructed, and against which one has been constructed.”

Works cited

- BAL, M. (ed.) (1999): *The Practice of Cultural Analysis. Exposing Interdisciplinary Interpretation*, Stanford: Stanford University Press.
- BOURDIEU, P. (1992): *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1994) : *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*, Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1997): *Méditations pascaliennes*, Paris: Éditions du Seuil.
- CASAS, A. (2003): «Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico», *Interlitteraria*, 8, 68-97. Acesso em <<http://web.usc.es/~tlcasas/docs/IL8.htm>>, [21/02/2008].
- CASAS, A. (2005): «“Local”, “Regional”, “Nacional”, “Mundial”: Dimensões da História literária», em Campos Fernandes, M.P. (coord.), *História(s) da literatura. Actas do 1º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas*, Coimbra: Almedina & Universidade do Minho, 89-110.
- CERTEAU, M. (1975): *L'Écriture de l'histoire*, Paris: Gallimard.
- CESERANI, R. (1990): *Raccontare la letteratura*, Torino: Bollati Boringhieri.
- EVEN-ZOHAR, I. (1978): *Papers in Historical Poetics*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/php1978.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (1990): «Polysystem Theory», *Poetics Today*, 11, 1, 7-94. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (2005): *Papers in Cultural Research*, Tel Aviv: Unit of Culture Research, Tel Aviv University. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/EZ-CR-2005.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (2007): *Polisistemas de cultura (Un libro electrónico provisional)*, Tel Aviv: Universidad de Tel Aviv & Cátedra de Semiótica. Acesso em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf>, [21/02/2008].
- GASPÁROV, M. L. (2007): «¿Cómo escribir la historia literaria?», *Entretextos. Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura*, 9. Acesso em <<http://www.ugr.es/~mcaceres/entretextos/entre9/gasparov.html>>, [21/02/2008].
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2001): «Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura» em Lozano-Renieblas, I e Mercado, J.C. (eds.), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*, Madrid: Castalia, 301-313.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2006): «Menéndez Pelayo y su proyecto historiográfico de una “nacionalidad literaria” española plurilingüe», *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, LXXXII, 393-428.
- GONZÁLEZ STEPHAN, B. (1987): *La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*, La Habana: Casa de las Américas.
- HUTCHEON, L. e VALDÉS, M.J. (eds.) (2002): *Rethinking Literary History: A Dialogue on Theory*, Oxford e New York: Oxford University Press.
- LACAPRA, D. (2004): *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*, Ithaca: Cornell University Press.
- LOTMAN, I. M., e USPENSKI, B.A. (2000): «Sobre el mecanismo semiótico de la cultura» em Lotman, I.M., *La semiosfera III. Semiótica de las artes y de la cultura*, Madrid: Cátedra & Universitat de València, 168-193. [Original russo de 1993].
- MALDONADO ALEMÁN, M. (2006): «La historiografía literaria. Una aproximación sistémica», *Revista de Filología Alemana*, 14, 9-40. Acesso em <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/fil/11330406/articulos/RFAL0606110009A.PDF>>, [21/02/2008].
- OLINTO, H. K. (1996): «Interesses e paixões: histórias de literatura», em Olinto, H.K. (ed.), *Histórias de literatura. As novas teorias alemãs*, São Paulo: Ática, 15-45.
- SAINT-JACQUES, D. e LEMIRE, M. (dirs.) (2005): *La Vie littéraire au Québec V: 1895-1918*, Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval.
- SEVILLA, S. (2000): *Crítica, historia y política*, Madrid: Cátedra & Universitat de València.
- STEINER, P. (1984): *Russian Formalism: A Metapoetics*, Ithaca: Cornell University Press, 1984. Cita-se pela tradução ao castelhano: *El formalismo ruso. Una metapoética*, Madrid: Akal, 2001.

- STONE, L. (1981): *The Past and the Present*, London: Routledge & Kegan Paul.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2004): «Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais» em Abuín González, A. e Tarrío Varela, A. (eds.), *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 423-444.
- VODIČKA, F. (1995): *La historia literaria: sus problemas y tareas*, València: Episteme. [Original checo de 1942]. Acesso na revista *Criterios* <<http://www.criterios.es/pdf/vodickahistorialiteraria.pdf>>, [21/02/2008].

#11

ON ÉS EL MERIDIÀ? GUILLERMO DE TORRE I AGUSTÍ CALVET «GAZIEL»: UN DIÀLEG FRUSTRAT

Antoni Martí Monterde

Universitat de Barcelona

Il·lustració || Beatriz Simón

Traducció || Abel Carretero

Article || Encargat | Publicat: 07/2014

Llicència || Reconeixement-No comercial-Sense obres derivades 3.0 de Creative Commons



Resum || El dia 15 d'abril del 1927 va sorgir, a les pàgines de *La Gaceta Literaria*, una de les polèmiques culturals més importants del segle XX en el context iberoamericà amb la publicació del manifest «Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica». La importància d'aquella polèmica per a les literatures americanes ha estat freqüentment estudiada, però mai no s'ha prestat gaire atenció a interpretar la recepció del manifest de Guillermo de Torre per part de les diferents literatures ibèriques. El present article recupera la intervenció d'un dels principals escriptors catalans, Agustí Calvet «Gaziel», que dóna la idea de fins a quin punt aquella polèmica afectava també la literatura catalana.

Paraules Clau || Guillermo de Torre | Agustí Calvet «Gaziel» | Polèmica del «Meridiano intelectual» | Iberisme cultural | Capitals culturals | Literatura catalana

Abstract || On April 15, 1927 the publication of the manifest “Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica” in *La Gaceta Literaria* triggered one of the most significant cultural controversies to affect the Ibero-American context in the 20th century. While the importance of this controversy for Latin American literature has been frequently studied, the interpretation of the reception of Guillermo de Torre’s manifest in the different Iberian literatures have not been similarly considered to date. This article recovers the intervention of one of the main Catalan writers, Agustí Calvet “Gaziel”, to account for the extent to which the said controversy also affected Catalan literature.

Keywords || Guillermo de Torre | Agustí Calvet “Gaziel” | Controversy over “Meridiano intelectual” | Cultural Iberism | Cultural capitals

El dia 15 d'abril del 1927 va sorgir, amb la publicació del manifest «Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica» a les pàgines de *La Gaceta Literaria*, una de les polèmiques culturals més importants del segle xx en el context iberoamericà. De fet, aquest editorial, publicat anònimament, redactat per Guillermo de Torre —autoria que ell mateix va reconèixer més tard sense embuts—, impulsat per Ernesto Giménez Caballero i inspirat per José Ortega y Gasset, constitueix el punt de partida d'un debat de dimensió transatlàntica que, a més de plantejar la qüestió de l'hegemonia simbòlica en l'àmbit de la llengua espanyola, implicava alguns matisos d'abast europeu.

Les reaccions americanes a aquell manifest han estat profusament documentades (Alemany Bay, 1998) i comentades (Pérez Barchino, 1996; Manzoni, 1996; Falcón, 2010). Com és lògic, va ser l'horitzó atlàntic el que immediatament es va incendiar amb respostes contundents, més o menys brillants, però sempre conscients d'estar davant de l'epíleg d'una situació pròpia del passat, que no podien acceptar com a present i encara menys com a futur de les lletres americanes de llengua espanyola: per això, aquesta polèmica s'ha d'entendre en el conjunt dels debats propiciats també per Jorge Luis Borges amb «El idioma de los argentinos» (1927), la polèmica sobre la llengua dels argentins arran dels postulats d'Américo Castro i Amado Alonso, o els *Seis ensayos en busca de nuestra expresión* (1928) de Pedro Henríquez Ureña. Fins i tot es pot llegir «El escritor argentino y la tradición» (1951), del mateix Borges, com una resposta diferida i, potser, amb voluntat de ser definitiva a la qüestió plantejada el 1927 per qui encara no era el seu cunyat, Guillermo de Torre, però que estava a punt de ser-ho.

Tanmateix, les respostes i comentaris en aquella polèmica procedents de la resta de la Península Ibèrica encara no han estat ni prou documentats ni considerats en les seves múltiples implicacions, especialment pel que fa al lloc de les diverses llengües i literatures. Això resulta especialment evident des de la perspectiva catalana, des de la qual s'aprecien certs detalls d'aquella polèmica habitualment desatesos; no obstant això, n'hi ha prou recordant les primeres paraules d'aquell editorial per constatar que no poden ser obviats:

Al mismo tiempo que en el «Diálogo de las lenguas» va precisándose nuestro criterio, con referencia a Cataluña y a las demás lenguas peninsulares, interesa especialmente a *La Gaceta Literaria* fijar y delimitar su actitud respecto al ángulo específicamente americano de nuestro objetivo triangular. (s.f. [Torre], 1927: 1)

L'aleshores anònim editorialista es referia al fet que la revista — que tenia com a subcapçalera *Ibérica, americana, internacional*— pretenia publicar articles en les diverses llengües d'aquest múltiple

àmbit castellà, català, gallec i portuguès, i fins i tot basc, cosa que efectivament es va fer. En el cas català, per exemple, en el primer número ja es va publicar un article d'August Pi i Sunyer (firmat A. Pi Suñer), «Scientistes o científics?», i en el cas portuguès, en la mateixa pàgina va aparèixer «A esperança Lusíada e la fraternidade ibérica», de João de Castro Osório. Més encara: a partir del número 49, de gener del 1929, la revista va tenir una secció fixa, «Gaceta catalana», que dedicava un espai específic a articles dels col·laboradors catalans, valencians i balears (Mosquera, 1996). Tanmateix, aquesta iniciativa tampoc no va estar exempta de polèmica. El març del 1927, en l'editorial titulat «El diálogo de las lenguas», fins i tot discutia amb Francesc Trabal sobre la publicació de textos en català. Certament, la desconfiança del Grup de Sabadell respecte a aquest diàleg tenia com a rerefons més aviat el paper, dissimulat, però no ocult, de Francesc Cambó, així com no poques prevencions ideològiques en un moment d'ascens del feixisme a Itàlia que Giménez Caballero, entre d'altres, pretenia també a Espanya¹. Pel que fa estrictament a la Península Ibèrica, aquest era el context en què es presentava el manifest i començava la polèmica.

I, per això, és especialment necessari comentar la reacció que, des de Catalunya, va suscitar aquesta *petite querelle*, una reacció que il·lumina aquell debat amb una llum diferent. Això és així per un triple motiu: nacional, cosmopolita i ibèric.

1. De Rusiñol a Casanova

Entre els arguments principals del manifest es reaccionava contra la postulació de París com a capital de la *latinité*, i es plantejava, de manera imperativa —«¡Basta ya, por tanto, de ese latinismo ambiguo y exclusivista! ¡Basta ya de tolerar pasivamente esa merma de nuestro prestigio, esa desviación constante de los intereses intelectuales hispanoamericanos hacia Francia!» (s.f. [Torre], 1927: 1)— que s'havia de posar fre a aquesta influència que, encara que en el pla ètnic —el terme l'utilitza Guillermo de la Torre— pogués incloure Espanya, en realitat en la preponderància cultural l'excloïa. En conseqüència, la crida del madrileny és:

Frente a los excesos y errores del latinismo, frente al monopolio galo, frente a la gran imantación que ejerce París cerca de los intelectuales hispanoparlantes tratemos de polarizar su atención, reafirmando la valía de España y el nuevo estado de espíritu que aquí empieza a cristalizar en un hispanoamericanismo extraoficial y eficaz. Frente a la imantación desviada de París, señalemos en nuestra geografía espiritual a Madrid como el más certero punto meridiano, como la más auténtica línea de intersección entre América y España. (s.f. [Torre], 1927: 1)

No pot passar inadvertit que aquesta imantació parisenca té també

NOTES

1 | Cal recordar que *La Gaceta Literaria* es publicava en plena dictadura de Primo de Rivera, les accions contra la diversitat cultural a Espanya de la qual eren més que contundents, cosa que contrasta amb les iniciatives de Giménez Caballero respecte d'aquest tema, almenys en aquell moment, com l'exposició del llibre català a Madrid, el mateix any 1927, o la visita d'escriptors castellans a Catalunya, el 1930, activitats de les quals es deriva la publicació del llibre *Cataluña ante España*. D'altra banda, s'ha de tenir en compte el testimoni de Francesc Cambó respecte a totes aquestes iniciatives: «No hay que decir que tanto la exposición como la revista fueron protegidos por mí, y, en gran parte, dirigidas por Estelrich». (Cambó, *Memorias*, trad. cast. de H. Cambó, Madrid, Alianza, 1987, p. 375) De la mateixa manera, és necessari no obviar l'evolució del pensament de Giménez Caballero respecte a Catalunya, ja en els últims números de *La Gaceta Literaria*, a *Trabalenguas sobre España* (1931), i, sobretot, a *Amor a Cataluña* (c1942) entre altres múltiples textos i declaracions que obliguen a reconsiderar la franquesa d'aquestes iniciatives.

la seva explicació pel que fa a la literatura catalana i la definició de literatura i de contemporaneïtat des de finals del segle XIX. Anys enrere, alguns autors aleshores centrals de la literatura espanyola, com Juan Valera, havien censurat el cosmopolitisme dels escriptors americans, com Rubén Darío; però també el dels catalans, especialment la tendència a situar-se en línia amb la modernitat de Montmartre, un internacionalisme titllat de desarrelat i fins i tot típicament jueu, primer per Valera i, posteriorment, per Pío Baroja (Martí Monterde, 2014). Aquestes acusacions, tant als escriptors americans com als catalans, no per exacerbades o sortides de to resultaven completament errònies, sinó que eren el resultat d'una diferència en la temporalitat artística que el mateix Darío ja havia sabut percebre a *España contemporánea*.

De fet, uns anys abans —poc després de la fixació del meridià de Greenwich—, en les seves cròniques des del *Moulin de la Galette*, publicades el 1890 a *La Vanguardia*, Santiago Rusiñol ja advertia que:

El molino no solo es el centinela del barrio, sino el centinela del mundo. Por él pasa el meridiano. Por su cúspide atraviesa ese meridiano de París, que consultan a todas horas del día los geógrafos de la tierra, y a todas horas de la noche los astrónomos que estudian otros mundos. (Rusiñol, 1894: 10)

La descripció dels carrerons de Montmartre, amb les finestres obertes alhora cap al carrer i cap a l'interior dels tallers, li permet entreveure com s'escapa o s'aconsegueix la glòria artística cada dia en la feina d'aquests «obers de l'art». Després d'aquell primer passeig, entre el cansament i l'entusiasme, al cronista li costa conciliar la son: «Quizás debido a esto no pudimos pegar los ojos, o quizás tuvo la culpa... ¡váyase a saber!... la influencia del meridiano que pasa y pesa sobre nosotros» (Rusiñol, 1894: 13).

Per tant, no era necessari esperar que Pascale Casanova determinés que la modernitat, en aquell moment, es regia pel que succeïa en l'eix del 2°20'14.025". Tampoc resulta, doncs, la de Guillermo de Torre, la primera meditació sobre aquesta manera d'entendre la dominació simbòlica en termes geoculturals. De fet, la utilització de la metàfora del meridià s'havia convertit quasi en un tòpic arran dels debats geogràfics del 1884 —la polèmica entre Greenwich o París— que es prolonguen fins al 1914. Santiago Rusiñol no fa sinó recollir aquest debat en la seva projecció cultural, cosa que va esdevenir recurrent en molts altres autors.

Però, més enllà del lloc comú, aquest alineament de Barcelona amb París és la base a partir de la qual tot el que succeeix amb posterioritat en la cultura catalana té una relació molt més estreta

amb la literatura francesa que amb l'espanyola, encara que el debat intel·lectual, especialment polític, calgui establir-lo amb els escriptors espanyols, en tant que litigi ineludible i determinant — però no dominant—. Aquesta presència de la qüestió nacional en els debats pràcticament no afecta la constitució de la tradició literària contemporània a Catalunya, tant en català com en castellà, en diàleg constant amb les lletres franceses.

Mentrestant, la preocupació de Guillermo de Torre per la postulació de París com a capital de la llatinitat acaba concretant-se en una proposta:

¿Qué vale más, qué prefieren los jóvenes espíritus de Hispanoamérica?
¿Ser absorbidos bajo el hechizo de una fácil captación francesa, que llega hasta anular y neutralizar sus mejores virtudes nativas, dejándoles al margen de la auténtica vida nacional, o sentirse identificados con la atmósfera vital de España, que no rebaja y anula su personalidad, sino qué más bien la exalta y potencia en sus mejores expresiones? (s.f. [Torre], 1927:1)

Pot afirmar-se que l'opció, en el cas de les lletres catalanes, havia estat clarament escollida molts anys abans, entre altres factors no menys determinants, per la incompareixença de l'alternativa hispànica en el terreny de la modernitat europea.

En el cas americà, les implicacions d'aquesta proposta neixen de l'oblit de les evidències demogràfiques, polítiques, econòmiques i culturals que havien fet de Buenos Aires una alternativa seriosa a les grans ciutats europees, o fins i tot nord-americanes, com a possible capital del segle xx. En el cas català, sorgeix del rebuig a una situació d'absoluta falta de preeminència en el que, des del nacionalisme espanyol liberal, es considera un únic espai literari i polític, absolutament massís i coherent. Aquell manifest afirmava que

nosotros siempre hemos tendido a considerar el área intelectual americana como una prolongación del área española. Y esto, no por un propósito anexionista reprobable, sino por el deseo de borrar fronteras, de no establecer distingos, de agrupar bajo un mismo común denominador de consideración idéntica toda la producción intelectual en la misma lengua; por el deseo de anular diferencias valoradoras, juzgando con el mismo espíritu personas y obras de aquende y allende el Atlántico. (s.f. [Torre], 1927: 1)

La qüestió que, en aquell moment, els autoanomenats «néts del 98» no podien acceptar és que, en parlar de les obres d'un i altre costat de l'Atlàntic, ja no es tractés de la mateixa literatura. Per tant, el cosmopolitisme de Guillermo de Torre té semblants límits conceptuals amb el cosmopolitisme finisecular francès, tot i que, evidentment, parteixen de situacions i propòsits diferents, i

de definicions quasi contrariades del que s'espera del pensament liberal, de sòlida tradició a França, a diferència d'Espanya, on finalment naufragarà. En tots dos casos, però sobretot en l'espanyol, no dubten a entrar en contradicció amb ells mateixos els autors que, com Torre, esbossen una aparent neutralitat per al cosmopolitisme, una mena d'espai omnicomprensiu que acolliria d'igual manera tots els individus, llengües i tradicions; però en el moment en què aquella neutralitat s'aplica a la pròpia perspectiva, desapareix com a tal, atès que no s'està disposat a renunciar gens ni mica a la pròpia centralitat en aquell espai internacional les claus interpretatives del qual es mostren eminentment nacionals —fins al punt de negar la internacionalitat mateixa de la qüestió.

Vista així, la polèmica del meridià, i la manera de plantejar-lo per part de Guillermo de Torre, no deixa de ser una manifestació de les pugnes literàries pel que Pascale Casanova va denominar meridià de Greenwich literari en la seva *République Mondiale des Lettres*. No hi ha quasi cap diferència entre el postulat «París, ciudad literaria» de Casanova i el «Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica» de Guillermo de Torre. En ambdós casos s'atribueix al meridià la modernitat, la temporalitat estètica que ha de marcar la resta de l'espai literari internacional; en ambdós casos, aquesta condició és sols aparentment estètica, i el seu fonament polític els fa caure en notables contradiccions que, tanmateix, no fan sinó confirmar la hipòtesi de partida implícita: la realitat de la disputa literària pel poder simbòlic internacional per, en realitat, gestionar les conseqüències d'aquell domini cultural més que la cultura o la literatura en si, però amb contínues apel·lacions a un cosmopolitisme a ultrança que, a través de figures com Valery Larbaud, dóna per sobreentès el que no són sinó tòpics repetits fins a la sacietat que, si bé als anys vint podien resultar una aportació interessant, a finals del segle xx ja no permeten més que confirmar en la capacitat normativa dels malentesos històricament consolidats com a referència ja convertida en clàssica.

Ambdós —Guillermo de Torre el 1927 i Pascale Casanova el 1999— pretenen establir i defensar un criteri per establir una capital de capitals, un meridià en què el sistema de ciutats literàries s'administri en funció del capital simbòlic acumulat en altres temps, transmès i, sobretot, postulat com a argument evident i inqüestionable davant de qualsevol altra possibilitat d'organització geoliterària del present; es tracta, així doncs, de la identitat d'un temps literari absolut convertit en referència ineludible i teleològica de la internacionalitat literària. Per a l'autora francesa:

De igual manera que la línea *ficticia*, denominada también «meridiano de origen», elegida arbitrariamente para la determinación de las longitudes, contribuye a organizar el mundo *real* y posibilita la medida

de las distancias y la evaluación de las posiciones en la superficie del globo, así también lo que podríamos llamar el «meridiano de Greenwich literario» permite calcular la distancia hasta el centro de todos los que pertenecen al espacio literario. La distancia estética se mide, asimismo, en términos temporales: el meridiano de origen instituye el presente, es decir, es el orden de la creación literaria, la modernidad. (Casanova, 1999[2001]: 122-123)

És molt evident que el joc amb l'espai i el temps de Casanova parteix d'una mistificació que situa a Du Bellay l'origen encara irradiant de la centralitat parisenca dintre de la literatura europea, primer, i després occidental, donant per sobreentesa la francesa, la qual cosa no és tan òbvia almenys fins al triomf jacobí postrevolucionari. No és que això no fos així, en altres temps; però res no dura per sempre, i els esforços perquè sigui així, en el cas de Casanova, poden semblar una qüestió d'inèrcia, mentre que en el cas de Torre, més aviat intenten semblar un impuls, que es converteix en un pols sobre la centralitat i el domini simbòlic, però també efectiu, de tot un espai literari. Tant per a Casanova com per a Torre, qualsevol alternativa resulta una aberració, una desviació deformadora de la legitimació literària que indefectiblement queda sancionada pel filtre de les seves respectives propostes. En aquest sentit, tant la literatura francesa com, sobretot, l'espanyola, mostren dues maneres de ser *literatures combatives*, en un sentit diferent al que la mateixa Casanova (2011) apunta en reflexionar sobre la internacionalitat dels nacionalismes literaris —en un marc de desigualtats estructurals i dominació simbòlica—, entre els quals hi tenen cabuda, lògicament, ambdues.

Però a diferència del plantejament de Casanova, en la preocupació per la centralitat de París per part de l'espanyol hi ha, de través, una preocupació més important per la de Madrid en l'espai literari de llengua espanyola. Així, en el cas de Torre,

si nuestra idea prevalece, si al terminar con el dañino latinismo, hacemos a Madrid meridiano de Hispanoamérica y atraemos hacia España intereses legítimos que nos corresponden, hoy desviados, habremos dado un paso definitivo para hacer real y positivo el leal acercamiento de Hispanoamérica, de sus hombres y de sus libros. (s.f. [Torre], 1927: 1)

El més curiós és que aquest impuls de Torre, plantejat en termes tan semblants als de Casanova, precisament nega la major de les hipòtesis de l'estudiosa francesa: el propòsit del madrileny no és altre que oblidar i fer oblidar París —ciutat, tanmateix, sense la qual no s'entén la seva pròpia evolució estètica. Però, sobretot, es tracta d'evitar que sorgeixin noves capitals culturals —especialment en llengua castellana— alternatives a la capital d'Espanya. Aproximació, en aquest punt, significa indiferenciació. En aquest sentit, el manifest de Torre és la projecció sobre el continent americà de les necessitats nacionals exposades a *España invertibrada*, més que de les reflexions sobre el cosmopolitisme o l'alternativa americana a

la crisi de l'esperit.

Per això no és estrany que el segon manifest de la polèmica del Meridià, també sense firma però en aquest cas segurament per culpa de Giménez Caballero, a més de reaccionar de manera molt dura contra les respostes que començaven a publicar-se per part d'alguns cercles literaris americans, els desacredita com a intel·lectuals i els redueix a participants en una revetlla —noteu el madrilenyisme implícit—, la revetlla del meridià, en què tots participarien units pel tret més ibèric: la passió. S'apel·la, doncs, al «enorme lazo de unión que significa una lucha. Cuerpo a cuerpo» (s.f., 1927: 1). Així doncs, el que pretenia ser un debat es transforma en el que hi ha en el seu fons: un combat.

En aquesta situació de literatura combativa i en combat, resulta evident que en el pensament de Torre hi ha una definició monològica, uniforme, quasi ètnica, del que és l'essència de la literatura espanyola, la relació que pot establir-se amb Espanya des d'Amèrica, però no solament des d'Amèrica —malgrat les diferències que Rubén Darío ja havia posat de manifest el 1899, i que ningú no podia obviar en aquell debat—. Cosa que, tàcitament, resulta excloent de les diverses literatures que, en principi, *La Gaceta Literaria* pretenia acollir, però també de les diverses concepcions de la literatura en llengua espanyola que, necessàriament, calia esborrar. El combat és amb un altre que no es reconeix com a tal.

2. Perspectiva des de Catalunya: Agustí Calvet Gaziel

En aquest sentit, es comprèn que les opinions arribades des de Catalunya sobre la polèmica del Meridià siguin tan escasses com importants. No pensem en aquest punt, per descomptat, en l'única intervenció d'un escriptor català a les pàgines de *La Gaceta Literaria*, ja que aquest paper és reservat a Josep Maria de Sucre, que en una mena de resposta coral, publicada l'1 de setembre del 1927 i encapçalada per Giménez Caballero i Guillermo de Torre, afegia la seva veu a una mena d'opinió col·lectiva en què figuraven també Ramón Gómez de la Serna, Benjamín Jarnés, Gerardo Diego, Ángel Sánchez Rivero, Melchor Fernández Almagro, Antonio Espina, Enrique Lafuente, Gabriel García Maroto, César M. Arconada, Francisco Ayala, Esteban Salazar i Chapela. Sucre no fa sinó una petita postil·la indiferenciada, de to mediocre i poc argumentada; encara que s'ha de reconèixer que la manera com comença la seva nota: «¿Conque bueyes cometas, amigos de Martín Fierro? ¿Cuándo peninsulares y transatlánticos habíamos espontáneamente convenido mostrarnos y ser *maruchos* ante el enemigo común, que es la beoacia analfabeta y mostrenca?» sempre serà preferible

al *incipit* d'Arconada: «Están revueltos los aborígenes»². No. Certament, no és a les pàgines de *La Gaceta Literaria* on cal buscar respostes divergents —catalanes o no— a la de Giménez Caballero i Guillermo de Torre. Tota la polèmica, pel que fa a les seves pàgines, es manté en el to pamfletari.

D'una banda, a Catalunya s'entén que es tracta d'una qüestió que afecta estrictament la literatura espanyola, i que és una polèmica en què no hi ha prou semblança de la posició argentina amb la catalana per veure-hi un motiu d'intervenció directa. Però des d'una perspectiva ibèrica —o més aviat iberista— aquesta intervenció des de Catalunya resulta un imperatiu. Aquest factor és el que fa que hi intervingui Agustí Calvet.

La dimensió específicament ibèrica de la polèmica —recordeu l'al·lusió al diàleg de les llengües entre les llengües peninsulars— té en *Gaziel*, brillant periodista en castellà, un ferm partidari de l'iberisme. Ja als anys cinquanta serà l'autor d'una *Trilogia ibèrica*, i el conjunt de la seva obra constitueix el més important llegat iberista després de la mort de Joan Maragall. Però Calvet entén per *iberisme* quelcom bastant diferent del que concep Giménez Caballero —i/o Ortega y Gasset—, especialment pel que fa a Castella. Així mateix, *Gaziel*, que també havia viscut durant la seva joventut a la ciutat que en les seves memòries qualifica de «aquel Madrid tibetano», també és un d'aquells autors que havia estat, en tots els sentits, *Un estudiante en París*, i que millor representa aquesta imantació cultural parisenca i aquesta distància cultural respecte a la capital d'Espanya, cap a la qual, tanmateix, estén no poques vegades els braços, sense renunciar, per això, a la dimensió francesa de la seva formació literària. *Gaziel* representa, doncs, un segon moment del triangle traçat per Darío entre Barcelona, París i Madrid; triangle regenerador en el qual la capital catalana no pot ser reduïda a allò merament equilàter sense falsejar la realitat històrica i cultural. *Gaziel*, que en els anys vint es converteix en col·laborador habitual de la premsa madrilenya, sempre té en compte aquesta doble distància.

Un altre detall, aparentment menor però significatiu, és la circumstància que la participació de *Gaziel* no es fa a *La Gaceta Literaria* —de la qual no fou col·laborador habitual, encara que sí que va arribar a publicar-hi algun text important, concretament «Autobiografía de un pseudónimo»— sinó a les pàgines de *El Sol*, el diari dels Urgoiti i Ortega, que fins i tot va poder dirigir als anys trenta. Concretament el 1934, ja sense Ortega y Gasset al capdavant, que havia abandonat el projecte com de resultes de les discrepàncies internes en el si del socialisme i del liberalisme espanyols. Les coses havien canviat tant que, aleshores, *El Sol* era propietat d'un grup d'empresaris i polítics catalans, vinculats a Esquerra Republicana de Catalunya (González i Vilalta, 2006). El 1927 *Gaziel* considerava que les seves

NOTES

2 | Opinions recollides per la revista sota el títol «Campeonato para un meridiano intelectual», *La Gaceta Literaria* 17, 1 de setembre del 1927, 6.

columnes «a pesar de ser tan estrechas, resultan, espiritualmente, las más amplias de España» (*Gaziel*, 1927b: 1). I el futur autor de la *Trilogia ibèrica* no dubtava a explicar que «la principal razón de mi presencia aquí, es la de decir cosas que no pueden verse desde Madrid mismo. Pero cosas que a veces chocan, no han de ser forzosamente malas, ni mucho menos malintencionadas» (*Gaziel*, 1927b: 1). De fet, aquest desencaix, que caracteritza la recepció de *Gaziel* no solament a Madrid sinó, en algunes ocasions, també a la mateixa Barcelona, l'acompanyarà durant tota la seva trajectòria.

La intervenció de *Gaziel* a les pàgines de *El Sol* es produeix amb dos articles publicats a finals de l'estiu del 1927. Aleshores l'extensió de la mirada de *Gaziel* cap a Amèrica no era nova, tot i que tampoc freqüent, tant en els seus articles d'*El Sol* com de *La Vanguardia*, que en aquell moment dirigia. D'altra banda, també cal destacar que a *El Sol* també es van publicar altres intervencions poc o gens conegudes en aquest debat, com per exemple la de Luis Araquistáin, que des de feia alguns anys havia impulsat un altre debat sobre la qüestió hispanoamericana que va quedar eclipsat per la polèmica del Meridià, però que seria igualment necessari revisar a fons.

*

El primer dels articles de *Gaziel*, publicat el 31 d'agost del 1927 sota el títol «Singular o plural. Los meridianos de Hispanoamérica», ja recull els ecos de la polèmica, i li sembla comprensible la irritació sentida a Amèrica i, especialment, al grup de la revista *Martín Fierro*, reacció sobre la qual *El Sol* havia publicat uns dies abans una nota informativa que *Gaziel* pren com a punt de partida de la seva reflexió. Davant de la duríssima reacció argentina, es pregunta: «¿Dónde está la causa? Esto es lo único esencial. Si el hombre se halla fuera de sí, ¿qué lo sacó de sus casillas?» (*Gaziel*, 1927a: 1). La tensió suscitada, a *Gaziel* li sembla saludable perquè demostra que la qüestió del que hagi de ser Hispanoamèrica no deixa indiferent, tot i el risc de convertir-se en un tema que cal tractar amb autèntica consciència de la seva complexitat. Aquesta complexitat es mostra, precisament, en la perspectiva:

La Gaceta Literaria, que como todos sabemos se publica en Madrid, lanzó a los cuatro vientos, con su juvenil desembarazo, el siguiente apotegma: «Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica» ¡Y ya estuvo prendida la mecha! Porque si en la puerta del Sol y hasta en toda la inmensidad de las anchas Castillas y sus tierras de inmediato dominio espiritual, esa sentencia parece la cosa más clara y natural del mundo, en otras partes, no ya del vastísimo sistema hispanoamericano, sino de España misma, produce un efecto equívoco e inquietante, generador de una irreprimible reacción, cuyas vibraciones pueden ir desde la benévola sonrisa de tolerancia hasta el estallido de furiosa protesta. (*Gaziel*, 1927a: 1)

L'articulista català estima que entre la susceptibilitat d'uns i la inconsciència d'altres havia acabat esclatant un conflicte en què els americans —assenyala el grup de *Martín Fierro* com un autèntic detonador— mostraven, en la força de la seva resposta, la seva debilitat, de forma semblant a com els madrilenys, en les seves il·lusions de grandesa, mostraven la tendència espanyola a empetitir tot el que sigui Amèrica, fins i tot la seva esfera —hispanoamericana o mundial— empetitint-se a si mateixa a la vegada precisament pel contrast amb l'exagerada grandesa proclamada. Penseu, per exemple, en la revista *Mundial*, en què César Vallejo publica a partir del 1925 moltes de les seves cròniques des d'Europa, sobretot des de París, per adonar-se que l'anterior revista en què Guillermo de Torre havia exercit de secretari de redacció, *Cosmópolis*, no era una excepció en llengua espanyola. L'operació proposada per *La Gaceta Literaria*, en molts aspectes, significava un pas enrere per al conjunt dels debats sobre el lloc de la literatura en llengua espanyola en l'ampli context de la forma que el *Weltliteratur* tenia als anys vint.

De fet, *Gaziel* assenyala un doble empetitiment derivat de la perspectiva; i, en aquest punt, reconduïx geogràficament la qüestió:

Lo de menos es la manera como, ante la afirmación de que Madrid sea el meridiano intelectual de Hispanoamérica, ha reaccionado Buenos Aires, o una parte de Buenos Aires. Lo saludable es advertir que si se ofreciese la ocasión reaccionarían lo mismo (no en la forma ni en el fondo, sino en sentido de franca disconformidad), no solamente una parte de Montevideo, Santiago de Chile, Méjico, Bogotá, Caracas y Ríojaneiro, sino también Lisboa, Barcelona, Santiago de Galicia y Bilbao. Asignar a Madrid exclusivamente la función de meridiano intelectual de toda Hispanoamérica o Iberoamérica, una de dos: o es exagerar muchísimo la importancia, indudable o muy grande, que el meridiano de Madrid ha de tener en el conjunto de una armoniosa esfera, o es empequeñecer más todavía la grandeza de ésta. (*Gaziel*, 1927a: 1)

Per a *Gaziel*, l'unitarisme del manifest de Torre, que considera un «apoteagma», però al cap i a la fi «famoso e inofensivo», resultava molt poc adequat a una realitat que el temps ja ha clarificat:

Un sistema de cultura hispano o iberoamericano, en el cual Madrid ejerciese, de una manera absorbente y exclusiva, el papel de meridiano único, se parecería demasiado al sistema político imperial, centralista y absolutista, que tuvo su cabeza en Madrid, para que pudiese aspirar nunca a ser una verdadera representación global de la cultura de Hispano o Iberoamérica. Esto aparte de que semejantes absorciones, en el orden intelectual, son tan vanas si las proclama el propio interesado como inútiles cuando se intentan por Real Decreto. París, por ejemplo, no ha aspirado a hacer pasar oficialmente por su cerebro y por su corazón el meridiano de los pueblos hispanoamericanos. Y, sin embargo, si hoy hubiésemos de designar, a pesar nuestro, el que rige el horario intelectual y sentimental; si a ellos mismos les preguntamos cuál es, de hecho el que regula sus días, ¿qué habríamos de confesar, qué nos contestarían?... Estas cosas han de hacerse, mejor que decirse.

(Gaziel, 1927a: 1)

Tal com pot apreciar-se, els arguments del periodista català no solament no s'alineen amb la proposta de *La Gaceta Literaria*, encara que tampoc se sumin als de *Martín Fierro*, sinó que li obren un altre front; i, en tot cas, donen per tancada una època de la història espanyola i de les possibilitats intel·lectuals de l'àmbit hispanoparlant, el signe futur del qual no pot ser sinó la pluralitat.

O Hispanoamérica no será nunca nada, o cuando esa inmensa esfera espiritual esté montada sobre una base sólida como un diamante, no sobre papel nada más, o en las nubes, como ahora, [...] no tendrá un meridiano, sino varios, como la Tierra misma, que regularán sobre ella el diverso y admirable juego de las luces y las sombras, con sus cambiantes matices. Tienen razón los argentinos en decir que uno de esos meridianos es Buenos Aires. También los portugueses podrían añadir que hay otro en Lisboa, y los catalanes que el suyo es Barcelona. No sabemos todavía si podremos acordarlos todos en el futuro. Pero lo indudable es que cuanto de ello se aparte es pasado, irremediabilmente ido para siempre jamás. (Gaziel, 1927a: 1)

Però això només succeiria si a Espanya els principals agents del camp literari, intel·lectual, polític i acadèmic eren capaços d'assumir que mai més no tornaria a ser el que havia estat, i que qualsevol prerrogativa que es plantegés a Amèrica en aquest sentit conduïa necessàriament a un carreró sense sortida ple de miralls convexos i còncaus.

Finalment, *Gaziel*, encara donant prioritat a la germandat en què la prioritat devia ser omplir de contingut l'espai que solquen tots els meridians possibles, fa una pregunta clau: «De esos meridianos, ¿cuál será el más brillante y famoso?» (Gaziel, 1927b: 1). Aquesta pregunta, referida a Hispanoamèrica o a Iberoamèrica, té una dimensió; però referida a la Península Ibèrica, té moltes més implicacions. Hi caben, a Espanya, dos meridians intel·lectuals en llengua espanyola?

*

Alguna cosa devia entreveure Ricardo Baeza, que firma un dels següents articles de la polèmica —el dia 3 de setembre, també a *El Sol*— perquè desvia explícitament les geografies de la reflexió, encara que només sigui per un moment, per fer uns subratllats profundament marcats en aquella pàgina d'uns dies abans, concretament en l'enumeració de *Gaziel*. Es tracta de l'article «¿Con Martín Fierro o con Don Quijote?», en què el principal traductor de la revista *Prometeo* —que havia nascut el 1890 a Cuba però que desenvolupa tota la seva trajectòria a Madrid— afirma, reprenent les paraules d'Agustí Calvet:

«una parte de Montevideo, Santiago de Chile, Méjico, Ríojaneiro, etc., (esto es, el resto de la América latina), sino también Lisboa, Barcelona, Santiago de Galicia y Bilbao» [...] no se advierten claramente las razones de disconformidad que podrían asistir a Santiago de Galicia y Bilbao, que seguramente no incluyen en su ideario regionalista la separación del resto de España en punto a disciplinas intelectuales, y la superioridad de la literatura gallega y éuscara, respectivamente, sobre la castellana. Probablemente, convendría limitar esa reacción de disconformidad a Barcelona, y quizá no fuera de exagerada suspicacia atribuir la implícita protesta del inteligente cronista a la condición de catalanidad. (Baeza, 1927: 1)

Aquesta reacció de Ricardo Baeza mostra clarament les asimetries de percepció, a la Península Ibèrica, de les pròpies possibilitats. L'articulista no solament considera que aquesta és la primera qüestió a comentar en la seva intervenció en la polèmica, sinó que de fet és l'únic aspecte de la intervenció en què es mostra inflexible: a Espanya no hi ha debat possible sobre meridians o paral·lels. El fet que Barcelona pugui postular-se com a meridià intel·lectual —també en llengua castellana— constitueix per a Calvet una evidència; per a Baeza, quasi una provocació.

Molt menys intel·ligent que els redactors de les respostes publicades a *La Gaceta Literaria*, Baeza no es perd en matisos en allò que faci referència a Amèrica i als americans:

Ellos serían los primeros en rechazar indignados el supuesto de su descendencia de aquellos pobres indios degenerados que constituían la raza aborigen. «Autóctonos, puede ser; italianos, también; franceses, siempre; españoles, nunca!» reclaman en un arrebató de hispanofobia. Pero, ¡qué se le va a hacer! Autóctonos, es precisamente lo que no pueden ser; si muchos son italianos, y franceses unos pocos, la mayoría, quiéranlo o no, españoles de sangre son (y hasta españolísimos en esto de hablar mal de la propia casta) y españoles seguirán siéndolo. (Baeza, 1927: 1)

D'una banda, en el seu comentari de les respostes del grup de *Martín Fierro*, pot apreciar-se una espècie de determinisme nacional prerrenanià, en el qual la voluntat política, expressada en el plebiscit quotidià que és tota nació moderna, res no pot contra la sang. D'altra banda, sorprèn que redueixi la percepció dels escriptors americans de ser *francesos* a la demografia dels moviments migratoris —poc significatius en aquest cas—, atès que es tracta, precisament, d'una afirmació de filiació cultural, resultat del plebiscit diari que cada escriptor fa amb si mateix davant de les possibilitats expressives i creatives del seu temps. I, finalment, cal assenyalar el fet colonial, que no es dóna per tancat, sinó que es tendeix a situar al centre de la definició d'Hispanoamèrica com a sinònim d'una Espanya imperial sense necessitat de ser referendada.

Per això, la resposta de Gaziel, publicada el 13 de setembre sota el

títol «Imperio o confederación», resulta un clar desemascament de la idea d'imperi que és subjacent en tot l'argumentari de *La Gaceta Literaria* i el seu cercle, i conté un suggeriment alternatiu, una solució, a curt, mitjà i fins i tot llarg termini, per a uns conflictes que aleshores es mostraven difícilment compatibles, a un i altre costat de l'Atlàntic. La reflexió sobre la idea de l'imperialisme resultaria per tant molt més adequada en una situació com la que el plantejament de la polèmica del Meridià suggeria, o, més aviat, imposava; però, evidentment, amb matisos:

Si yo sostengo, por ejemplo, que a mi juicio la actuación imperial de Castilla ha terminado para siempre, tanto política como culturalmente, no es porque crea que a Castilla no le queda otro porvenir que su entierro, sino todo lo contrario: porque, a mi ver, los que van camino directo de entregarla son aquellos que se empeñan en perpetuar de Castilla una modalidad caduca, impidiendo que su inmortal espíritu, dejando de estar encadenado a un pretérito que no volverá nunca, se adapte a las realidades presentes y se lance rejuvenecido hacia el porvenir. Nunca más Castilla podrá volver a ser, respecto de la España y de la Hispanoamérica futuras, lo que fue para las pasadas. [...] La acción imperial de Castilla, tanto dentro de España como de Hispanoamérica, ha terminado. Pero su acción confederada, la inmensa energía que es capaz de desarrollar en ese sentido nuevo y positivo, todavía está intacta. (*Gaziel*, 1927b: 1)

No pot passar inadvertit el fet que *Gaziel* interpreta les tesis del Meridià en una doble clau —espanyola, hispanoamericana—. Ja ho havia fet, clarament, en el primer dels articles, encara que sense fer-ho massa explícit. La reacció de Baeza l'obliga a clarificar fins a quin punt aquesta doble clau resulta imprescindible. Al cap i a la fi, es tracta d'una resposta tàcita als plantejaments d'Ortega sobre la necessitat no solament d'una Castella forta, sinó d'acceptar el seu paper com a única perspectiva organitzadora intel·lectualment d'Espanya. No es tracta, simplement, de pensar que *Gaziel* pugui plantejar una alternativa a la idea que si Castella ha fet Espanya, i també l'ha desfet, Castella l'hagi de refer. *Gaziel* ni tan sols ho planteja, sinó que intenta que Castella trobi un nou camí en el qual no sigui necessari referir-se a un passat brillant —però inert— per emprendre el camí de la regeneració.

Gaziel, empordanès però igualment en l'òrbita de Cambó, més preocupat pels separadors que pels separatistes, identifica clarament aquest binomi en la polèmica del Meridià:

Tanto Martín Fierro como Don Quijote, en el fondo, aunque por modos distintos, son dos solemnes separatistas. Si el primero puso en práctica el separatismo, fue el segundo quien lo engendró previamente. (*Gaziel*, 1927b: 1)

Entre Martín Fierro i Don Quijote, el que Baeza planteja, és, segons l'opinió de Calvet, un «falso dilema» que dilucida de la següent

manera:

¡Ni con uno, ni con otro! Si Martín Fierro peca de localismo, Don Quijote peca de intolerancia. El primero está demasiado sujeto a la pampa; pero el segundo está incapacitado para reconocer que en el mundo hay otras Dulcineas, y, por lo tanto, otros amores tan santos como el suyo propio. A Hispanoamérica no le conviene ningún símbolo que descarte, con su sola presencia, los símbolos complementarios. Los Estados Unidos de América no pusieron en su bandera una sola estrella enorme que absorbiese todas las luces del firmamento federado, sino una multitud de estrellitas distintas y diáfanos. (*Gaziel*, 1927b: 1)

Però s'ha de tenir molt en compte que el terme *imperi* no resulta, en aquest punt, anacrònic, o casual; més aviat al contrari. El circuit imperial de Giménez Caballero no és el referent immediat de *Gaziel* en aquest punt, que compta prèviament amb la idea d'imperialisme que Eugeni d'Ors havia posat en circulació als inicis del Noucentisme. Tanmateix, en aquests moments, les idees sorgides del pensament de *Xènius* han estat desenvolupades per l'intervencionisme directe de Francesc Cambó en la política espanyola, que en aquells anys està redactant *Per la concòrdia*, llibre que finalment s'editarà el 1930 tant en català com en castellà, i que serà centre de la reflexió de Giménez Caballero respecte a Catalunya. De fet, tal com ha assenyalat Ucelay da Cal (2003: 828-871), totes les iniciatives de Giménez Caballero en els anys de la dictadura de Primo de Rivera poden considerar-se un espectacular preparatiu per a l'aparició d'aquesta proposta de Cambó, encara que les conseqüències es desviessin tant de les presumiblement previstes pel seu impulsor. D'altra banda, en la perspectiva de Giménez Caballero, la idea d'imperi té molt més a veure amb la mirada cap a Roma, on es troba el model feixista que, en bona mesura, fa comprensible l'avantguardisme de *Gecé*, i també, l'evolució del mateix Ors, i que culmina amb la publicació d'*El Imperio de España*, el 1936, llibre publicat anònimament i reeditat el 1941 —en versió ampliada amb unes conferències pronunciades... a Barcelona— ja firmat pel seu autor, Antonio Tovar. Lògic: perquè totes aquestes consideracions no es feien al buit, com un detall excepcional, sinó que, tal com ha documentat i comentat profusament Joan Ramon Resina, formen part d'una autèntica estratègia acadèmica i política destinada a capitalitzar l'extensió geogràfica i demogràfica de la llengua espanyola, descrita amb un impostat argot d'universitat, en favor d'una posició hegemònica postcolonial i d'una expectativa per part del franquisme, en els anys quaranta i cinquanta, d'adquirir aquesta potència lingüística i cultural com a capital simbòlic acumulat amb el qual presentar-se com a mitjancera o, almenys, fer acte de presència, entre les potències occidentals de la postguerra europea i de la guerra freda: publicacions, congressos, debats, treballs filològics i històrics fortament dotats pel govern franquista, en molts casos dotats d'una actitud ecumènica potenciada pel liberalisme catòlic, consoliden

aquesta acumulació simbòlica que, a més, permeti recuperar part del domini perdut el 1898, en tant que «el Hispanismo surgió en el siglo XIX junto a las filologías nacionales como una estrategia de compensación de la colosal pérdida de los territorios de América» (Resina, 2009: 205). L'autopercepció com a néts del 98 no és cap *boutade*.

Conscient que ambdues definicions, o percepcions, de la idea d'imperi —l'orsiana i la gacetista— compartien moltes coses però estaven separades per algunes altres que les feien inconciliables, Agustí Calvet busca una tercera via —que, en part, significa la continuació de l'alternativa orsiana de principi de segle, més que els seus desenvolupaments posteriors—:

No es como imperio —y en este punto radicó el involuntario error de *La Gaceta Literaria*— como Castilla ha de considerar en adelante, a mi juicio, la admirable y diversa extensión intelectual de Hispanoamérica, en la que deben siempre incluirse, porque son partes tuyas espirituales, Portugal y Brasil. No es como imperio, sino como confederación. Confederación imperial, si se quiere, pero cuyo imperialismo no consiste en la sumisión del todo a la voluntad de una parte, sino en la de cada una de las partes, por importantes que sean, a la armonía del todo. (*Gaziel*, 1927b: 1)

Davant del fals dilema, *Gaziel* s'inclina per la solució confederal, en termes ibèrics i en termes hispanoamericans.

*

I, de fet, aquesta aposta federal caracteritzarà la majoria de les intervencions en la polèmica —o consideracions sobre la polèmica, més aviat— aparegudes en els mitjans catalans. A *La Vanguardia* —codirigida per *Gaziel*— apareix el dia 6 de setembre «La disputa del Meridiano», article d'*Andrenio*, en què es recolza parcialment el mateix *Gaziel*, i en el qual Eduardo Gómez Baquero assenyala que «el hispanismo tiende a constituir un cuerpo moral, una confederación espiritual entre los pueblos de habla hispana. (Una confederación política, en el estado actual, es quimérica)» (*Andrenio*, 1927: 3). Per la seva banda, a *Repertorio Americano*, la revista que Joaquín García Monge publicava a San José (Costa Rica), Josep Pijoan va publicar el 18 de febrer del 1928 una breu nota en què considerava, ja donant-la per tancada, que «esta discusión del meridiano ha sido ridícula». I, explicitant els arguments intrapeninsulars, afegia que «Madrid no es meridiano para Barcelona, ni para Lisboa, ni casi para Sevilla». A la vista de l'evolució plural dels esdeveniments, Pijoan —aleshores professor a Califòrnia— assenyala que

la juventud de América tiene hoy la dicha de vivir en una época de renovación. Hay tiempos en que no hay nada que hacer. Pero casi cada tres generaciones hay que dar un salto. Y claro, es arriesgado. Un salto

hacia el porvenir [...]. Y el mañana, si no del 1950, por lo menos el de 2000, es Federación de todas las naciones de América. (Pijoan, 1928: 99)

Potser precisament perquè el dilema no era tan fals, en el seu moment Guillermo de Torre no va fer cap justificant de recepció de la solució proposada des del catalanisme moderat —molt moderat, de fet, encara que a Ricardo Baeza, entre d'altres, no li ho semblí— i desplaçat —Agustí Calvet a Madrid; Josep Pijoan a Amèrica—, ni de l'heterodòxia d'*Andrenio* —igualment desplaçat a les pàgines del principal rotatiu barceloní—. Cap d'aquestes propostes no va tenir el més mínim eco en els seus arguments, en el seu dia.

3. Epíleg als anys 50

A la vista dels esdeveniments posteriors, tota aquesta insistència catalana en la idea federal o confederal no tindria massa importància si no fos perquè, situats ja en l'horitzó previst per Pijoan, en els anys cinquanta, un Guillermo de Torre —també desplaçat definitivament a Amèrica— aprofita per actualitzar els seus arguments del 1927, incorporant aquest mateix matis polític important a la seva proposta de literatura hispanoamericana: «quizá la única vía posible no sea otra que la de una Hispanoamérica federal», afirma categòricament. Ho fa en un llibre breu però important, *Claves de literatura hispanoamericana*, que alhora era el desenvolupament de la conferència que Torre havia pronunciat en el segon congrés internacional de la Association Internationale de Littérature Comparée / International Comparative Literature Association, celebrat l'any 1958 a Chapel Hill (University of North Carolina), sota el significatiu títol de «Diálogo de literaturas». En aquest moment, com abans en la lectura d'*España invertebrada*, aquest diàleg es planteja com un correctiu del que considera «secessionisme insular», en relació amb aquesta possible federació americana, i seguint Salvador de Madariaga, afegeix: «Si en otros órdenes tal supuesto parecerá — hasta el mismo momento en que se realice— una utopía, en el plano intelectual tal federación es lo único que puede quebrar distancias e ignorancias, favorecer conocimientos y aproximaciones» (1959b: 53). En aquest punt, que ja havia estat anunciat, seguint Wladimir Weidlé, en clau més kantiana respecte a les literatures europees en relació amb la *Weltliteratur* (Torre, 1949), Torre, tanmateix, no mostra més que una part del que implica aquest federalisme literari.

Guillermo de Torre no registra la veu de Gaziell en els antecedents de la seva proposta federal al llarg de tot el llibre, ja que el secessionisme català és un dels elements que, havent estat fonamentals en la concepció d'*España invertebrada*, ara no sembla pertinent seguir tenint-lo sobre la taula. Almenys això és el que es

desprèn nítidament de la pàgina que dedica a la qüestió en el seu llibre sobre Menéndez Pelayo, on es confirma que Torre es desentén absolutament d'un tema que, tanmateix, l'al·lusió tàcita a Ortega delata en la seva importància: «En España todo está dividido. Desde las regiones hasta los estamentos profesionales. El particularismo local rebasa el área permisible de los fueros políticos y adquiere violencias suicidas» (Torre, 1943: 87), però quan semblaria que Torre vol repensar el capítol tercer de la primera part d'*España invertebrada*, en una nota al peu de pàgina es limita a adduir, com a tota il·lustració del que denomina el «suicida espíritu separatista» (Torre, 1943: 87n), merament el cas del cantonalisme de Jumilla (Múrcia). Certament, els problemes d'invertebració detectats per Ortega y Gasset resultaven, en aquest punt, bastant més ajustats a la realitat, i el reduccionisme paròdic de Torre serveix de ben poc.

Esborrada tota diversitat interna a Espanya, fins i tot on podria haver trobat algun aliat, com *Gaziel*, Guillermo de Torre es concentra en l'articulació de la diversitat extrapeninsular, obviant novament —entre altres— el mateix Agustí Calvet, i continua sostenint tota la seva argumentació en un contrast entre l'especificitat de les literatures americanes, que vincula al «escisionismo regional», a la dimensió local, nacional, i fins i tot indigenista.

Guillermo de Torre no es desprèn en cap moment de la dimensió política de la seva crítica literària, per molt que vulgui desvincular-la del que denomina *politicisme*. Tant en la polèmica del meridià com en els seus postulats comparatistes per a Hispanoamèrica, Guillermo de Torre mai no deixa de tenir una perspectiva profundament marcada per la prioritat d'allò espanyol sobre el que és americà, partint d'una difícil universalitat prèvia, i fent solament algunes concessions, com a mínim interessades, com la proposta federativa, que no dilueix gens ni mica la seva teoria del meridià i les seves supremacies implícites, promulgades com a tals supremacies, no com a domini simbòlic tàcit.

Lluny de ser un crític supranacional o postnacional, com s'ha arribat a presentar la seva figura, es podria pensar que Torre es «sobreespañol» com Miguel de Unamuno —al monòleg del qual Torre va dedicar pàgines il·luminadores— apuntava cap al «sobrecastellano» (Torre, 1858: 10), detall que Torre comenta profusament pel que fa a la unitat de les literatures hispanoamericanes subjectes a un centre ordenador de la cultura hispànica ubicat a la Península, encara que no tingui més remei que assumir el seu propi canvi de punt de vista (geogràfic), «el lugar desde donde imaginamos el encuentro [...] no es ningún espacio interplanetario; tiene una demarcación concreta y se halla situado en una ciudad de América del Sur, en Buenos Aires» (1959: 87). Com en el cas del federalisme, el reconeixement a Buenos Aires sona tardà, artificial, forçat per evidències llargament

arrossegades i negades, que s'accepten quan ja és massa tard, i només com una forma, en el fons resignada, però encara altiva, de tenir l'última paraula. O, dit d'una altra manera: tenia molta raó Giménez Caballero quan anomena Guillermo de Torre «Menéndez Pelayo del Vanguardismo» (Giménez Caballero, 1981: 68), però potser no solament s'estigués referint a la seva vasta erudició. Certament, per a aquest viatge, no feien falta aquestes caravel·les: el Manzanares no és navegable.

Bibliografía

Fonts

- ANDRENIO (Eduardo Gómez Baquero) (1927): «La disputa del meridiano», *La Vanguardia*, 6 de septiembre de 1927, 7.
- BAEZA, R. (1927): «Marginalia. ¿Con Martín Fierro o con Don Quijote», *El Sol*, 3 de septiembre de 1927, 1.
- GAZIEL (Agustí Calvet) (1927a): «¿Singular o plural? Los meridianos de Hispanoamérica», *El Sol*, Madrid, 31 de agosto de 1927, 1.
- GAZIEL (Agustí Calvet) (1927b): «Hispanoamérica. ¿Imperio o Confederación?», *El Sol*, Madrid, 13 de septiembre de 1927, 1.
- PIJOAN, J. (1928): «España está quieta, Uds. Marchan», *Repertorio Americano*, 7, 18 de febrero de 1928, 98-99.
- S.f. (Guillermo de Torre) (1927): «Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica», *La Gaceta Literaria*, año I, n. 6, 15 de abril de 1927, 1 (portada).
- S.f. (1927): «La verbena del meridiano», *La Gaceta Literaria*, año I, 18, 15 de septiembre de 1927, 1.
- TORRE, G. de (1943): *Menéndez Pelayo y las dos Españas*, Buenos Aires: Publicaciones del Patronato Hispano-argentino de cultura.
- TORRE, G. de (1949): «Goethe y la "literatura universal"» *Realidad*, vol. VI, n. 17-18.
- TORRE, G. de (1958): «Unamuno y la literatura hispanoamericana», *Cuadernos del Congreso para la Libertad de la Cultura*, n. 30, 3-12. (publicado también en *Cuadernos de la Cátedra Miguel de Unamuno*, 11, 1961, 5-25; y en *La Torre*, vol. IX, 1961, 537-562).
- TORRE, G. de (1959a): «Diálogo de literaturas» en Werner P., F. (ed.), *Comparative Literature. Proceedings of the Second Congress of the I.C.L.A.*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, vol. I, 79-88.
- TORRE, G. de (1959b): *Claves de literatura hispanoamericana*, Madrid: Taurus.
- TORRE, G. de (1963): «La difícil universalidad de la literatura española» en Pierce, F. y Jones, C. (eds.), *Actas del Primer Congreso Internacional de Hispanistas*, Oxford: Delphin Books; *id.*: *Cuadernos del Congreso para la Libertad de la Cultura*, París, n. 74; octubre, 1963, 41-50; *id. ibid.*: *La difícil universalidad española*, Madrid: Gredos, 1965, 161-176.
- TORRE, G. de (1968): *El espejo y el camino*, Madrid: Editorial Prensa Española.
- VV.AA. (1927): «Campeonato para un meridiano intelectual», *La Gaceta Literaria* 17, 1 de septiembre de 1927, 6.

Referències

- ALEMANY BAY, C. (1998): *La polémica de meridiano intelectual de hispanoamérica (1927) estudio y textos*, Alicante: Universitat d'Alacant.
- BARCHINO PÉREZ, M. (1993): «La polémica del meridiano intelectual de Hispanoamérica», *Tema y variaciones de literatura*, 2, 93-115.
- DOMÍNGUEZ, C. (2012): «Literatura mundial en/desde el castellano», *Ínsula*, 787-788, julio-agosto, 2-6.
- CASANOVA, P. (2001 [1999]): *La República mundial de las Letras*, Zulaika, J. (trad. cast.), Barcelona: Anagrama. [*La République mondiale des Lettres*, París: Seuil, 1999.]
- CASANOVA, P. (2011): «La Guerre de l'ancienneté» en Casanova, P. (dir.): *Des littératures combattives. L'international des nationalismes littéraires*, París: Raisons d'Agir.
- CAMBO, F. (1987): *Memorias*, Cambó, H. (trad. cast.), Madrid: Alianza.
- FALCÓN, A. (2010): «El idioma de los libros: antecedentes y proyecciones de la polémica "Madrid, meridiano 'editorial' de Hispanoamérica"», *Iberoamericana*, X, n. 37, 39-58.
- GIMÉNEZ CABALLERO, E. (1981): *Memorias de un dictador*, Barcelona: Planeta.
- GONZÁLEZ BOIXO, J. C. (1988): «El meridiano intelectual de Hispanoamérica»: polémica suscitada en 1927 por la *Gaceta Literaria*, *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 459, 166-171.
- GONZÁLEZ I VILALTA, A. (2006): «"Gaziel" y *El Sol*, un proyecto periodístico imposible (diciembre 1934-enero 1935)», *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 28, 243-253.
- LLANAS, M. (1998): «Gaziel». *Vida, periodisme i literatura*, Barcelona: PAM.
- MARTÍ MONTERDE, A. (2014): «Rubén Darío y la Cataluña contemporánea», *Iberorromania*, 80, (en prensa).
- MANZONI, C. (1996): «La polémica del meridiano intelectual», *Estudios. Revista de Investigaciones Literarias*, año 4, n. 7, 121-132.
- MOSQUERA, R. (1996): «Presència catalana en "La Gaceta Literaria" (1927-1932)», *Randa*, 38, 43-98.
- RÓDENAS DE MOYA, D. (2013): «Guillermo de Torre o la ética de la crítica literaria» en Torre, G. de, *De la aventura al orden*, Ródenas de Moya, R. (selecc. y prólogo), Madrid: Fundación Banco de Santander, IX-LXXII.
- RESINA, J. R. (2009): *Del Hispanismo a los estudios ibéricos*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- SELVA, E. (2000): *Ernesto Giménez Caballero. Entre la vanguardia y el fascismo*, Valencia: Pre-Textos.
- UCELAY-DA CAL, E. (2003): *El imperialismo catalán. Prat de la Riba, Cambó y la conquista moral de España*, Barcelona: Edhasa.
- ZULETA, E. de (1962): *Guillermo de Torre*, Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas.
- ZULETA, E. de (1989): «El autoexilio de Guillermo de Torre», *Cuadernos hispanoamericanos*, n. 473-474, 121-134.
- ZULETA, E. de (1999): *Españoles en la Argentina. El exilio literario de 1936*, Buenos Aires: Atril.